



XVIII Encontro Estadual de História ANPUH-PB

HISTÓRIA: DESAFIOS DO ENSINO,
DA PESQUISA E DA EXTENSÃO NO TEMPO PRESENTE

DE 30 DE JULHO A 03 DE AGOSTO DE 2018

CADERNO DE RESUMOS

JOÃO PESSOA, CCHLA-UEPB

CADERNO DE RESUMOS

XVIII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB

“História: Desafios do Ensino, da Pesquisa e da Extensão no
Tempo Presente”

João Pessoa, CCHLA-UFPB, de 30 de julho a 03 de agosto de 2018.

Realização:



Apoio:



Layout e Editoração Eletrônica:
Tiago Bernardon de Oliveira, Priscilla Gontijo Leite e Viviane Gomes de Ceballos

Arte da capa:
Tiago Pinheiro

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Revisão ortográfica e gramatical sob responsabilidade dos autores dos resumos.

A Comissão Editorial do evento se responsabilizou pela revisão da formatação dos textos de acordo com as normas de edição do Caderno de Resumos. Eventuais erros ortográficos e o conteúdo dos textos são de inteira responsabilidade dos/as autores/as. Foram acolhidos aqui resumos aprovados pelos/as respectivos/as coordenadores/as dos Simpósios Temáticos, que, por sua vez, junto com os Minicursos, foram avaliados previamente pela Comissão Científica do evento. Esta versão eletrônica encontra-se em: www.anpuhpb.org e em <https://www.eehanpuhpb.com.br/>.



Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

E56 Encontro Estadual de História - ANPUH-PB (18 : 2018 : João Pessoa-PB.).
Caderno de resumos do XVIII Encontro Estadual de História ANPUH-PB:
História: desafios do ensino, da pesquisa e da extensão no tempo presente: 30 de
julho a 03 de agosto de 2018 / Realização: ANPUH-PB. – João Pessoa: Editora do
CCTA, 2018.

135p.

ISBN: 978-85-9559-095-3

1. História - Ensino. 2. Pesquisa Científica – Resumos. 3. Encontro Estadual de
História – João Pessoa. I. Associação Nacional de História – Seção Paraíba.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 94:37(048.3)



Universidade Federal da Paraíba

Reitora: Profa. Dra. Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz
Vice-Reitora: Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Pró-Reitora de Graduação: Profa. Dra. Ariane Norma de Menezes Sá
Pró-Reitora de Pós-Graduação: Profa. Dra. Maria Luiza Pereira Alencar Mayer Feitosa
Pró-Reitora de Pesquisa: Prof. Dr. Isac Almeida de Medeiros
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários: Prof. Dr. Orlando de Cavalcanti Villar
Pró-Reitor de Administração: Prof. Dr. Aluísio Mário Lins Souto
Diretora do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes: Profa. Dra. Mônica Nóbrega
Vice-Diretor do Centro de Humanidades: Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva
Chefe do Departamento de História: Profa. Dra. Monique Guimarães Cittadino
Vice-Chefe do Departamento de História: Prof. Dr. Mozart Vergetti de Menezes
Coordenador do Curso de Licenciatura em História: Prof. Dr. Paulo Roberto de Azevedo Maia
Vice-Coordenador do Curso de Licenciatura em História: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
Coordenador do Curso de Licenciatura em História – INCRA/PRONERA: Prof. Dr. Jonas da Costa Duarte
Vice-Coordenadora do Curso de Licenciatura em História – INCRA/PRONERA: Profa. Dra. Priscilla Gontijo Leite
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História: Profa. Dra. Solange Pereira da Rocha
Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História: Prof. Dr. Paulo Giovanni Antonino Nunes



COMISSÃO ORGANIZADORA

Diretoria ANPUH-PB 2017-2018

Diretor: Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (UFPB)
Vice-Diretora: Profa. Dra. Regina Maria Rodrigues Behar (UFPB)
1ª Secretária: Profa. Dra. Priscilla Gontijo Leite (UFPB)
2ª Secretário: Profa. Dra. Ana Rita Uhle (UFCG)
Tesoureiro: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto (UFPB)
2ª Tesoureiro: Profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos (UFCG)
Delegada em Cajazeiras: Profa. Dra. Rosemere Olímpio de Santana (UFCG)
Delegada em Campina Grande: Profa. Dra. Maria do Socorro Cipriano (UEPB)
Delegado em Guarabira: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino (UEPB)
Delegada em João Pessoa: Prof. Ma. Daviana Granjeiro da Silva (SEE-PB)
Revista Paraibana de História: Prof. Dr. Ângelo da Silva Pessoa (UFPB) e Profa. Ma. Keliene Cristina da Silva (SEE-PB)
Conselho Fiscal: Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (UFPB); Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima (UFCG); Profa. Dra. Monique Guimarães Cittadino (UFPB)

Comissão Organizadora Local

Profa. Dra. Cláudia Cristina do Lago Borges (UFPB)
Prof. Dr. Damião de Lima (UFPB)
Prof. Dr. Mozart Vergetti de Menezes (UFPB)
Prof. Dr. Paulo Giovanni Antonino Nunes (UFPB)
Prof. Dr. Paulo Roberto de Azevedo Maia (UFPB)
Profa. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)
Profa. Dra. Solange Pereira da Rocha (UFPB)

Comissão Científica

Profa. Dra. Alômia Abrantes da Silva (UEPB)
Prof. Dr. Elio Chaves Flores (UFPB)
Prof. Dr. José Adilson Filho (UEPB)
Profa. Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB)
Profa. Dra. Maria Lucinete Fortunato (UFCG)
Profa. Dra. Mariana Moreira Neto (UFCG)
Profa. Dra. Mariângela de Vasconcelos Nunes (UEPB)
Prof. Dr. Severino Cabral Filho (UFCG)
Profa. Dra. Vilma de Lurdes Barbosa (UFPB)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PROGRAMAÇÃO GERAL	8
CONFERÊNCIAS E MESAS REDONDAS	9
LANÇAMENTO DE LIVROS	10
RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES EM SIMPÓSIOS TEMÁTICOS	15
ST 1 – Antiguidade e Medievo em debate: reflexões sobre ensino, pesquisa e extensão no século XXI Coordenação: Profa. Dra. Priscilla Gontijo Leite (UFPB) e Prof. Dr. Guilherme Queiroz de Souza (UFPB).....	16
ST 2 – De(s)colonizar o ensino de história – uma tarefa possível? Coordenação: Profa. Dra. Ana Maria Veiga (UFPB).....	23
SESSÃO CONJUNTA	
ST 3 – Ensino de História e educação étnico-racial: inovações e linguagens diversificadas em espaços escolares e não escolares Coordenação: Profa. Dra. Roseane Maria de Amorim (UFPB) e Profa. Dra. Andréa Giordanna Araujo da Silva (UFAL)	
ST 4 – História dos povos indígenas e cultura afro-brasileira na prática da Lei 11.645 Coordenação: Profa. Dra. Cláudia Cristina do Lago Borges (UFPB).....	31
SESSÃO CONJUNTA	
ST 5 – História & Música: historiografia e ensino de história Coordenação: Prof. Ms. Antonio Manuel da Silva Júnior (SESC/PE – SEE/PE – UFPB)	
ST 6 – História & Música Coordenação: Prof. Ms. Ivan Luís Lima Cavalcanti (UPE – FCAP) e Prof. Ms. Diogo José Freitas do Egypto (UFPB).....	39
ST 7 – Teoria e História da Historiografia Coordenação: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha (UFCEG) e Prof. Ms. Elton John da Silva Farias (PMJP; USP).....	43
ST 8 – As contribuições da metodologia da História Oral para a compreensão das cidades Coordenação: Profa. Ms. Tatiane Vieira da Silva (UFPE) e Profa. Ms. Alana Cavalcanti Cruz (Colégio e Curso Evolução).....	50
SESSÃO CONJUNTA	
ST 9 – Historiografia e história política na Paraíba do Império à Primeira República Coordenação: Prof. Ms. Iordan Queiroz Gomes (UFBA; UEPB) e Prof. Ms. Hugo Paz de Farias Braga (UFPE)	
ST 11 – História Política: poder local, cultura e memória no Nordeste Republicano Coordenação: Prof. Ms. Marcondes Alexandre da Silva (Prefeitura Municipal de Serra Caiada – RN; SEEC-RN).....	56
ST 10 – História política no Brasil republicano: conformações do poder, culturas políticas, ideias e representações políticas	

Coordenação: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto (UFPB) e Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes (UFPB)	62
ST 12 – A mídia e a governabilidade: a (des)construção de democracias no Brasil e na América Latina.... Coordenação: Prof. Ms. João Batista Barbosa da Silva (UFPB)	79
ST 13 – Mundos do Trabalho: história e historiografia do trabalho no Brasil Coordenação: Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (UFPB) e Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (UFPB).....	84
ST14 – Escritos do sensível, leituras da alma: História Cultural e Sensibilidade Coordenação: Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior (UFRN) e Profa. Dra. Joedna Reis de Meneses (UEPB).....	94
ST 15 – Escrituras do Eu: trajetórias, (auto)biografias, testemunhos Coordenação: Prof. Ms. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio (USP; SEE-PB).....	104
ST 16 – Sociabilidades e culturas políticas no Brasil Oitocentista Coordenação: Profa. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (DH/PPGH/UFPB) e Profa. Dra. Solange Pereira da Rocha (DH/PPGH/NEABÍ/UFPB)	111
MINICURSOS	125
MC 1 – O Texto Literário e os Historiadores: pesquisar e ensinar História a partir da Literatura da Grécia Antiga <i>Ministrante: Prof. Dr. Félix Jácome Neto (Universidade de Coimbra)</i>	126
MC 2 – Metodologia da pesquisa em História Medieval <i>Ministrante: Prof. Dr. Guilherme Queiroz de Souza (UFPB)</i>	127
MC 3 – A construção do conhecimento histórico na Educação Básica: teoria, experiências e práticas <i>Ministrantes: Profa. Ms. Solange Mouzinho Alves (SEE-PB; UFPB; Escola Corujinha) e Prof. Danilo Alves da Silva (Colégio Marista Pio X; SEE-PB; UFRN)</i>	127
MC 4 – Elaboração de questões objetivas como elemento no processo de reconhecimento docente <i>Ministrante: Prof. Dr. Damião de Lima (UFPB)</i>	128
MC 5 – Gamificação e História: pensamento <i>gamer</i> e práticas de ensino <i>Ministrante: Profa. Ms. Keliene Christina da Silva (SEDEC-PM/JP)</i>	129
MC 6 – Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Ensino de História: possibilidades e experiências <i>Ministrantes: Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa (UFPB) e Prof. Lucas Gomes Nóbrega (UFPB)</i>	129
MC 7 – Introdução à História Ambiental: estado da arte e possibilidades de pesquisa no Brasil <i>Ministrante: Profa. Dra. Fabíula Sevilha</i>	130
MC 8 – Possibilidades de leitura da cidade a partir dos relatos orais de memória <i>Ministrantes: Profa. Ms. Alana Cavalcanti Cruz (Colégio e Curso Evolução) e Profa. Ms. Tatiane Vieira da Silva (UFPE)</i>	131
MC 9 – Faces da escravidão: a presença indígena e negra na Paraíba (Séculos XVI-XIX)	

<i>Ministrantes: Prof. Ms. Jean Paul Gouveia Meira e Prof. Ms. Daniel de Oliveira (Prefeitura Municipal de Caiçara – PB).....</i>	131
MC 10 – Leituras da escravidão e da liberdade na Paraíba do Norte oitocentista	
<i>Ministrantes: Prof. Ms. Lucian Souza da Silva (UFPE) e Prof. Ms. Matheus Silveira Guimarães (UFPE)</i>	
.....	132
MC 11 – Mundos do Trabalho: introdução aos estudos históricos sobre a classe trabalhadora	
<i>Ministrante: Prof. Dr. Fernando Cauduro Pureza (UFPB).....</i>	133
MC 12 – O golpe de 2016 na história recente do Brasil: raízes históricas e dilemas para a democracia	
<i>Ministrantes: Profa. Dra. Monique Cittadino (UFPB) e Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa (UFPB)</i>	
.....	133
MC 13 – Os golpes no livro didático de História: memórias, controvérsias, (des)continuidades	
<i>Ministrante: Prof. Ms. João Batista Barbosa da Silva (UFPB)</i>	134
MC 14 – Preconceito, Memória e História: a questão LGBT na pesquisa e no ensino de História	
<i>Ministrante: Prof. Dr. Eduardo Henrique de Lima Guimarães (UFPB).....</i>	135

APRESENTAÇÃO

Em julho de 2016, o conjunto dos associados à ANPUH-PB, reunidos em assembleia geral em Guarabira, decidiu, por unanimidade, dedicar seu XVIII Encontro Estadual de História ao tema “História: Desafios do Ensino, da Pesquisa e da Extensão no Tempo Presente”. Naquela ocasião, o país vivia os primeiros momentos de uma conjuntura de ruptura do Estado Democrático de Direito. O golpe de 2016 tinha por alvo constituir um rearranjo das relações trabalhistas e do erário público, a ponto de garantir o crescimento dos lucros do mercado financeiro transnacional e da classe dominante brasileira, baseado no agravamento das condições de exploração e superexploração da força de trabalho e do sufocamento dos serviços públicos mínimos.

Em meio às medidas de limitação estreita de investimentos em serviços públicos pelas próximas duas décadas, extinção, na prática, da CLT, de abrandamento ao combate ao trabalho análogo à escravidão, de uma reforma educacional conservadora, de retrocesso de direitos das comunidades indígenas, dos camponeses e trabalhadores rurais, e de uma reforma previdenciária que, se implementada, deverá aniquilar direitos dos mais pobres sem prejuízo dos, efetivamente, mais privilegiados, ainda existem ameaças concretas aos direitos de mulheres, LGBTQ e minorias historicamente excluídas. Tudo isso alicerçado em discursos conservadores, que bradam palavras de ordem moralistas contra ameaças imaginárias, cerceando a liberdade de modos de pensar, de sentir e de ser diferentes dos padrões estabelecidos por formas de opressão ao longo da história.

E o que nós, historiadorxs, temos a ver com tudo isso? O avanço de pautas retrógradas tem manifestado seu caráter contrário às formas de livre pensamento em todas as áreas do conhecimento. Quanto ao conhecimento histórico, não é à toa que seus profissionais têm sido, constantemente, alvos preferenciais de tentativas de intimidação e ataques conservadores, exatamente por colocar em dúvida toda e qualquer certeza cristalizada em discursos políticos e morais que não resistem ao mínimo exame histórico. Medidas das mais variadas têm sido colocadas em prática para cercear a produção do conhecimento histórico nos ambientes escolares, em museus e até mesmo nas universidades. Se é tarefa regular, que nós, historiadorxs, pensemos sobre nossa condição, sobre as bases da produção e publicização do conhecimento histórico, a atual conjuntura torna a urgência dessas questões ainda mais prementes. Além da conjuntura, é sempre fundamental que analisemos com rigor nossas práticas, buscando aprimorar o exercício da docência, da pesquisa e da extensão.

Assim, esperamos que o tema do XVIII Encontro Estadual de História, a ser realizado no período de 30 de julho a 03 de agosto de 2018, em João Pessoa, na UFPB, propicie intensos debates e a construção coletiva de experiências que possam contribuir para a elaboração de alternativas aos projetos vigentes.

A Comissão Organizadora
A Diretoria da ANPUH-PB (2017-18)

PROGRAMAÇÃO GERAL

XVIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-PB

“HISTÓRIA: DESAFIOS DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO NO TEMPO PRESENTE”

Data e horário	Segunda-feira (30/07/2018)	Terça-feira (31/07/2018)	Quarta-feira (01/08/2018)	Quinta-feira (02/08/2018)	Sexta-feira (03/08/2018)
08:30 às 12h	Credenciamento // Inscrições presenciais de ouvintes (Sala de Reuniões do CCHLA)	Mesa Redonda 2: “Teoria e Prática de Ensino de História: possibilidades para uma educação inclusiva e emancipatória” (Auditório 412 – CCHLA)	Mesa Redonda 3: “A pesquisa em História e impasses éticos e políticos” (Auditório 412 – CCHLA)	Mesa Redonda 4: “Extensão: a produção do conhecimento histórico em comunidade” (Auditório 412 – CCHLA)	Simpósios Temáticos
14h30 às 18h	Credenciamento (Sala de Reuniões do CCHLA) // Mesa Redonda 1: “A formação docente em História na Paraíba: experiências” (Auditório 412 – CCHLA)	Simpósios Temáticos	Simpósios Temáticos	14h às 17h: Assembleia Geral da ANPUH-PB (Auditório 412 – CCHLA) <hr/> 17h às 18h: Lançamento de Livros (Auditório 412 – CCHLA)	Cerimônia e Conferência de Encerramento (Auditório 412 – CCHLA)
19h às 22h	Cerimônia e Conferência de Abertura (Auditório da Reitoria)	Minicursos	Minicursos	Minicursos	Atividade Cultural

Local de realização do evento: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) – Universidade Federal da Paraíba –
Campus I – Cidade Universitária – João Pessoa/PB – CEP 58033-455

CONFERÊNCIAS E MESAS REDONDAS

Conferência de Abertura

“A história no tempo presente. Os desafios da ficção, da memória e do mundo digital”
Roger Chartier (Collège de France)

Conferência de Encerramento

“Povos indígenas no ensino de história: a Lei 11:645/2008 interculturalizando o ensino fundamental”

Prof. Dr. Márcio Ananias Ferreira Vilela (CA/UFPE; Vice-Presidente da ANPUH Brasil)

Mesa Redonda 1 – *“A formação docente em História na Paraíba: experiências”*

- Profa. Dra. Ana Rita Uhle (UFCG);
- Profa. Ms. Luciana Calissi (UEPB);
- Profa. Dra. Vilma de Lurdes Barbosa (UFPB);
- Prof. Erickle Lucena Leite (SEE-PB);
- Profa. Emilia Augusta Lins Freire - profa. aposentada UFPB – Mediadora

Mesa Redonda 2 – *“Teoria e Prática de Ensino de História: possibilidades para uma educação inclusiva e emancipatória”*

- Profa. Dra. Ana Paula da Cruz (IFPB - Cajazeiras);
- Prof. Danilo Alves da Silva (Colégio Marista; SEE-PB; UFRN);
- Profa. Ms. Daviana Granjeiro (SEE-PB);
- Profa. Ms. Keliene Cristina da Silva (SEDEC-PM/JP);
- Profa. Ms. Solange Mouzinho Alves - Escola Corujinha; UFPB; SEE-PB – Mediadora

Mesa Redonda 3 – *“A pesquisa em História e impasses éticos e políticos”*

- Profa. Dra. Christine Dabat (UFPE);
- Prof. Dr. Élio Chaves Flores (UFPB);
- Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires (UFCG);
- Prof. Dr. Israel Soares de Sousa (UFCG/CFP);
- Profa. Dra. Maria do Socorro Cipriano (UEPB) – Mediadora

Mesa Redonda 4: *“Extensão: a produção do conhecimento histórico em comunidade”*

- Profa. Dra. Regina Célia Gonçalves (UFPB);
- Profa. Dra. Mariana Moreira Neto (UFCG);
- Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (UEPB);
- Prof. Ms. Danilo Santos da Silva (SME/JP; NEABI-CCHLA/UFPB);
- Profa. Ms. Irene Rodrigues Fernandes (Profa. aposentada UFPB) – Mediadora

LANÇAMENTO DE LIVROS

(Quinta-feira, das 17h às 18h – Auditório 412 – CCHLA)

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; SILVA, Josinaldo Gomes. **Cidades, cultura e fontes historiográficas**: experiências urbanas na Paraíba. Campina Grande: EDUFCCG, 2017.

Resumo: Trata-se de uma coletânea de artigos que surgiu a partir do esforço coletivo de um grupo de pesquisadores comprometidos com a renovação da historiografia das cidades paraibanas. Sendo assim, os textos selecionados estão distribuídos em unidades e capítulos relacionados ao objeto cidade e foram resultados, em sua maioria, de trabalhos desenvolvidos dentro da linha de pesquisa de Cultura e Cidades do mestrado em História da UFCG, cuja preocupação investigativa foi a de, sobretudo, revelar as transformações ocorridas em algumas cidades paraibanas, dentro do recorte temporal que se estende da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX.

DIAS FERNANDES, Telma; ROCHA, Washington. **1968 – O ano que ficou**. Memórias Afetivas – vol. I e II. João Pessoa: Mídia Gráfica (v. I), 2017; Editora CCTA/UFPB (v. II), 2018.

Resumo: Os dois volumes são de relatos de memórias de militantes estudantis e artistas que vivenciaram suas experiências de militância política a partir da cidade de João Pessoa-PB. A entrevista centra o foco em 1968, mas as pessoas que concederam as entrevistas ficaram livres para retrocederem ou irem além de 1968.

CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. **O jogo político da democracia**: a luta simbólica no "fim" da ditadura brasileira. Curitiba: Editora Appris, 2018.

Resumo: O livro *O jogo político da democracia: a luta simbólica no "fim" da ditadura brasileira* analisa as disputas entre dois projetos políticos na experiência da "redemocratização" nos anos de 1980, problematizando, também, as operações de memória no presente que reivindicam o modelo liberal-conservador de democracia, vitorioso naquela historicidade e derrotado na eleição presidencial de 2002. Para enfrentar o conceito de democracia, pensada como uma construção social e histórica, a autora discutiu a guerra simbólica que envolveu, de um lado, o projeto conservador-liberal articulado pelos grupos de poder e, de outro, propostas de uma "nova esquerda" aglutinadas em torno do recém-criado, Partido dos Trabalhadores, cujas pautas "radicais" foram expurgadas e criminalizadas da cena política pela imprensa liberal, a mesma que alardeou e legitimou a "transição negociada". Sem personalizar o processo, a pesquisadora conferiu maior espaço de discussão a Tancredo Neves por entender que ele representou, nos anos de 1980, uma concepção de democracia aceitável pelas elites políticas e econômicas brasileiras, embora tenha estabelecido jogos de colaboração com a ditadura, na medida em que aderiu ao seu projeto de "abertura política", "sem revanchismos". Para a autora, o projeto conservador de "redemocratização", com sua ausência de rupturas, legou à sociedade brasileira um conceito de democracia que defende o Estado Democrático de Direito e, contraditoriamente, odeia a democratização social.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa**: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848 -1866). João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2017.

Resumo: Nascia a 12 de outubro do ano de 1811 na província da Parahyba do Norte, José Rodrigues da Costa. Esse que, após completar seus estudos primários se iniciou nos afazeres da arte tipográfica. Em seguida, se aperfeiçoou e trabalhou em outras províncias do império, e que, no retorno à sua terra natal, estabeleceu a Typographia de José Rodrigues da Costa, a qual, entre os anos de 1848 a 1862, imprimiu sucessivamente relatórios dos presidentes de província, além de uma média de 12 jornais e sete escritos de autores paraibanos, entre 1848 e 1866 (ano de seu falecimento). Mesmo após sua morte, seus Este livro, fruto da minha Dissertação, objetivou analisar a trajetória de José Rodrigues da Costa enquanto um importante produtor e difusor da cultura impressa na capital da Província da Parahyba do Norte entre os anos de 1848 e 1866. Arelado a isso, observamos as noções de culturas políticas e redes de sociabilidade, para identificar como as relações sociais estabelecidas pelo tipógrafo influenciaram na construção do que era ou não publicado. Para tanto, a pesquisa baseiou-se em um amplo conjunto de fontes, composto em sua maioria pelos jornais e escritos identificados que foram impressos em sua oficina, bem como pelos indícios apontados por Eduardo Martins no livro intitulado A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos (1978), que é referência sobre a trajetória deste estabelecimento. O que se pôde observar foi que, ao longo do período supracitado, o tipógrafo se tornou quase que o único editor dos documentos oficiais do governo provincial, chancela que conseguiu por meio de relações estabelecidas com personagens políticos influentes à época.

ALBUQUERQUE, Renan; GRIZOSTE, Weberson. **Estudos clássicos e humanísticos & amazonidades** – Vol. 2. São Paulo: Alexa Cultural, 2018.

Resumo: Esta obra é um desdobramento da Jornada de Estudos Clássicos e Humanísticos de Parintins em sua segunda edição. Trata-se de uma seleta de textos científicos escritos pelos palestrantes, membros envolvidos diretamente com o evento. O livro é também um consórcio entre professores empenhados na interdisciplinaridade e no diálogo entre as duas maiores instituições de Ensino Superior do Amazonas presentes em Parintins. A primeira parte do livro são sistematicamente temas dos Estudos Clássicos e Recepção clássica: de retórica clássica; política e democracia nos tempos de Pseudo-Xenofonte; política e ética teleológica aristotélica; mito em tradução cultural; temas da tragédia: *hybris* e *pharmakos*; recepção clássica na Muhuraida de Wilkens; recepção de Plauto em Shakespeare e Gonçalves Dias; e comparações hermenêuticas entre Eneias, Abraão e Job. No eixo das Amazonidades encontramos análise da cosmologia em obra de autoria de indígena; literatura comparada entre obra portuguesa e amazonense; e análise de obra de ficção de contexto parintinense.

LEITE, Priscilla Gontijo. **Religião e Jogos de Poder**: o contra mídias de Demóstenes. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

Resumo: O funcionamento da democracia ateniense permite a articulação de jogos de poder entre grupos que disputam a proeminência política. Esses jogos de poder se relacionam diretamente com cidadania, uma vez que uma característica essencial da democracia ateniense é a ampla participação daqueles considerados cidadãos. Dessa forma, a liderança política tinha que cooptar para perto de si o maior número de cidadãos para conseguir o apoio político na assembleia. Para essa operação, era necessário convencer o cidadão a participar de sua causa.

Portanto, a retórica estava ativamente presente em todas as esferas da vida e se transformou no instrumento mais eficaz caso um cidadão desejasse se destacar na condução dos assuntos da pólis. É justamente a retórica que oferece elementos a nós modernos para entendermos e refletirmos sobre alguns aspectos essenciais da democracia ateniense. O livro a partir do discurso *Contra Mídias* de Demóstenes analisa o uso de argumentos religiosos na retórica para pensar a construção da polarização entre o bom e o mau cidadão.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição:** a casa da Torre de Garcia D'Ávila – Família e propriedade no Nordeste Colonial. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

Resumo: Ao propor nesta obra um estudo sobre a Casa da Torre de Garcia d'Ávila, seu autor, Ângelo Emílio da Silva Pessoa, estabelece uma dialética de dois elementos de temporalidade histórica, tradição e ruínas, primeiramente focando persistências histórico-historiográficas (tradição) para depois realizar um movimento de inversão, abordando descontinuidades (as “ruínas”). A Tradição tem por suporte a continuidade, a permanência, a duração. Literalmente em latim, “o que se passa adiante”. Diz Perre Bourdieu que aquilo que presumimos ser eterno, é produto de um longo processo de eternização.

PESTANA, Marco Marques; COSTA, Rafael Maul de Carvalho; OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (orgs.). **Subalternos em movimento:** mobilização e enfrentamento da dominação no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

Resumo: Resultado de um esforço coletivo de 15 anos do Observatório da História da Classe Trabalhadora, antes denominado Grupo Mundos do Trabalho-UFF, e parte de uma coleção que tem o mesmo compromisso militante, esta obra nos permite olhar, em perspectiva histórica, os fluxos e contrafluxos da luta social no Brasil. Em maior ou menor grau, com limitações e possibilidades variáveis, uma resistência sempre foi oferecida pelos trabalhadores e oprimidos. Hoje não é diferente. Se, na atual conjuntura, a produção marxista de análises concretas de situações concretas – como são as contidas neste livro – evidencia, no Brasil e no mundo, uma realidade marcada por uma correlação de forças desfavorável à classe trabalhadora, o fato é que apenas tais análises podem ser úteis à compreensão e à transformação dessa mesma realidade, que, aliás, urge ser transformada.

SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da (orgs.). **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil:** novas perspectivas. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

Resumo: Visando compreender o processo global de disseminação do anarquismo na questão específica do Brasil, tanto este como uma corrente do sindicalismo de tendência libertária, quanto sua principal estratégia e um dos principais meios de luta histórica da classe trabalhadora – o sindicalismo de intenção revolucionária – propomos, através da Coleção Estudos do Anarquismo da Editora Prismas, o presente livro. Os capítulos encontrados aqui partem de recentes e emergentes pesquisas que abordam a história do anarquismo e do sindicalismo revolucionário no país e suas conexões com outras regiões, uma vez que tal ideologia e estratégia se pretendem internacionalistas. A escolha dos autores condiz com estudos que tentaram descaracterizar e enfrentar equívocos anteriores e ainda apresentar novos

parâmetros e visões para entendermos tais fenômenos no Brasil, tanto referente às teorias e procedimentos metodológicos, mas também no tocante aos recortes temporais e geográficos bem como na atenção nas ações dos personagens anarquistas.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino.; PETIT, Peret.; LOHN.; Reinaldo Lindolfo. (Orgs.). **Utopia e repressão: 1968 no Brasil**. Salvador: Saggá Editora, 2018.

Resumo: A coletânea "Utopia e repressão: 1968 no Brasil" procura analisar este ano mítico/trágico no país por uma ótica nacional de fato. Diferente de outras obras similares que tendem a pensar o Brasil como sendo a região Sudeste, esta coletânea traz artigos de pesquisadores de todas as regiões brasileiras. Estados, cidades e personagens antes esquecidos pela historiografia tem suas histórias reveladas, ajudando na difícil tarefa de entendermos o nosso país com suas similitudes e enormes diferenças.

PAIVA, Yamê Galdino de. **"Vivendo à sombra das leis": Antônio Soares Brederode entre a Justiça e a criminalidade (Capitania da Paraíba, 1787-1802)**. João Pessoa: Editora CCTA, 2018.

Resumo: Assumindo a Ouvidoria da Paraíba durante dez anos, Antônio Felipe Soares de Andrada de Brederode foi responsável por um volumoso número de cartas e ofícios remetidos ao Conselho Ultramarino e disponibilizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Acusado de envolver-se com diversos tipos de negócio, de extorquir os homens mais ricos da comarca e de abuso de poder, Antonio Brederode promoveu sérias tensões nas relações de poder existentes na capitania. Utilizando o referencial teórico da Nova História Política, o presente trabalho tem como objetivo observar as práticas desse ouvidor sob a lente da Cultura Política e Cultura Histórica de Antigo Regime português. A partir do seu caso pretende-se compreender um pouco do funcionamento da Ouvidoria da Paraíba e apresentar os oficiais executores da administração da justiça. Objetiva-se também, a partir das alianças tecidas a favor e contra Antonio Brederode, identificar os grupos detentores de poder econômico e político da capitania e as relações que estabeleceram com o citado ouvidor.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. **Diáspora africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidade na primeira metade do século XIX**. João Pessoa: Editora CCTA, 2018.

Resumo: Este trabalho tem como objeto a população africana escravizada e liberta que viveu na Paraíba na primeira metade do século XIX. Por muitas décadas, a historiografia negou, omitiu ou minimizou a participação dos africanos no processo histórico. Entretanto, a presença de homens e mulheres que vieram da África era constante nessa capitania/província. Nosso objetivo é compreender como os africanos foram introduzidos na Paraíba (uma região periférica no tráfico atlântico de escravos) e como essa população viveu na região. Para isso, fizemos um percurso historiográfico para identificar as lacunas existentes em uma dada cultura histórica do local estudado. Utilizando-nos dos pressupostos teóricos e metodológicos da História Social de influência marxista, fizemos a crítica a essa parte da historiografia que negava à população negra, em especial a africana, a participação na história da capitania/província pesquisada. Em seguida, a partir de diversas fontes como relatórios e correspondências de governadores e presidentes da Paraíba, inventários e testamentos, requerimentos de soltura, registros de batismo, cartas de alforria, dentre outras, nos aprofundamos nas questões propostas, abordando aspectos econômicos e sociais da região, indicando quais eram as

principais rotas de importação e como se dava o cotidiano dos africanos. Percebemos que a Paraíba se inseria no mercado atlântico de escravizados de maneira indireta e o tráfico assumia um caráter complementar nessa sociedade escravista. Por conseguinte, a quantidade de escravizados vindos da África era inferior a outras capitanias/províncias centrais como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Esse fator marcou determinadas especificidades na vida desses africanos. Contudo, a prática fundamental da escravidão continuou presente: a violência.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. Campina Grande: EDUEPB, 2018.

Resumo: O livro “Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)” analisa a interventoria de Anthenor Navarro no contexto das transformações que afetaram o Estado brasileiro no pós-1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. O livro está estruturado de modo a problematizar a centralização político-administrativa do interventor paraibano que, sob orientação política do Executivo Federal, submeteu a estrutura estatal da Paraíba a uma completa reestruturação. A centralização do aparato estatal paraibano se estabeleceu pelo discurso mitificador das ações administrativas do governo de João Pessoa (1928-1930). Ainda no contexto pós-30, discutimos a centralização intervencionista do estado na perspectiva do discurso da moralidade administrativa, cuja finalidade foi submeter as oligarquias locais aos ditames do Estado, ainda assim, percebe-se a rearticulação dos grupos oligárquicos, quando das ações da interventoria para o combate ao flagelo da seca (1932).

GALLO, Óscar; CASTAÑO, Eugenio (orgs.). **La salud laboral en el siglo XX y el XXI: De la negación al derecho a la salud y la enfermedad**. Medellín: Ediciones Escuela Nacional Sindical, 2017.

Resumo: La Escuela Nacional Sindical realizó entre el 23 y el 26 de noviembre de 2015, el I Encuentro Internacional de Salud y Trabajo en Colombia. Dicho evento contó con la participación de expositores de Argentina, Chile, Perú, Brasil y Alemania. Los temas tratados en esa ocasión fueron: derechos en salud, espacios y mecanismos de defensa de derechos, negociación colectiva, accidentalidad y enfermedades laborales y riesgos psicosociales. Al finalizar el evento se planteó la posibilidad de realizar un libro que problematizara la cuestión de la salud laboral en Colombia y en América Latina. Este libro es la concreción de esa idea. Una reflexión interdisciplinar y global, que por encima de todo, considera que el fenómeno patológico no se reduce a lo estrictamente biológico y que cualquiera de sus facetas dramáticas depende de la capacidad de investigar y actuar al mismo tiempo en campos como los de la medicina y la historia o la psicología y la economía.



RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES EM SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ST 1 – Antiguidade e Medievo em debate: reflexões sobre ensino, pesquisa e extensão no século XXI

Coordenação: Profa. Dra. Priscilla Gontijo Leite (UFPB) e Prof. Dr. Guilherme Queiroz de Souza (UFPB)

O Simpósio Temático “Antiguidade e Medievo em debate: reflexões sobre ensino, pesquisa e extensão no século XXI” pretende discutir questões e temáticas desenvolvidas nas sociedades (ocidentais e/ou orientais) que abarcaram essas temporalidades. Numa abordagem interdisciplinar, buscamos congregiar trabalhos que utilizem variadas fontes documentais (literárias, iconográficas, arqueológicas etc.), cujas problemáticas serão observadas à luz das recentes ferramentas teórico-metodológicas, como as centradas nas relações étnico-raciais, na geografia e nas relações humanas. O Simpósio Temático é destinado não somente aos graduandos e pós-graduandos em História, mas também aos acadêmicos de outras áreas, como Letras, Ciências da Religião e Antropologia. Um dos cerne da discussão será o desafio do pesquisador antiquista e medievalista (e dos docentes em geral) na transmissão do saber para além da universidade, o que envolve a polêmica sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as atividades de Extensão, dentre outras. Consideramos que o conhecimento acerca do mundo antigo e medieval é basilar para a formação de um cidadão capaz de compreender seu papel na sociedade e de agir nela, por isso é fundamental o pesquisador dessas áreas refletir sobre os processos de transmissão desses conhecimentos, principalmente no ambiente escolar, momento em que a grande parte da população tem contato pela primeira vez, evitando que estereótipos e equívocos sejam formados.

31/7 – Terça-feira – Sala 504 CCHLA

Reflexões sobre o ensino da antiguidade egípcia em João Pessoa-PB e região metropolitana no ano de 2018

Prof. Victor Braga Gurgel (UFPB)

O artigo visa refletir acerca do ensino de História Antiga Oriental, mais especificamente do Egito Antigo, nos níveis de ensino médio e fundamental da cidade de João Pessoa-PB, e região metropolitana. Levamos em conta os recentes e bastante criticados projetos de reforma na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) pelo Ministério da Educação, e suas interferências negativas nas temáticas de História Antiga e Medieval – no caso de nosso interesse aqui, na temática do Antigo Egito. Neste sentido, demonstraremos se, atualmente, o ensino da história

do Antigo Egito nas escolas de João Pessoa-PB e região metropolitana, tende a reproduzir a visão comum deste povo como misterioso, mágico, ou se procura mostrar a visão da historiografia mais recente: a de uma sociedade feita e formada por seres humanos que, embora muito semelhantes a nós, também viviam de uma maneira bastante distinta da nossa. Por fim, a partir dos resultados, buscaremos fazer um balanço da visão de professores acerca da dita civilização, comparando-o com as prerrogativas das reformas da BNCC. Desta forma, tentaremos mostrar a ligação das prerrogativas da Base com a realidade pessoense da atualidade.

Brincando de História Antiga: Jogos educativos e mídias digitais

Prof. Felipe Aiala de Mello (UFRN)

O propósito desta participação é apresentar o projeto em andamento de extensão universitária desenvolvido pelo grupo MAAT – Núcleo de Estudo de História Antiga, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a coordenação geral da Profa. Dra. Márcia Severina Vasques. O principal objetivo do projeto “História Antiga lúdica: jogos educativos e mídias digitais” é o de estreitar o contato da universidade com a comunidade externa, no caso escolas públicas e particulares, e, por conseguinte, aprimorar o ensino/aprendizagem da História Antiga na educação básica, Ensino Fundamental e Médio. Trata-se, na prática, da confecção e da aplicação de jogos didáticos, sobretudo os de tabuleiro, além da utilização de novas TICs (tecnologias de comunicação e informação) utilizadas como suporte em aulas de História Antiga. Práticas que podem, com adaptações, ser ampliadas para outros períodos da História e do Ensino. Há, desse modo, o desejo de ir além do conteúdo histórico *stricto sensu*, ao se buscar um vínculo com professores dessa área do conhecimento, uma forma de trazê-los (professores e alunos alvos) para o convívio com a universidade, para um contato mais direto com o MAAT. Como resultado, espera-se uma colaboração com a melhoria do ensino em seus vários níveis, a divulgação do conhecimento científico e acadêmico via extensão universitária, oferecendo técnicas didático-pedagógicas através de jogos lúdicos.

O Outro na Idade Média: uma questão atual

Eduardo Leite Lisboa (UEPG)

As narrativas de viagens estão presentes desde a aurora do Medievo, sobretudo em função da missão. Todavia, é a partir do século XII que tal gênero avultará juntamente com a intensificação do comércio e início das cruzadas, sendo a ascensão do Império Mongol (1214) e sua tolerância com o cristianismo fator elemental para a abertura do oriente aos ocidentais. Vários foram os emissários papais, peregrinos, comerciantes e aventureiros que para lá viajaram e deixaram registros (reais ou fictícios). Com a chegada da dinastia Ming na China em 1368 e conversão dos mongóis ao islamismo neste mesmo século, o leste fechou-se; entretanto, para saciar uma Europa órfã de “maravilhamentos”, logo viriam novos relatos por parte dos empreendimentos ultramarinos ibéricos. Atualmente, tais escritos são objetos de inúmeras dissertações e teses defendidas nos mais bem conceituados programas de pós

graduação, afinal, vastos estudos são possíveis de serem feitos no âmbito da economia, geografia, etnologia, cultura, religião, etc. Sabendo desse potencial de pesquisa e pensando no ensino da Idade Média, a literatura de viagem por certo atenderia aos requisitos de uma boa aula, principalmente àquela que leva em conta o acesso privilegiado ao imaginário proporcionado pelas fontes literárias. Contudo, refletindo nas discussões estabelecidas desde a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no tocante à pertinência - ou não - deste recorte temporal para se compreender a realidade brasileira/contemporânea, acredito que uma rica problemática em torno deste material pode ser pensada para o ambiente escolar. A primeira ideia diz respeito à permanência do arcabouço Clássico na cultura Medieval: a cosmovisão da Cristandade com relação ao Outro estava embasada nas *auctoritas* - nomeadamente os Antigos e Pais da Igreja -, ou seja, entendimentos apriorísticos (nem sempre positivos) e quadros de mundos possíveis marcavam a mentalidade dos viajantes medievais. Conhecendo isso, seria possível perceber o estabelecimento de um processo de alteridade que marcaria os séculos seguintes relativamente à legitimação da submissão de grupos étnico-raciais e dominação de territórios ligados à Modernidade Colonial. Com isso, proponho algumas reflexões que vão no sentido de evidenciar a necessidade do conhecimento da Idade Média (e, naturalmente, da Antiguidade) para se compreender questões que marcaram a História do Brasil e até hoje são sensíveis em nossa sociedade.

Os poetas trágicos como educadores da pólis: Êsquilo e Eurípides como conselheiros da salvação da cidade em *As Rãs* de Aristófanes

Prof. Dr. Félix Jácome Neto (Universidade de Coimbra)

A comédia *As Rãs* de Aristófanes encena, como é bem conhecido, o curioso diálogo entre o deus Dioniso e os já mortos poetas Êsquilo e Eurípides. O deus desce ao Hades a fim de buscar um poeta para trazê-lo de volta aos espetáculos, com o objetivo, diz o deus, que “a cidade se salve e celebre os Coros” (verso 1419). Como o próprio deus esclarece, ele escolherá aquele que conferir um bom conselho à cidade. Uma das questões que Dioniso elabora para Êsquilo e Eurípides incide precisamente sobre os conselhos dos poetas acerca da cidade: “Mas diga cada um de vós seu pensamento a respeito da cidade: qual a salvação que propõe” (versos 1435-1436). Depois de alguns ensaios de respostas por parte dos dois grandes trágicos, Dioniso acaba por escolher Êsquilo, para o qual Plutão deseja uma boa viagem de regresso à Atenas e acrescenta: “vai e salva a nossa cidade, com bons conselhos, e educa os ignorantes, porque eles são muitos” (versos 1500-1503). É digno de nota que a razão pela qual Dioniso deseja o renascimento de um dos grandes trágicos consista na necessidade em educar a audiência em torno da salvação da cidade. Ainda mais impressionante é a sugestão, feita nestas passagens de Aristófanes, de que Êsquilo e Eurípides deveriam possuir um ponto de vista político sobre o que fazer para salvar a cidade. A presente comunicação avaliará o seguinte postulado que aparece nestes passos de Aristófanes. Partindo da constatação, já verificada em outros estudos feitos pelo autor desta comunicação, de que a centralidade do tema da salvação da cidade está mesmo presente na Tragédia grega, podemos nos perguntar por que é Êsquilo, e não Eurípides, que é escolhido por Dioniso? Por que Êsquilo parece ter mais possibilidade de conceder ao público do teatro um melhor conselho concernente à salvação da cidade? Ao debatermos estas perguntas, estaremos, também, conferindo destaque à questão mais ampla

de se (e como) o teatro grego era suposto participar nos debates fulcrais da vida da pólis antiga, como as suas vias de salvação.

Teatro e poder na Grécia antiga: as relações entre o público e o privado na peça Lisístrata (séc. V a.C.)

Tatiana de Sousa Lins (UFCG)

O presente artigo parte da minha pesquisa monográfica e tem como objetivo analisar a peça “Lisístrata” (séc. V a.C.) do comediógrafo Aristófanes, a fim de refletir em torno da construção do “lugar” social e político do feminino mediante as representações do masculino. Tendo como fonte de análise uma comédia, busco através da relação entre a História e a Literatura estabelecer um olhar para além da obra, analisando em seu conjunto a historicidade, a subjetividade do autor e a relação entre os interlocutores da referida peça. Para tanto, parto de um estudo sobre a organização espacial da Grécia, tendo em vista que essa é sistematizada em pólis independentes, ou seja, “cidades-estado” que são produtos de realidades únicas, nas quais são determinados os espaços recorrentes da vida pública e privada, assim como quem os habita (Maffre, 1988). A segregação desses espaços de atuação na pólis advém da concepção da existência de um “lugar” do masculino e do feminino que são construídos historicamente, como atenta Joan Scott (1989). Sendo assim, a partir da análise do enredo da comédia “Lisístrata” e das discussões sobre a construção desses espaços através da concepção do público e do privado, assim como do que se refere ao masculino e ao feminino, esse artigo tem como aparato teórico Maffre (1988), Roger Chartier (2002, 2011) e Joan Scott (1989).

Historiografia Antiga: o caso de Flávio Josefo

Ana Livia Alves Dias (UFPB)

A presente pesquisa objetiva analisar a historiografia dos antigos hebreus a partir das obras e do estilo de seu mais conhecido historiador, Flávio Josefo. É inegável a influência da historiografia clássica, especialmente de Tucídides, no modo que Josefo lança mão para construir sua narrativa da história de seu próprio povo. Tendo isso em vista, buscou-se também perceber os pontos de aproximação e distanciamento entre o estilo historiográfico de Flávio Josefo e a historiografia clássica, com destaque para Tucídides, uma vez que, é desse historiador grego que Josefo mais se aproxima.

O historiador Arnaldo Momigliano, especialista em história antiga, no primeiro capítulo do livro “As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna”, investigou a relação existente entre a historiografia persa, a grega e a judaica, fazendo uma profunda análise desta última a partir de fontes remotas, as quais o próprio Josefo recorreu para a elaboração de sua história dos hebreus. Momigliano chega a afirmar que os historiadores judeus não conseguiram escapar à influência da historiografia clássica, e isso ficava evidente no esforço que empreendiam para se encaixarem nos padrões de pensamento e argumentação utilizados pelos gregos (2004, p. 46).

Alex Degan também identifica essa mesma influência percebida por Momigliano, no entanto, destaca ao tratar desse tema, outra fonte determinante do modo como Josefo interpreta e narra a história dos antigos hebreus. Para esse pesquisador, Flávio Josefo também seguiu a tradição religiosa de seu povo a partir de seu próprio contato com o texto do Antigo Testamento, o que por sua vez, o levou a uma perspectiva providencialista da história, nas palavras de Degan (2010, p. 308).

A metodologia empregada para a presente pesquisa partiu da identificação e análise das principais obras de Josefo. A análise historiográfica das obras de Flávio Josefo, por sua vez, tomou como base o cruzamento dos textos e análises dos dois anteriormente mencionados historiadores especialistas em historiografia antiga, Arnaldo Momigliano e Alex Degan. Flávio Josefo tomou como referência o estilo dos historiadores clássicos, sobretudo, Tucídides, na escrita de uma história política, em sua busca por explicar a razão por trás dos fatos, como também na busca pela verdade.

O que há de mais peculiar nas narrativas de Josefo é a influência que os textos do Antigo Testamento – considerados sagrados pelos judeus – causaram sobre as próprias obras dele, levando-o a interpretar a história em termos da relação entre a liberdade do ser humano e a providência divina. Essa análise da historiografia dos antigos judeus a partir de Flávio Josefo, entre outras contribuições, nos auxilia na percepção de que há muitas influências diferentes permeando as teias narrativas construídas pelos historiadores em qualquer época.

01/8 – Quarta-feira – Sala 504 CCHLA

A democracia em Heródoto 3.80-83: elogios e críticas

Profa. Dra. Priscilla Gontijo Leite (UFPB)

O objetivo desta comunicação é analisar as concepções de democracia e de *demos* em Heródoto na passagem 3.80-83 conhecida como “Diálogo dos Persas” ou “Diálogo Constitucional”. Esse texto é um dos registros mais antigos da palavra democracia e uma fonte importante para entender as principais concepções sobre as formas de governo (democracia, oligarquia e monarquia). Em relação a democracia, o texto constrói uma série de argumentos para depreciá-la, associado à caracterização negativa do *demos*. Há uma valorização por parte dos opositores da democracia da incapacidade do povo de governar. Para o elogio a democracia são destacados elementos ligados à liberdade e à igualdade. Assim, entender os elogios e as críticas à democracia antiga é uma maneira de se preparar para os debates sobre os desafios das democracias atuais, refletindo sobre a importância da participação popular para essa forma de governo.

A democracia em recorte: uma abordagem aristotélica

Thales Britto Cantalice (UFPB)

O presente trabalho tem como objetivo investigar como as reflexões acerca das principais características dos regimes democráticos à época de Aristóteles, presentes em “A política”

(Livros III e IV) e “A constituição dos atenienses” (Livros XLVII a LXIX), podem nos dizer algo sobre a nossa própria vivência democrática. Para tanto, lançou-se mão das fontes primárias que compõem o *corpus aristotelicum*, assim como ponderações de especialistas sobre o pensamento do filósofo estagirista do século IV a.C. e sobre as experiências democráticas na antiguidade. Como resultado, constata-se que existe um elemento implícito e reiterado de elogio à democracia nas obras em questão, apesar de suas evidentes limitações (a possibilidade de expropriação injusta de propriedade, de abuso dos dispositivos de banimento social, da influência dos demagogos nos processos de deliberação política etc). Além disso, a importância da noção aristotélica de Justiça e Virtude dentro da sua filosofia política, que devem permear e, com isso, concretizarem-se na norma (Lei), pode ser tomada como um alerta para as atuais arbitrariedades perpetradas no plano político-jurídico.

Entre a soberba e a humildade: a iconografia do imperador Heráclio na Idade Média Central (séculos XI-XIII)

Prof. Dr. Guilherme Queiroz de Souza (UFPB)

Este estudo iconográfico focaliza a representação do imperador Heráclio (c. 575-641) na Europa ocidental entre os séculos XI-XIII. Em 614, os persas – liderados pelo rei Cósroes II – invadiram a Palestina, conquistaram a Cidade Santa de Jerusalém e roubaram a relíquia da Santa Cruz. Em um contra-ataque eficaz, Heráclio derrotou os sassânidas, recuperou a Terra Santa e conduziu, de forma triunfal, a relíquia de volta para Jerusalém (630). O renome do *basileus* na sociedade medieval está diretamente ligado ao restabelecimento da Santa Cruz, a *Restitutio Crucis*. No Ocidente medieval, os feitos de Heráclio ganharam contornos míticos, com caracterizações que oscilaram entre a soberba e a humildade – do triunfante imperador ao *imitator Christi* em busca da *Restitutio Crucis*. Simultaneamente à análise iconográfica, estudaremos as características do texto fundacional desta tradição, a *Reversio Sanctae Crucis*, que serviu de inspiração para os artistas medievais.

Quando Zósimo escreveu a sua obra? a problemática da data da *História Nova* (séculos V e VI d.C.)

Raul Fagundes Cocentino (UFRN)

O *Codex Vaticanus Graecus 156* é o manuscrito que transmitiu praticamente intacta até os dias atuais a única obra do historiador classicista e advogado do fisco Zósimo, a *História Nova*, escrita em grego ático e composta por seis livros, na qual o último deles é inacabado. Sabemos que o seu autor era politeísta, que viveu durante a Antiguidade Tardia no Império Romano Oriental e que, no mínimo, conhecia a cidade de Constantinopla. Zósimo possui como tese na sua obra que a causa do seu presente e dos seus leitores ser calamitoso é que o Império perdeu a benção dos deuses porque abandonou a realização dos cultos ancestrais devido à ascensão do Cristianismo. Para fabricar sua obra, o advogado do fisco utilizou as de outros autores que não sobreviveram até a atualidade, como, por exemplo, a obra histórica de Eunápio de Sardes e a de Olimpíodoro de Tebas. Apesar da sua importância histórica, é muito debatido qual teria

sido o período em que a *História Nova* foi produzida. Neste trabalho, analisaremos como a problemática da data da *História Nova* encontra-se nos estudos contemporâneos que a abordam. Através dessa análise, elucidaremos qual foi o período em que a obra foi escrita.

A Igreja cristã e sua participação nas estruturas sociais da Antiguidade Tardia Ocidental: apresentando um projeto de pesquisa

Cláudio Kuievinny da Silva Duarte (UFRN)

O período intitulado Antiguidade Tardia, momento de transição entre o mundo antigo e o medieval, compreendido de maneira não unânime pela academia (alguns autores consideram uma periodização que abrange os séculos IV e VIII), fora ambiente de diversas mudanças históricas. Neste, é possível observar inúmeros processos que apontam para uma mudança significativa na conjuntura sociopolítica do mundo romano então conhecido. De fato, a transformação do mundo urbano e a formação gradativa de um mundo rural, principalmente no Ocidente, paralelamente a oficialização do cristianismo como religião do Império Romano em fins do século IV, serão características marcantes deste período, que se perpetuarão por séculos.

O êxodo rural, que será peculiar na Antiguidade Tardia, proporcionará a formação de dois novos grupos sociais. Um deles, originários das antigas elites senatoriais, será justamente a “aristocracia fundiária”, uma nobreza detentora dos meios de produção. O outro, dirá respeito a “população camponesa”, a mão de obra, subjugada à primeira. Nesse mesmo cenário, o cristianismo, sendo oficializado como religião do Império, tornando-se agente de influência na sociedade daqueles dias, terá grande participação nesse contexto, tendo mantido grandes relações com essas classes sociais. É importante ainda destacar que a perspectiva de análise aqui presente, sobre as relações entre grupos sociais, dialoga com a produção de historiadores como Fábio Afonso Frizzo, e também o Uiran Gebara da Silva, responsáveis por uma historiografia que evidencia essa discussão social.

Diante disso, o presente trabalho, objetiva apresentar a fase inicial do projeto de pesquisa em desenvolvimento junto ao Grupo de Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo – Ordo, vinculado ao Laboratório de Cultura e Poder do Departamento de História da UFRN (campus CERES), sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Airan Borges de Oliveira. Tendo como recorte temporal inicial o século V, temos como meta analisar a relação da igreja cristã com as novas estruturas sociais em formação na Antiguidade Tardia, buscando entender de que maneira a igreja cristã manteve relações com esses grupos, a “aristocracia fundiária”, e a “população camponesa”.

ST 2 – De(s)colonizar o ensino de história – uma tarefa possível?

Coordenação: Profa. Dra. Ana Maria Veiga (UFPB)

Em tempos de restrições e desafios permanentes, o ensino de história afirma-se como uma tarefa a ser desempenhada com criatividade na busca de estratégias que deem conta de demandas sociais e educacionais. Para isso, torna-se urgente levar em conta as relações entre “centros e periferias” e as interseccionalidades de categorias analíticas, que se apresentam como sobreposições de opressões endereçadas a determinados sujeitos do tempo presente. “Raça” e etnia, gênero, sexualidade, localização, situação econômica, geração, entre outros marcadores de diferenças, incidem sobre modos de identificação, sobre o estar no mundo, traçar estratégias e, é certo, sobre a aprendizagem. Nas universidades, os trabalhos de núcleos de pesquisa e os projetos de extensão dão as linhas daquilo que tem ou não espaço de manobra acadêmica e visibilidade. A tradição historiográfica sinaliza um caminho semelhante, por vezes sobrepondo-se a linhas de pensamento teórico e às pesquisas dissidentes, que se aprofundam nas demandas sociais do presente para então começar um movimento em direção ao passado. Enquanto isso, o que vemos é o apagamento de propostas alternativas que se apresentam de forma contraparádigmática. Com base na teoria pós/de(s)colonial, que inspira-se nos estudos culturais para traçar um caminho acadêmico de relevância política, até chegar à situação específica latino-americana - para nós brasileira e nordestina -, este simpósio temático propõe a discussão de lugares e de espaços de trocas de saberes no ensino, na pesquisa e na extensão, acolhendo trabalhos que se interessem por dicotomias e disparidades. A abordagem interseccional, articulando teorias que trazem em seu bojo um olhar para as diferenças, permite que as relações entre colonialidade e descolonialidade sejam tratadas em aspecto mais amplo, alcançando os meandros das práticas de ensino e da própria cultura histórica. Sendo assim, entende-se o ensino de história e a aprendizagem como parte de um processo integrado à sociedade, que busca nas relações sociais e na formação prévia elementos que constituem os modos de aprender e que se apresentam como um desafio importante na busca de métodos efetivos de ensino de história.

31/7 – Terça-feira – Sala 505 CCHLA

O *Role Playing Game* como recurso didático para o Ensino de História

Profa. Loyze Nayama Pereira Gomes (UFPB)

Este artigo tem como finalidade a produção de sentidos sobre o conhecimento acerca do *Role Playing Game* (RPG) e sua proficiência como recurso didático nas aulas de História. Partindo da ideia do jogo que é o da interpretação das personagens, quando o potencial educativo é revelado pela forma como se constrói coletivamente as narrativas, ou seja, o modo como é ensinado conceitos essenciais para a discussão sobre determinadas culturas e momentos

históricos. Fundamentados também na contribuição do jogo para formação de alunas mais críticas, participativas, e criativas. Esse método de ensino já foi defendido por diversas intelectuais, e estudiosas sobre o RPG, no qual defendem o ensino pelas formas lúdicas que transparecem assim o erro que cometemos quando associamos o jogo apenas a diversão. Autoras como Sonia Rodrigues (2004) Johan Huizinga (2000) Matheus Vieira (2012) Maria do Carmo Zanini (2004) Marcelo Paschoalin (2016) e entre outras, serviram-nos de base para pensar em nossa cultura de jogos e essa função educativa, principalmente o RPG enquanto artifício para o ensino de História.

Teoria da História e Metodologia do Ensino de História: reflexões e práticas a partir de uma experiência como monitor

Matheus Pereira da Costa (UEPB)

Este trabalho tem como ponto de partida discutir a nossa experiência como bolsista do Programa de Monitoria da UFPB na disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, oferecida no semestre 2017.2 pelo Departamento de História da mesma Instituição. Para tanto, buscamos mostrar a importância da disciplina para a formação dos alunos ingressantes e, simultaneamente, as dificuldades enfrentadas na ministração da mesma. Com isso, buscamos refletir desde a própria dinâmica do turno noturno, ao qual fomos designados para as atividades de monitoria, bem como o perfil dos ingressos e como essas duas questões confluem em sua formação. Assim, a partir da análise dessa problemática, relato neste trabalho uma série de atividades desenvolvidas em conjunto com o docente responsável pela disciplina, visando facilitar a leitura e discussão dos textos, bem como outros procedimentos didáticos e métodos avaliativos - com destaque para o “Memorial de Curso” desenvolvido na disciplina - tendo em vista a sua natureza teórica e o contexto pelo qual, grande parte dos discentes, são recém-egressos do Ensino Médio e, às vezes, apresentam dificuldades em relação à interpretação de textos, além da própria realidade de alguns que trabalham tanto pela manhã quanto pela tarde, tendo horários bastante dificultados para o desenvolvimento da prática de leitura. Assim, buscaremos por meio dessas reflexões discutir a importância da elaboração de métodos que atendam as demandas do turno noturno, capazes de proporcionar um bom rendimento à disciplina e à própria formação dos discentes enquanto futuros profissionais em História.

Levantamento das pesquisas em ensino de História na Paraíba e de experiências de professores de História na utilização de documentos históricos em sala de aula

Mateus Ítalo Almeida Silva (UEPB)

Este artigo apresenta os resultados parciais das investigações que são desenvolvidas pelos professores e estudantes do Grupo de Pesquisa do CNPq Rastros: História, Memória e Educação, no projeto *Ensino de História: O estudo das práticas de ensino utilizando documentos judiciais, periódicos impressos e narrativas orais*, e que foi aprovado pelo CNPQ. Fizemos mapeamento, as análises e as catalogações das produções acadêmicas (teses e

dissertações, artigos, livros...) sobre o uso de documentos históricos em sala de aula nas escolas básicas da Paraíba junto às universidades deste estado. Além disso, colhemos depoimentos orais de professores discorrendo sobre suas experiências em sala de aula ao utilizarem documentos históricos. Este projeto de pesquisa é de interesse para a área de Ensino de História e Educação. Objetiva investigar, fazer o levantamento bibliográfico sobre a produção acadêmica e das metodologias de ensino de uso didático de documentos históricos provenientes do Poder Judiciário (Civil, Comercial e Trabalhista) na relação com periódicos impressos (jornais e revistas) e narrativas orais. É importante pois possibilitará a compreensão de quais são as possibilidades para a utilização didática dos documentos provenientes do arquivo do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UEPB, localizado no Campus III na cidade de Guarabira – PB. Esta pesquisa é um estudo de natureza qualitativa e de História oral, desenvolvida principalmente pelo emprego da análise documental e coleta de dados, conforme os procedimentos apropriados no tratamento destes tipos de fontes. Utilizamos como referenciais teóricos os conceitos de Walter Benjamin, E. P. Thompson e M. C Galzerani.

Uma construção da autonomia dos discentes na pesquisa em sala

Prof. Dr. Acacio José Lopes Catarino (UEPB)

Este trabalho tem por finalidade apresentar o percurso de atividades de ensino que foram utilizadas na disciplina “História da Sociedade Brasileira”, em vários períodos desde 2010. A disciplina em questão é vinculada ao Departamento de História mas cursada pelas turmas iniciais do curso de Serviço Social. As discussões fomentadas em sala abordam múltiplos aspectos que são fundamentados na construção dos sujeitos em sociedade enquanto protagonistas de suas histórias. A seleção de metodologias procura satisfazer a diversos objetivos, salientando-se que este período inicial requer a adoção de competências referentes à pesquisa qualificada cientificamente, em especial no uso de plataformas digitais. Desta forma, conseguimos familiarizar os estudantes recém-ingressos à Universidade às pesquisas acadêmicas e discussões mais aprofundadas. Por outro lado, em respeito à abrangência temporal, o planejamento do conteúdo é executado com estratégias diferenciadas. Enfatiza-se inicialmente a sociedade colonial não apenas em sua conformação (pela conquista, diásporas atlânticas, enraizamentos e mobilidade pelos sertões) mas pelo ensejo para discutir a memória em torno destas “raízes do Brasil”. Num segundo momento as questões situam-se em torno da relação entre Estado e sociedade nacionais até o tempo presente, e amplia-se o recurso a materiais mais acessíveis aos educandos, como matérias jornalísticas, propaganda, charges e memes, que são organizados e apresentados coletivamente. O acompanhamento docente e dos monitores realizado em página do Facebook torna-se instrumental no terceiro módulo, que propõe aos estudantes a importância de determinados períodos, questões e grupos sociais, tais como Escravidão, Indígenas & Culturas Caboclas, Camponeses, Proletariado, Classes Perigosas, Imigrantes, Gêneros & Infância, Revoltas & Rebeliões, Ditaduras & Golpes, apresentados por até oito grupos. Estes apresentam seminários que refletem tanto os textos-base, como as pesquisas desenvolvidas e um arcabouço criativo-tecnológico escolhido para visibilizar o desenvolvimento temático trabalhado. Isto atrelado a danças, músicas, encenações, poesias, entrevistas (gravadas ou com convidados) e documentários. Assim, este módulo corporifica a autonomia construída em conjunto com os discentes aos outros dois anteriormente elencados, concretizando em três planos cada vez

mais complexos a diversificação de temas e metodologias empregadas. A comunicação apresentará algumas destas experiências e problematiza suas escolhas.

Experiências, desejos e limitações: o discente no plano central

Paulo Henrique Souza de Melo (UFPB)

Durante as duas últimas décadas o Brasil vivenciou uma grande expansão e democratização do ensino nos diferentes níveis. Novos segmentos sociais tiveram a oportunidade de acessar a educação, “desconstruindo” o seu histórico teor elitista. Entretanto, esta rápida transformação não foi e não está sendo acompanhada pelas escolas e os seus agentes. Currículos e modelos educacionais vigentes ainda se baseiam em parâmetros passados, que atendiam as necessidades de outro contexto, desvinculando o ensino do cotidiano de alunos, professores e da própria escola, gerando um conhecimento petrificado que não atende as necessidades básicas dos discentes que é para quem todo processo educacional dever ser pensado. Além do mais, expressivas mudanças que estão em curso, como a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), falham por não se pautarem em princípios democráticos, onde os agentes educacionais não são ouvidos, não debatendo-se as mudanças e, ainda mais grave, por não se saber para que e para quem se está encaminhando tais mudanças. Ademais, lidamos com um público discente em constante movimento. A geração do novo milênio é altamente influenciada pela terceira revolução industrial que é a revolução tecnológica e esta os coloca em contato com dois mundos, um real e outro virtual. Diante desse cenário de distanciamento entre o ideário proposto e o público alvo não conhecemos o corpo discente para quem as mudanças deveriam ser direcionadas. Não se conhece o discente, não se sabe seus objetivos e nem suas limitações. Desse modo, o processo educacional mergulha em mar de incertezas. É pela urgente resolução de tais questões que o projeto se justifica. Atuando neste cenário, temos como principal objetivo dar voz aos discentes, construindo a partir dela um projeto educacional mais objetivo e democrático. Nossa meta nesse momento é apresentar os dados que já colhemos em um ano de projeto, discutir nossa proposta atual e angariar contribuições e, se possível, parcerias para a temática que nos propomos a estudar, ou seja, a condição discente no Brasil. Nosso universo de pesquisa é o discente de ensino médio da Paraíba e nossa metodologia continuará sendo as rodas de conversa, proporcionando a mesma e eficaz liberdade criativa e de expressão, a partir de temáticas relacionadas ao objetivo do projeto. Buscamos, ao final desta nova etapa, dar ainda mais visibilidade e voz ao segmento que consideramos como o mais importante do meio educacional, o discente.

Táticas e estratégias do PIBID para o ensino de História: um estudo da prática docente

Prof. Sandeilson Beserra Nunes (UFPB)

A presente comunicação se propõe a analisar as táticas e estratégias desenvolvidas na prática docente pelo Ensino de História através do Programa Instrucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Nessa relação, buscou-se perceber como elas são aprendidas e desenvolvidas pelos agentes sociais (professores/as) inseridos em um contexto social, no qual,

sua prática fornece elementos didáticos teóricos que produzem sentido e significado, tornando-se objeto de estudo para o Ensino de História. Referenciados pelas discussões de De Certeau (1990) que nos mostra como as táticas e estratégias são pensadas e produzidas e executadas. Para isso, analisaremos documentos oficiais (Relatórios do PIBID, Leis, Editais e Decretos) observando e localizando dentro deles conexões que nos forneçam caminhos para que possamos compreender como o Programa tornou-se um ponto de articulação estratégico dentro da formação docente. A pesquisa encontra-se em caráter inicial e apresenta seus primeiros resultados tendo no seu escopo uma análise teórica certoriana além de teóricos do campo do Ensino de História, Bittencourt (2004), Silva; Fonseca (2007) e Monteiro; Gasparello (2007), além de uma observação sobre os relatórios de atividade produzidos pelo PIBID, como elementos que evidenciaram em sua narrativa e oportunizaram dinamizar a prática docente, mas também pensa-la como objeto de estudo dentro do campo de pesquisa do Ensino de História a pesquisa tem em seu escopo observações sobre o programa suas atividades observando os desafios dos professores/as e demais membros quando passaram a incorporar e executar as atividades propostas pelo Programa.

Experiências e vivências com patrimônio histórico e educação patrimonial a partir do PIBID

Prof. Lucas Gomes Nóbrega (UEPB)

A partir deste trabalho, trago experiências e vivências com patrimônio histórico e educação patrimonial vivenciadas por mim e outros colegas a partir das nossas atividades desenvolvidas como bolsistas do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) de História na Universidade Federal da Paraíba (UEPB) entre 2014 e 2015. Para tanto, tracei uma breve apresentação acerca do próprio programa e o seu alcance de atuação, refletindo acerca da sua importância para o fortalecimento dos cursos de licenciatura e alguns apontamentos em relação ao próprio objetivo final deste programa que é a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira. Em seguida, adentrei aos próprios ditames das experiências e vivências, destacando inicialmente as atividades de acompanhamento escolar envolvendo bolsistas, professores, supervisores e coordenadores do programa. Outrossim, demonstrando como, nesse ínterim, surgiu a ideia de ser formado um grupo de pesquisa em patrimônio histórico e educação patrimonial, cujo qual, tinha como finalidade compreender uma intrigante relação existente entre a escola estadual de ensino médio Olivina Olívia Carneiro da Cunha e o fato do tombamento do patrimônio arquitetônico e urbanístico deste complexo escolar pelo IPHAEP. Assim, trago os resultados dessa investigação, um relato da pesquisa histórica, desde os primeiros passos realizados, a ida aos arquivos como Instituto Histórico Geográfico da Paraíba (IHGP), Fundação Casa José Américo (FCJA), Arquivo da Assembleia Legislativa, Arquivo Waldemar Bispo Duarte e Arquivo Afonso Pereira, até o resultado atual que é uma monografia derivada justamente a partir das atividades desenvolvidas através do PIBID.

01/8 – Quarta-feira – Sala 505 CCHLA

Tecnologias no Ensino de História: o que fazer para que não permaneçam no tradicional

Larissa de Araujo Silva (UEPB)

Neste texto busco analisar, sob o olhar historiográfico, os conteúdos disponibilizados em um aplicativo de celular denominado “História do Brasil: Principais Fatos.” Penso neste momento do artigo como tal aplicativo trata algumas temáticas relevantes da historiografia brasileira, que podem ser levadas para a sala de aula, notadamente no período colonial a exemplo da chegada dos portugueses no Brasil, (1500). E, baseando-se na minha experiência de estágio aponto, o que considerarei, avanços e recuos do uso desta linguagem na aula de História. Ademais, busco entender o uso do celular como uma cultura pedagógica, (STEINBERG apud SILVA, 2002). Fundamentei minha discussão sobre estes pontos nos trabalhos de SILVA (2002), de SCHIMIDT e CAINELLI (2010) e SANTOMÉ (1995), entre outros.

Educação do Campo e lutas por direitos educacionais: PET História UFCG e a experiência de extensão na Escola Paulo Freire do assentamento Oziel Pereira (Remígio - PB)

Renally Rodrigues Leão (UFCG)
Marcos Naadison Gabriel (UFCG)

Pensar a questão da educação do campo significa entender todo o contexto histórico de direitos conquistados por meio de uma grande luta dos movimentos sociais que são compostos por sujeitos que vivenciam a realidade desse meio. Partindo desse ponto de vista, o presente artigo pretende analisar a atuação do PET História UFCG no ano de 2017, na Escola Paulo Freire, que se localiza no assentamento Oziel Pereira, na região do município de Remígio – PB, e está destinada a atender estudantes da comunidade assentada. A atividade de extensão realizada pelo programa visou promover discussões a partir da história local do assentamento, buscando construir junto aos preceitos da educação do campo um ensino contextualizado, sempre tentando dialogar com a história dos movimentos sociais do campo e a questão agrária no Brasil desde o período colonial. Para a construção do debate utilizamos como fontes os Marcos Normativos da Educação do Campo, as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo, e também os materiais colhidos e produzidos durante a atividade de extensão. Fundamentamos teoricamente a partir do conceito de Educação do Campo, com base em autores como Roseli Salette Caldart e Miguel Arroyo.

Ensino de História e Gênero: relato de experiência do ensino de história no município de Princesa Isabel, Paraíba

Prof. Ms. André Fonseca Feitosa (IFPB)

O município de Princesa Isabel no sertão paraibano é um espaço no qual se chocam o imaginário e valores do mundo contemporâneo e globalizado e a permanência de relações e

valores tradicionais de herança patriarcal. Seja nas instituições de ensino ou na comunidade local experiências com relações de gênero de cunho machista permeiam o cotidiano, levando a práticas de violência simbólica ou explícita. Este trabalho pretende comunicar este cenário de relações de poder opressivas ao feminino que permeiam a relação entre educadores e comunidade nas experiências com o Ensino e Extensão no campus Princesa Isabel do Instituto Federal da Paraíba. Nosso objetivo é discutir como o ensino de história pode contribuir com esse contexto, apresentando problemas e oportunidades de ressignificação do feminino na educação.

Descolonizar e aprender com África: estudos e produções historiográficas pós-2003

Prof. Ms. Moisés Corrêa Fonseca da Silva (UFF)

A partir de 2003, a lei 10.639/03 tornou obrigatório o ensino de história da África e cultura afro-brasileira nas escolas do Brasil. Este marco jurídico foi fruto de diversos debates sócio-políticos que foram travados na sociedade brasileira por diversos segmentos do corpo social civil, como: movimentos sociais negros, educadores, professores, intelectuais, entre outros. O impacto desta medida foi enorme em termos pedagógicos e históricos, fazendo ecoar igualmente em passos epistemológicos. Por conta deste designo, a universidade no Brasil, produtora e transformadora dos futuros professores que atuarão no Ensino Básico, passou paralelamente por processos de reelaboração dos seus cursos. Os professores dos cursos de Licenciatura em História não seguiram à revelia do ocorrido.

Por isto, a pesquisa desenvolvida a nível de Mestrado objetivou tomar a historiografia como objeto de análise desde 2003 até 2016. A escrita da História, portanto, tomando como um espaço de relações de poder e conflitos que seguiram na marginalização dos Estudos Africanos dentro do escopo da História, ao longo do século XX foi guilhotinada pela obrigatoriedade da presença. Em um diálogo forte e penoso com as disputas de memória acerca do passado brasileiro e a sua escravidão.

À luz das propostas teórico-metodológicas do historiador Michel-Rolph Trouillot, conjugadas com as ideias de “descolonização das mentes” de Ngugi wa Thiong’o, teses e dissertações dos maiores Programas de Pós-Graduação em História no Brasil serviram de fontes para a elaboração da hipótese quanto à ruptura epistemológica dos estudos sobre História da África, em determinadas instituições universitárias, reverberando os silêncios e ecos no ensino de História tanto na universidade como na Educação Básica.

Assim, a abordagem conjugou o tempo social do processo que proporcionou o uso e os diferentes comportamentos historiográficos ao longo do tempo, desde 2003 até 2016, com a produção do conhecimento na área de História e seus impactos no ensino de História, a partir da construção da disciplina e do desenvolvimento de novas perspectivas pedagógicas para o terreno; implicando em reflexões que conversam e criticam o paradigma pós-colonial. Isto se torna fulcral para que possamos perceber hipóteses e possibilidades de usos e trabalhos com fontes, teorias e autores que elaboraram ideias acerca da História da África tanto para a cena universitária quanto para a Educação Básica. Nesta esteira, emergiu a preocupação de como ainda se precisa trabalhar de forma mais apurada para que se conquiste uma amplitude mais significativa, diversa e transdisciplinar à História da África no Brasil, no seu sentido curricular e pedagógico.

Teoria decolonial e ensino de história

Profa. Dra. Ana Maria Veiga (UFPB)

Este estudo visa à ampliação do horizonte teórico no campo da história, aprofundando questionamentos e reflexões sobre a teoria decolonial, explorando a arena latino-americana de debates sobre colonialidade e interseccionalidades, que endereçam o que denomino sujeitos “outros” da história, sujeitos em situação de margem. Partindo dos estudos feministas e de gênero, refletimos sobre a possível introdução desse debate no ensino de história, estabelecendo um diálogo com movimentos sociais, abrindo caminhos para se compor com esses sujeitos e seus agenciamentos, na pesquisa histórica e no ensino.

Gênero e direitos humanos: caminhos por uma oficina do PROLICEN

Profa. Dra. Josineide da Silva Bezerra (UFPB)

O ordenamento institucional brasileiro tem como base o Estado democrático, norteado pelo compromisso com a promoção dos direitos humanos, com fundamento na consagração de princípios como cidadania, dignidade da pessoa humana e pluralismo político-cultural. Com esse foco foi instituído o Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996. Esse compromisso é concernente ao campo educacional, quando consideradas as normativas que regulam a educação formal no país, a começar pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nessas normativas, a prática educativa, em suas diferentes esferas, deve ser orientada pelo respeito à diversidade e à liberdade e pelo apreço à tolerância, com fito na consagração daqueles princípios. Como espaço de formação de professores, igualmente cabe às universidades essa orientação. Assim, para fomentar esse debate, participei do PROLICEN 2017, na UFPB, com o projeto “Produção do saber geográfico e formação para docência”. A escrita deste texto junto ao XVIII Encontro Estadual de História - ANPUH-PB é feita sob a perspectiva de mover essa discussão para o âmbito do ensino de História, tomando como recorte a preocupação com uma formação docente atenta ao fortalecimento dos direitos humanos, com foco na temática de gênero, considerada em sua transversalidade, que perpassa todos os campos da formação escolar cidadã. Afinal, transversal é aquilo que atravessa, que cruza e, no (re)corte, conecta pontos, a partir de direções à escolha. Este texto vislumbra um ensino de história que esteja atento à diversidade, aos lugares sociais de novos (sic) sujeitos, abrindo caminho para o compromisso da escola, em seus diferentes componentes curriculares, com as lutas por visibilidade e reconhecimento de direitos iguais para mulheres e outras minorias. Metodologicamente, recuperamos as oficinas que foram realizadas, refletindo sobre as discussões então travadas no projeto. Isso, com o objetivo de analisar a inserção da temática de gênero na Base Nacional Comum Curricular, instituída para toda a educação básica, no que reputa ao ensino de história. Com efeito, entendemos que cabe aos profissionais da educação, dentre os quais os professores de história, promover a escola como um espaço afeito a discussões sobre temas contemporâneos, à luz de um compromisso com a afirmação da sociedade de direitos. Sem dúvida, isso vem a contribuir com a perspectiva de uma (des)colonização do ensino de história.

SESSÃO CONJUNTA

ST 3 – Ensino de História e educação étnico-racial: inovações e linguagens diversificadas em espaços escolares e não escolares

Coordenação: Profa. Dra. Roseane Maria de Amorim (UFPB) e Profa. Dra. Andréa Giordanna Araujo da Silva (UFAL)

Com o objetivo de abordar aspectos contributivos voltados para o ensino de História na contemporaneidade, propomos um Simpósio Temático que tenha como foco o uso de diferentes metodologias, linguagens e fontes no ensino de história para a educação étnico-racial em espaços educativos escolares e não escolares. Mais do que nunca vivemos momentos de preconceitos e intolerância no tocante aos(as) negros(as) e aos povos indígenas do nosso País. Sabemos que a cada dia concepções ultraconservadoras são efetivadas no campo educacional objetivando influenciar crianças, jovens e adultos a terem posicionamentos racistas. Nessa perspectiva, o ensino de História em diferentes espaços da sociedade brasileira precisa levar em consideração tais questões e propor pesquisas e metodologias variadas que possam se contrapor ao conservadorismo e possibilitem às pessoas o conhecimento da história dos diferentes povos e culturas que formaram a população brasileira, entre estes, os índios e os negros.

ST 4 – História dos povos indígenas e cultura afro-brasileira na prática da Lei 11.645

Coordenação: Profa. Dra. Cláudia Cristina do Lago Borges (UFPB)

Desde que a Lei 11.645, de 10 de março de 2008 foi promulgada, a história dos povos indígenas e afro-brasileiros tem sido conteúdos obrigatórios no ensino básico brasileiro. Desta forma, tudo que envolve a formação do aluno da educação básica deveria seguir a obrigatoriedade da lei, dentre eles a formação docente e a adaptação do conteúdo nos livros didáticos. Mas, apesar da mudança crucial e necessária para o entendimento e inclusão na história social do Brasil,

uma questão nos cabe: como tem sido, na prática, o cumprimento da lei? Pensando essa questão, a proposta deste simpósio é discutir como a história dos povos afro e indígenas estão inseridos nas práticas pedagógicas e de formação docente após a promulgação da Lei 11.645. Assim, abre-se espaços de discussões para pesquisadores, professores do ensino básico e alunos de graduação e pós-graduação que trabalham com o referido tema, a partir das perspectivas da formação do aluno do ensino básico, bem como dos materiais didáticos disponibilizados pelas escolas, da formação docente nos cursos de graduação e das propostas pedagógicas inseridas no contexto da aprendizagem.

31/7 – Terça-feira – Sala 506 CCHLA

Abdias do Nascimento: experiências e escritos para a educação étnico-racial

Elisa Ferreira Teixeira (UFPB)

A inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação a partir das leis 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008, foi de extrema importância para a discussão, conscientização e valorização de sujeitos que foram de grande relevância para a história do Brasil. Sabendo disso, o uso das experiências e escritos do intelectual negro Abdias do Nascimento, que sofreu os ardores do racismo e discriminação, é muito relevante para uso em sala de aula, pois a partir disso é possível demonstrar os obstáculos impostos e a luta empreendida por esse sujeito para que o negro tivesse voz e respeito no seu meio, tornando a educação um caminho para a igualdade racial.

Educação e identidade negra em escolas quilombolas de Arapiraca

Pedro Henrique Soares Pereira (UNEAL)

Luana da Silva Farias (UNEAL)

O presente trabalho tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas no projeto de pesquisa submetido à Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPEP), com o intuito de oportunizar mais uma pesquisa junto a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). Considerando que a educação escolar, para a população negra, é um problema que tem raízes históricas profundas, pois, mesmo depois de liberto, esse direito lhe foi negado ou lhe foi dificultado o acesso à escolarização, a promulgação da Lei nº 10.639 em 2003 e mais tarde da Resolução CNE/CEB nº8 em 2012 (Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola), foi um grande avanço no que tange às políticas afirmativas e valorização da cultura afro-brasileira. No tocante a essa temática, aqui serão tratados dados parciais do amplo projeto de pesquisa intitulado “Educação e identidade negra em comunidades quilombolas do Município de Arapiraca: um estudo comparado entre as comunidades do Pau D’arco e Carrasco”, realizado nas escolas Luiz Alberto de Melo e Escola Manoel João da Silva, localizadas respectivamente nas comunidades quilombolas Vila Pau D’arco e Sítio Carrasco,

no município de Arapiraca-AL. Metodologicamente esse é um trabalho de pesquisa do tipo etnográfico, quali-quantitativo, e os dados aqui apresentados foram coletados por meio de entrevistas e observação participante. Em linhas gerais, a pesquisa busca compreender como vem sendo trabalhadas as noções de negro, negritude e quilombola no âmbito do trabalho pedagógico desenvolvido pelas duas escolas estudadas, avaliando seus impactos na formação das identidades de educadores e educandos envolvidos, pois embora os negros sejam maioria no país, quando se trata da educação formal, infelizmente, observa-se a permanência de uma situação de desigualdade no acesso e permanência em relação aos brancos. A despeito da ampliação das redes escolares em todo o país e da adoção da política de cotas raciais, a população negra ainda apresenta os maiores índices de analfabetismo, desemprego e são minoria nas universidades em todo o país. Por fim, um dos objetivos do trabalho é analisar como as atividades pedagógicas realizadas em ambas as escolas trabalham teórica e conceitualmente as noções de negro, negritude e quilombola, buscando identificar que modelos de relações étnico raciais buscam estabelecer.

O Ensino de História na Contemporaneidade: um estudo dos povos indígenas pelo viés dos jogos didáticos

Profa. Dra. Roseane Maria de Amorim (UFPB);
Profa. Dra. Andréa Giordanna Araujo da Silva (UFAL)

O estudo propõe através de jogos didáticos desconstruir alguns conceitos preconcebidos sobre os povos indígenas e suas culturas, desmistificando algumas de suas práticas através da análise da nossa ancestralidade. A proposta é que a pesquisa possa contribuir com a educação básica mostrando como os saberes desses povos podem repensar a educação escolar. O ensino de História que conhecemos não nos proporciona a aproximação de nossa ancestralidade nem a reflexão sobre ela. Na realidade, fazemos movimentos contrários, pois esses, muitas vezes, são apresentados como inferiores sem nenhuma referência histórica com o qual possamos nos identificar. Em termos metodológicos, a pesquisa é qualitativa, realizada por meio de fontes bibliográficas, construção e vivências com jogos didáticos que possam repensar o ensino de História na contemporaneidade. Estamos filiados aos estudos culturais que entende os diversos modos de interpretar o mundo como formas de saberes válidos para a transformação da realidade em que estamos inseridos. Ao término do trabalho compreendemos que o ensino de História é ressignificado através desses recursos didáticos.

Resistência: a desmistificação da idealização dos índios e negros como sujeitos passivos da história

Vitória Salomão Santos (UFOP);
Stephanie Moreira de Souza Dias (UFOP)

O projeto efetivado na Escola Estadual Coronel Benjamin Guimarães através do PIBID, com a classe do primeiro ano do ensino médio matutino, trabalhou a resistência negra e indígena como complemento da matriz curricular desempenhada pelo supervisor do subprojeto. O

objetivo do projeto foi desmistificar a idealização de índios e negros como agentes passivos da história. Foi trabalhado um recorte que se iniciou no século XVI com o começo da colonização e se estendeu até fins do século XVIII, com o auge do tráfico negreiro nos portos brasileiros.

A metodologia utilizada foi evidenciar as permanências e rupturas dos processos de resistência a partir do exercício de reflexão: o passado pelo presente e o presente pelo passado. Os procedimentos realizados em sala de aula envolveram aulas expositivas, elementos áudio visuais (vídeos e músicas) e oficina. Inicialmente foi traçado durante as aulas um paralelo entre as vivências dos educandos e o contexto histórico estudado pela classe. Os vídeos e músicas que foram utilizados como recursos didáticos tiveram a função de ilustrar as formas de resistência do passado até as conhecidas nos dias atuais. Por fim, foi ofertada uma oficina constituída por uma roda de conversa com o Mestre Damião (mestre da Escola de Capoeira Oxalufã de Mariana) e o capoeirista e estudante do curso de História da UFOP Ângelo, para apresentar a história da capoeira e como essa forma de resistência foi ressignificada ao longo do tempo.

Durante o desenvolvimento do projeto percebemos por parte da classe algumas reproduções do senso comum, entretanto isso permitiu um aprofundamento do debate e posteriormente se iniciou um processo de desconstrução. A discussão despertou uma noção de pertencimento e representatividade, além de desmistificar as culturas indígenas e afro-brasileiras. Dessa forma, as ferramentas utilizadas foram responsáveis pela aproximação dos estudantes com o debate, uma vez que o ritmo musical escolhido (RAP) faz parte de suas referências, bem como o uso da história local. A experiência que o projeto proporcionou aos bolsistas foi de aprendizagem e aperfeiçoamento a prática docente.

História dos povos indígenas e cultura afro-brasileira na prática da Lei 11.645

Profa. Dra. Cláudia Cristina do Lago Borges (UFPB)
Prof. Ms. Vânia Cristina da Silva (UFG)

Desde que a Lei 11.645, de 10 de março de 2008 foi promulgada, a história dos povos indígenas e afro-brasileiros tem sido conteúdos obrigatórios no ensino básico brasileiro. Desta forma, tudo que envolve a formação do aluno da educação básica deveria seguir a obrigatoriedade da lei, dentre eles a formação docente e a adaptação do conteúdo nos livros didáticos. Mas, apesar da mudança crucial e necessária para o entendimento e inclusão na história social do Brasil, uma questão nos cabe: como tem sido, na prática, o cumprimento da lei? Pensando essa questão, é necessário avaliar e discutir como a história dos povos afro e indígenas estão inseridos nas práticas pedagógicas e de formação docente após a promulgação da Lei 11.645. Com as novas diretrizes para o Ensino Fundamental através da BNCC, os diversos trabalhos já publicados sobre a Lei 11.645 vêm de encontro a uma realidade educacional ainda em resistência. Deste modo, este artigo discutirá como a Lei, nesses dez anos, tem sido adotada de forma prática no ensino básico e nos cursos de formação.

“Deserto-me eu-mulher e não temo”- Literatura de autoria feminina negra como ferramenta para o ensino de história

Leliane Amorim Faustino (UFOP)
Maria Lídia de Godoy Pinn (UFOP)

Este trabalho é parte do subprojeto PIBID CAPES-História da Universidade Federal de Ouro Preto, desenvolvido na Escola Estadual Dom Pedro II na cidade de Ouro Preto, no qual se busca atender à lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Africana e Afro-brasileira em instituições educacionais públicas e privadas do país. Contudo, no plano real das escolas brasileiras, percebemos a insuficiência no que tange a presença da temática, assim como proposta pela Lei dentro dos currículos, planos de cursos e na prática escolar. A mulher negra é o ponto central desse projeto educativo que objetiva ressignificar as sensibilidades historicamente constituídas. Desenvolvemos junto aos discentes um processo de ressignificação de ser mulher negra, visto ao processo histórico da escravidão e seus desdobramentos específicos na região. Em busca disso, desenvolvemos através de oficinas os conceitos de racismo, sexismo e machismo sofridos pelas mulheres negras, proporcionando a análise e o pensamento reflexivo acerca do lugar condicionado a elas e ao processo de destituição e violência simbólica decorrente desta lógica. A partir disso, optamos pelas temáticas relacionadas ao feminismo negro em confluência a literatura de autoria feminina negra enquanto produtora de conhecimento, perpassando por diversas linguagens de produção e construção do saber.

01/8 – Quarta-feira – Sala 506 CCHLA

A colonização do Brasil por outra perspectiva: inteligências e tecnologias africanas no processo de colonização e extração do ouro em Ouro Preto - MG

Ângelo de Oliveira Gomes Teixeira (UFOP)
Bruna Carvalho (UFOP)

O Subprojeto PIBID Interdisciplinar Letras: História, Cultura e Literatura Africana e Afro-brasileira é parte do PIBID-UFOP e atua na E.E. Desembargador Horácio Andrade desde o ano de 2015, tendo desenvolvido nesta vários projetos. No ano de 2016, a escola recebeu o projeto “História e Cultura do Bairro Alto da Cruz como ferramenta na formação identitária dos alunos da E.E. Desembargador Horácio Andrade”.

Durante o desenvolvimento desse projeto, os bolsistas envolvidos diagnosticaram certas dificuldades de aplicação, tanto por serem poucas as fontes sobre tal recorte, quanto pelo pouco conhecimento dos alunos a respeito da história e da cultura africana e afro-brasileira, causado principalmente pela pouca ou nenhuma aplicação da lei 10.639/03. Em decorrência disto, foi desenvolvido o projeto “A Colonização do Brasil por outra perspectiva”, um projeto de caráter de base que visa sanar as dificuldades encontradas no projeto anterior através de um estudo do período de colonização do Brasil por uma perspectiva que busca valorizar a importância da tecnologia e inteligência dos africanos escravizados aqui para o sucesso deste processo.

A Lei 11.645/2008 no contexto das políticas públicas educacionais: um olhar sobre o PNE e a BNCC

Dárcya Jeanne Silva de Araújo (UFPB)

O avanço das discussões sobre as questões indígenas tem alcançado êxito no sentido de incluir nas agendas públicas políticas que atendam às necessidades e direitos desses povos. O pontapé inicial dado pelo Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, dando reconhecimento à organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, oportunizou maior visibilidade a esse grupo social, suscitando novos debates em diversas áreas do conhecimento. Apesar de o campo da Educação já estar envolvido nas novas reflexões sobre as questões étnico-raciais, foi apenas em 2008, vinte anos após a promulgação da Constituição Federal e cinco anos após a publicação da Lei nº 10.639/2003 que incluiu o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, que o ensino de História e Cultura Indígena tornou-se obrigatório nos currículos escolares por meio da Lei nº 11.645/2008, que inseriu a temática à Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 9.394/1996). Entendendo o marco lançado a partir da referida lei, é fundamental compreender em que nível ela impactou as metas, planos e documentos que posteriormente foram instituídos como norte para fundamentar os currículos escolares. Nesse sentido, após a inclusão do conteúdo da Lei nº 11.645/2008 à LDB, dois importantes instrumentos de efetivação das políticas públicas voltadas à educação foram aprovados, formando, portanto, um tripé de documentos de referência para a educação básica. O primeiro trata-se do Plano Nacional de Educação – PNE, firmado em 2014 para o decênio 2014-2024, no qual dispõe, em uma das estratégias vinculadas à Meta 7 (Aprendizado adequado na idade certa), a garantia da implementação das diretrizes exaradas na citada lei por meio de ações que permitam a efetivação da abordagem sobre diversidade étnico-racial nas salas de aula. O segundo documento refere-se à Base Nacional Curricular Comum – BNCC, aprovada em 2017, e que, seguindo o mesmo sentido do PNE, também passou a incluir de maneira considerável a temática indígena na base curricular das diversas séries do ensino fundamental II. Em face do exposto, o presente trabalho tem por objetivo discutir como a lei tem sido inserida nesses instrumentos normativos e diretivos elaborados após a sua aprovação, a fim de compreender sua aplicabilidade no contexto das políticas educacionais.

A representação textual e visual sobre os indígenas nos livros didáticos de História do Brasil e a Lei nº 11.645/2008

Anderson da Silva Bastos (UFPB)
Thamires Soares Lima (UFPB)

Decretada em 2008, a Lei nº 11.645 foi responsável pelo desenvolvimento de diversas tentativas de mudanças nas disciplinas de história, os cursos de licenciatura iniciaram inúmeras adaptações mediante a necessidade de resignificar a visão eurocêntrica que apontava os indígenas como meros coadjuvantes da história do Brasil, bem como a necessidade de capacitar futuros professores para a efetivação desta nova forma de observar os povos nativos. No entanto, pode-se notar que estes esforços da academia não adentram nas escolas com a eficiência que se esperou, mesmo após dez anos da promulgação da Lei nº 11.645/2008. Buscando perscrutar as razões para tal fragilidade da lei, este trabalho aponta para o livro

didático e suas imagens vinculadas, como possíveis continuidades de equívocos e visões estereotipadas a respeito dos povos indígenas. Compreendendo a relevância do livro didático para a construção do saber e a força do estímulo visual, buscou-se discutir no presente artigo que apesar de auxiliar importante do docente, o livro pode tornar-se fonte de reprodução de conhecimentos equivocados, a depender do uso que faz dele. Diferentemente dos livros literários, os livros didáticos são regulados pelo Estado através das políticas educacionais, e importante fonte lucrativa para as editoras. Analisando as imagens dos livros didáticos, as representações dos povos indígenas quase sempre estão desvinculadas do texto escrito, e refletem um indígena cristalizado no tempo. Em grande parte dos livros são negadas as mudanças que ocorreram com esses povos ao longo dos séculos, o que sempre foram questões incompreendidas por parte significativa dos brasileiros não índios, gerando distanciamentos, estranhezas e um sentimento de não pertencimento em relação a esses povos. Neste artigo são discutidas questões como “O que é o livro didático?”, “Será que os livros já se adaptaram a Lei nº11.645?”, além de problematizarmos meios de abordar de forma crítica as temáticas indígenas, discutindo o conteúdo textual e visual contido no livro didático, visando transmitir aos alunos informações mais fidedignas das populações indígenas, mostrando a variedade étnica e cultural desses povos e desconstruindo a ideia dos indígenas como coadjuvantes na história do Brasil, identificando suas atuações como tão importantes quanto as de outros povos.

A criação do “outro”: Representações dos povos indígenas através de imagens do período colonial publicadas na literatura didática (Coleção Mosaico, 2016)

Mirian Jossette de Sousa Oliveira (UFCG)

Este artigo é fundamentado na necessidade de compreender o contexto histórico, cultural e religioso que formula uma série de intencionalidades europeias na caracterização de povos indígenas no período colonial, analisando a cristalização desse imaginário de exotismo através das imagens, posteriormente aderidas aos materiais didáticos que auxiliam o ensino de História. Diante dessa problemática, utilizo como fonte imagens produzidas por europeus como Theodore de Bry, Jean-Baptist Debret e Albert Eckhout que foram introduzidas na construção da história relativa aos primeiros séculos da colonização e atualmente estão publicadas em livros didáticos do 6º e 7º ano do ensino fundamental da Coleção Mosaico (2016) e na mídia virtual. A exploração das imagens possibilita de forma independente uma leitura de mundo e quando aliadas ao ensino podem suscitar um grande objeto de discussão, entretanto sua exploração complementar acaba reforçando os mesmos estereótipos trazidos pela colonização. Estas representações históricas permeiam um ideal de civilização conceituada por Aimé Césaire (1978) como uma configuração ocidental que cumpre exatamente a função da colonização, criando o “outro” denominado selvagem para legitimar e propagar o ideal de inferioridade e submissão. A sociedade formada no período pós-colonial é instruída a reproduzir os mesmos discursos, criando barreiras para o acesso a novas produções históricas e educacionais postas por indigenistas como Gersem Baniwa (2006) que reflete sobre esse processo através da resistência e a noção indígena sobre os espaços, culturas e múltiplas etnias.

Educação Escolar Indígena Potiguara: o caso da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiró

Profa. Simone Maria da Silva

O presente trabalho tem como objetivo analisar as peculiaridades que envolvem a realidade educacional dos indígenas Potiguara, traçando as diversas modificações ocorridas nessa área ao longo dos tempos. Nesse sentido, o trabalho pretende esclarecer que na realidade desse povo há uma distinção entre educação escolar e educação diferenciada e que foi necessário um longo processo de luta e resistência para se ter garantido esse reconhecimento junto a sociedade. Sabendo da importância que a escola possui para a formação de um povo, objetivamos perceber como está o contingente dessas instituições nas aldeias pertencentes à cidade de Baía da Traição, visando assim, verificar como essa população está sendo atendida por este serviço tão importante que é a instituição escolar, para tanto, analisamos especificamente o funcionamento da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiró que foi fundada pelo regime estadual, sendo à mesma, de categoria Indígena e diferenciada e, portanto, acobertada por Leis Federais e Decretos que asseguram suas práticas educacionais próprias. Para além do funcionamento também foi realizada a diagnose de duas turmas do ensino médio 1ª e 2ª séries respectivamente, afim de perceber o caráter sociocultural, as dificuldades enfrentadas no espaço escolar, bem como, o contato destes alunos com as tecnologias audiovisuais. As reflexões estabelecidas a partir destas análises nos permite perceber como funciona na prática a educação escolar indígena diferenciada, como a mesma é percebida por alunos e professores possibilitando reflexões sobre a efetivação da Lei 11.645/08 nas escolas que ofertam a educação diferenciada.

SESSÃO CONJUNTA

ST 5 – História & Música: historiografia e ensino de história

Coordenação: Prof. Ms. Antonio Manuel da Silva Júnior (SESC/PE – SEE/PE – UFPB)

A proposta deste Simpósio Temático abarca trabalhos que tenham como temas a discussão entre História & Música, observando um dos três aspectos: **1 - Historiográfico:** As formas da escrita da história – do Positivismo à História Cultural – poderão utilizar-se de canções (oficiais, ufanistas ou populares) como fonte histórica, observando que a canção é fruto da interação social, cultural e política de seus compositores e intérpretes. Poderão se encaixar neste aspecto os trabalhos que [re]interpretam músicas/canções em que as temáticas movimentam o conhecimento histórico e a consciência histórica; **2 - Didático:** É sempre presente em materiais didáticos (livros, apostilas e exercícios) a utilização de músicas. As provas de vestibulares e do ENEM sempre apropriam-se de canções em suas questões. Verificar como esses materiais estão sendo utilizados, através de pesquisas e trabalhos acadêmicos que se ligarão a este aspecto; **3 - Metodológico:** A utilização da canção pelos professores de História em suas práticas cotidianas, como complemento didático, em sequências didáticas ou em projetos pedagógicos, tem sido cada vez mais aplicada. Neste aspecto abrimos a possibilidade de apresentação de projetos vivenciados por graduandos do PIBID ou do estágio docência, além de graduados que vivenciaram suas práticas utilizando-se de músicas.

ST 6 – História & Música

Coordenação: Prof. Ms. Ivan Luís Lima Cavalcanti (UPE – FCAP) e Prof. Ms. Diogo José Freitas do Egypto (UFPB)

Não é tão recente que as pesquisas historiográficas vêm se utilizando de novas possibilidades de recursos em outras linguagens em seus âmbitos de estudos. Os historiadores têm procurado incluir muitas “dessas ferramentas” nos caminhos da história para além das habituais. A possibilidade de experimentar novos caminhos dos saberes resultou numa significativa produção, mais ou menos recente, que valoriza objetos de estudo que até os anos 1970/1980 as universidades e os projetos acadêmicos minimizavam. A partir dessas ocorrências, a música popular assume uma crescente importância como fonte histórica e documental, respondendo por uma parcela dos esforços daqueles que se empenham em alçar voos em novos ares nas pesquisas históricas. É preciso, contudo, atentar para as especificidades da música enquanto fonte e objeto de pesquisa. No caso da música popular,

considerando a fusão de linguagens que opera (música, letra e performance) e as séries informativas nas quais estas implicam (sociológicas, históricas, estéticas, etc.), é importante salientar a necessidade de uma abordagem analítica interdisciplinar, a qual busque o diálogo e a incorporação de conhecimentos produzidos em diversas áreas. A articulação entre elementos poéticos e musicais e a incorporação do material musical propriamente dito (partituras, fonogramas, vídeos) são alguns dos procedimentos que permitem ao historiador discutir a música popular em toda a sua complexidade, bem como explorar ao máximo suas potencialidades enquanto fonte histórica. Tendo recebido focos das mais diversas áreas do conhecimento (Sociologia, Antropologia, História, Letras, Etnomusicologia, entre outras), a relação da música popular com a história apresenta, hoje, um vasto leque de possibilidades, indo desde os estudos que analisam a sua utilização no ensino até pesquisas que abordam questões ligadas à indústria fonográfica, vendagem de discos, censura e hibridismos musicais. Portanto este Simpósio Temático se propõe a ajudar na consolidação e ampliação das discussões apontadas para as relações entre História & Música, valendo-se, para tanto, do acúmulo de experiências vivenciadas nos últimos anos por diversos historiadores.

31/7 – Terça-feira – Sala 507 CCHLA

A era de ouro do rádio e as relações de gênero na canção de fossa

Gabriela Parnaíba Quaresma (UFCG)

Este trabalho traz uma reflexão a respeito de como foi a chamada “era de ouro” do rádio, período que ficou marcado entre as décadas de 1930 e 1950. Atravessando esse momento está o Samba canção, conhecido como “canção de fossa”, isso devido ao sentimentalismo presente não apenas nas letras como nas alegorias das canções desse estilo. É também nesse período que a grande audiência das emissoras de rádio era atribuída aos programas de auditório que elegiam as Rainhas do Rádio, contribuindo na divulgação do samba canção e na qual as interpretetes femininas ganhavam muito destaque. Diante disso interessa-nos aqui estudar as relações de gênero que permeiam esse meio através da análise das principais canções interpretadas pelas grandes cantoras do rádio.

Gênero e Música: transgressões femininas presentes em canções de Chico Buarque de Hollanda (1970-1980)

Karolliny Joally das Neves Miranda (UFCG)

Chico Buarque de Hollanda se trata de um dos mais conhecidos cantores e compositores brasileiros, cuja obra é bastante aclamada e recepcionada pelo público. Além de muitas de suas canções serem comumente tidas como hinos históricos de resistência contra a ditadura militar, outras são bastante conhecidas por representar o gênero feminino. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo empreender uma análise histórica das seguintes canções compostas por Chico Buarque: *Uma canção desnaturada*, *Geni e o Zepelim* e *Folhetim*. Trata-se de três canções que foram compostas para a peça *A ópera do malandro*, escrita por Chico Buarque em 1978. Em nossa perspectiva, as três músicas trazem como personagens mulheres

que transgridem as convenções e as normas sociais: uma mãe amargurada e arrependida com a maternidade, e mulheres despudoradas que saciam seus desejos sexuais, ainda que tenham que conviver com a discriminação por parte da sociedade. Como fontes, faremos uso das canções já citadas, de entrevistas concedidas pelo cantor e de matérias acerca de sua vida e obra veiculadas por programas de televisão (*Ensaio, Vox Populi, Canal Livre*), jornais (*Movimento, O Pasquim, Folha de São Paulo, O Globo*) e revistas (*Veja, Revista Manchete*) da época - muitas delas fornecidas pela plataforma digital do próprio Chico Buarque -, bem como de dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). Por fim, vale frisar que essa pesquisa faz parte de um projeto mais amplo que pretende analisar as representações do feminino nas canções de Chico ao longo da década de 1970.

A música como fonte historiográfica: uma análise da música “Chiclete com Banana”

Prof. Glauber Paiva da Silva (UFRPE)

Ao longo dos séculos a historiografia se modificou e, conseqüentemente, ao mesmo passo as fontes historiográficas que o historiador utiliza para representar a história também se remodelaram. A partir do século XX ocorre o alargamento das fontes historiográficas e hoje o historiador tem uma gama de fontes que pode debruçar-se para fazer suas pesquisas. Uma das fontes que mais tem adquirido simpatizantes são as fontes musicais, onde o historiador pode fazer uma análise não apenas da letra, mas da performance musical do interprete, do ritmo e harmonia e, até mesmo do contexto em que a música foi composta. Pensando nisso, propomos em nosso trabalho analisarmos com o método hermenêutico a música “Chiclete com Banana” do cantor popular Jackson do Pandeiro, que foi composta durante o período em que o *Rock and Roll*, vindo do exterior, e a Jovem Guarda despontavam no Brasil. Utilizaremos das ponderações de Moraes e Saliba (2010) e Napolitano (2008) para respaldarmos a concepção dessa proposta. Esse trabalho é resultado da nossa pesquisa de dissertação da Pós-Graduação em História, que ainda está em andamento na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Alimentando a guerrilha cultural: considerações sobre a Coletiva de Música e o Musiclube da Paraíba

Prof. Ms. Diogo José Freitas do Egypto
(SEE-PB; Prefeitura Municipal de Bayeux)

A presente comunicação tem como pontos centrais de discussão a ideia de "guerrilha cultural" e as experiências da Coletiva de Música e do Musiclube da Paraíba. Num primeiro momento, farei uma breve introdução a respeito do Grupo Jaguaribe Carne de Estudos, fundado em 1974, na cidade de João Pessoa, pelos irmãos Pedro Osmar e Paulo Ró. Este grupo já atravessa mais de quatro décadas de atuação no cenário artístico e cultural paraibanos, desenvolvendo uma série de iniciativas e projetos denominados por seus integrantes como um trabalho de "guerrilha cultural" - o apoio ou a intervenção direta em ações de cunho social, cultural ou educacional, contando ou não com o incentivo de políticas públicas e/ou instituições de

fomento à cultura e buscando sempre seguir na contramão do que é proposto pelo establishment cultural. A partir da compreensão dessa ideia, é possível analisar duas importantes iniciativas encabeçadas pelo Jaguaribe Carne: na segunda metade dos anos 1970, a Coletiva de Música; e na década de 1980, o Musiclube da Paraíba. Tais projetos, conforme tentarei demonstrar, podem ser tomados não só como importantes momentos de mobilização e movimentação artístico-musical na cidade de João Pessoa, mas também como experiências pioneiras, as quais viriam a influenciar de alguma maneira os artistas e agentes culturais da capital paraibana até os dias atuais.

Titãs e Legião Urbana: Os retratos do país em 1986-1987

Antonio Manuel Da Silva Junior (SESC-PE/SEE-PE)

Ainda em anos de Ditadura militar no Brasil, na virada dos anos 1970 para os anos de 1980, existam algumas cenas do rock se formando. A cena de São Paulo tinha suas várias variáveis: na periferia o punk dominava. Outra cena que aparecia em São Paulo era com ares alternativo que se formara no Teatro da Lira Paulistana com bandas principalmente performáticas. Foi lá que apareceu a banda Titãs do Iê-Iê. Em Brasília, temos a origem de um movimento cultural importante. O punk é uma das principais influências para o movimento ali presente. Dentre as dezenas de bandas, o Aborto Elétrico se forma e é o núcleo de outras duas bandas que são importantes para a história do rock nacional: Capital Inicial e Legião Urbana. Titãs e Legião Urbana, na década de 1980 lançam seus primeiros álbuns e se destacam com os álbuns *Cabeça Dinossauro* (Titãs) e *Que País É Este* 1978/1987 (Legião Urbana) nos anos de 1986 e 1987 respectivamente. As letras e músicas mostravam uma realidade brasileira cheia de questionamentos e de representações. Analisaremos algumas canções desses dois álbuns.

“Eu, você, nós dois já temos um passado, meu amor”: a construção da nova MPB e sua tentativa de ligação com passado

João Kaio Miguel Arruda (UFCG)

Este trabalho é fruto de discussões do grupo de estudo “História e Música” da UFCG-CFP campus Cajazeiras coordenado pela professora Dra. Uelba Alexandre do Nascimento, e fruto também de um curso de extensão oferecido pelo grupo de estudo, intitulado: “Pelas trilhas sonoras da História: Música popular brasileira e relações de gênero no século XX”. Com isso o trabalho versa entender o conceito de “Nova MPB” e como se deu sua construção, analisando a importância de jornalistas e revistas especializadas em música nesse processo. A partir disso vamos buscar compreender o que faz um artista se encaixar nesse cenário de “Nova MPB”, e o que realmente tem de novo para se distinguir da MPB dita “Clássica”. O artigo busca mostrar também através de uma pesquisa quantitativa em redes midiáticas de divulgação na internet como por exemplo: Spotify, YouTube e Facebook como as mulheres tem um sucesso maior do que os homens na “Nova MPB”, pelo menos numericamente. O trabalho tem Marcos Napolitano como suporte teórico, ajudando a entender o processo de História e música para além das letras, ou seja, ajudando a entender a importância de todo o processo de criação, ponto central quando se fala em “Nova MPB”.

ST 7 – Teoria e História da Historiografia

Coordenação: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha (UFCG) e Prof. Ms. Elton John da Silva Farias (PMJP; USP)

Este Simpósio Temático busca reunir textos que tragam contribuições ao *metiér* do historiador à medida que tenham reflexões sobre questões de Teoria, Historiografia, Epistemologia e/ou Metodologia históricas, questões estas que estejam sintonizadas com as mudanças no modo de conceber e escrever a História nessas últimas décadas e centradas numa nova noção de *mimesis*, no repensar do tempo histórico, na adoção de fontes renovadas e de novos métodos de pesquisa. Ademais, reúne trabalhos que discutam questões de Historiografia e Epistemologia, se possível, enfatizando a análise de certos procedimentos metodológicos para lidar com as diversas linguagens artísticas e/ou científicas (a exemplo de Música Popular ou Erudita, Cinema, Televisão, Fotografia, Artes Plásticas, Literatura, Dança, Teatro, etc. – estas no campo das artes – e das Ciências Naturais, Humanas e da Sociedade – estas no campo científico) na compreensão da historicidade referente tanto ao conteúdo das obras analisadas quanto às suas questões de ordem estética e/ou de recepção e interpretação de seus significados. Intenta, assim, dar espaço à pluralidade de linguagens e temáticas de pesquisa, desde que relacionadas à Teoria e/ou Historiografia, que têm ganhado bastante espaço nas pesquisas nos últimos anos devido ao seu potencial de sintonia para com as tendências que se postam na ordem do dia para a produção historiográfica recente e para a própria Epistemologia da História.

31/7 – Terça-feira – Sala 508 CCHLA

Arte e vida ou da literatura ficcional como fonte de saber histórico

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha (UFCG)

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a relação entre história e literatura no tocante ao potencial desta última ao ser recortada como fonte histórica, uma fonte hoje recorrente em inúmeros trabalhos de história social e/ou cultural. Trata-se de refletir sobre os usos possíveis do texto literário como uma fonte de saber histórico, quer se trate de textos da grande literatura oitocentista, de feição romântica, realista e/ou naturalista, quer se trate da chamada literatura de vanguarda, ligada ao movimento modernista *fin-de-siècle*, antípoda do movimento literário anterior; quer se trate do movimento modernista em literatura, com sua aversão à ideia de verdade e conseqüente abandono de qualquer dimensão histórico-social, quer da literatura do trauma ou caos, à qual, na esteira de Auschwitz, vem se consolidando, de um lado, como literatura de reconhecida qualidade estética e, de outro, como uma literatura marcada por uma crítica seminal a genocídios, guerras e regimes de exceção. A

hipótese aqui é que todos esses gêneros literários se prestam, direta ou indiretamente, a possíveis usos no enfoque de temas históricos dados.

Interfaces da Literatura e da História no romance *Viva o Povo Brasileiro*: uma possibilidade de pensar o fazer historiográfico

Profa. Fabiana Cruz da Silva (UFPB)

As últimas décadas do século XX marcou uma virada nos domínios da história ocasionando rupturas epistemológicas que puseram em questionamentos certas posturas historiográficas, culminando na chamada crise da era das certezas, de leis e modelos a regerem o social, possibilitando o surgimento de novos conceitos, formas de abordagens e metodologias no campo da história, o que resultou em uma série de discussões em torno da cientificidade da disciplina, do papel do historiador na produção do conhecimento histórico, e da narrativa, enquanto produto de seu trabalho. A partir desse universo de ampliação dos elementos e fontes que integram a pesquisa histórica o presente trabalho tem como objetivo, a partir das interfaces da Literatura e da História no romance *Viva o Povo Brasileiro* (1984), trazer uma reflexão sobre as possibilidades do fazer historiográfico. O uso da análise literária para a compreensão do conhecimento histórico tem se apresentado há algumas décadas como um campo promissor no pensar a cultura histórica e historiográfica e as mediações teóricas, metodológicas e epistemológicas que permitem ao historiador ampliar as fronteiras e os debates no campo interdisciplinar. Assim sendo, os suportes teóricos que nortearão esse trabalho se pautarão na perspectiva da História Cultural e nos debates construídos no campo de uma história da historiografia que tem possibilitado ao historiador assumir a arte literária como um espaço de pesquisa, por entendê-la como uma possibilidade de registro das relações humanas em sua historicidade. Com base nessa proposta, vislumbramos contribuir para ampliar as reflexões sobre a produção do conhecimento histórico e o *métier* do historiador diante das renovações teóricas e metodológicas que acompanham as mutações da disciplina.

Discutindo fontes e documentos no século XXI a partir da poética de Medeiros Braga: uma via de mão dupla entre a historiografia e o cordel brasileiro

Prof. Paulo Gracino da Silva
(Prefeitura Municipal de Guarabira)

Neste artigo é apresentada uma abordagem teórica em torno da produção historiográfica, enfatizando tanto a importância da literatura de cordel como documento sócio histórico quanto a da historiografia como fonte de pesquisa para os “ditos” poetas populares nordestinos. A partir da historicidade da própria história é possível mostrar a relação (às vezes recíprocas, às vezes contraditórias) entre a poesia e a historiografia, partindo dos tempos de Heródoto e Tucídides (em que a história surge em oposição à poesia); passando pela história que ora se dizia política, religiosa, filosófica; ora se afirmava ciência; confluindo para uma história econômica, social, buscando a totalidade dos fatos; até se fragmentar numa nova história cultural, na qual a tudo se adequa ao ofício do historiador. Da mesma forma o cordel

brasileiro surge como poesia popular (por volta do final do século XIX), servindo de instrumento de informação e de propagação dos fatos que marca(ra)m a sociedade dos poetas e leitores/ouvintes - além de contribuir para o entretenimento, diversão e alfabetização – indo até ao ponto dele adentrar às universidades e dos graduados ingressarem como poetas cordelistas (entre o final da década de 1979 e início da de 1980). Nesta abordagem, Hartog (2013) contribui para a compreensão da historicidade da história e das fontes; Farge (2011) nos mostra onde se pode encontrar a história na atualidade; Le Goff (2012) é o orientador em relação à concepção dos documentos; enquanto Certeau é o norte para a escrita da história; e Chartier (2002) esclarece sobre a apropriação de culturas encontrada neste processo. Abreu, (1999), Curran (1988) e Luciano (2012), juntamente com outros pesquisadores da área, contribuem com o delineamento da trajetória do cordel brasileiro. É deste ponto, portanto, que é feita a análise da poética de Medeiros Braga, pois o cordelista paraibano se apropria dos conhecimentos científicos e da licença poética para popularizar os fatos históricos, produzindo novos conhecimentos e mais vestígios para os historiadores, no século XXI.

História e ficção: caminhos, cruzamentos e percalços

Prof. Luís Felipe Gonçalves do Nascimento (UFPB)

Propomos discutir nesta comunicação alguns dos cuidados necessários ao historiador quando utiliza como fonte a literatura de ficção. Foi na década de 1970 que o embate entre as narrativas históricas e literárias passaram a despertar debates profícuos nos dois lados; com posturas que se estendem desde Hayden White, para o qual história e ficção são discursos que imaginam para representar, o que distancia ambos do acontecido. Em oposição, pode-se considerar a montagem magistral de uma defesa do saber histórico minuciosamente operada por Michel de Certeau, naquela mesma década, quando este considera que a partir da identificação do que não é histórico, e do seu distanciamento, a historiografia poderia reivindicar seu lugar de “protetora do real”. Em Certeau, a narrativa histórica possui uma capacidade de se fazer limpa, não ficcional. Em 2018 esta discussão parece bastante madura. Já nos é autorizada, sem grandes dramas, a posição de autonomia em relação ao discurso ficcional. Seguindo o pensamento de Michel de Certeau, percebemos posturas muito lucidas como a de Paul Ricoeur, para o qual a epistemologia da história sempre esteve ligada a uma produção que se pretende fazer crer. No que se refere à discussão sobre a metodologia utilizada pelos historiadores ao se utilizar de fontes literárias parece ainda haver querelas amplamente discutidas pelos pares. O tratamento das fontes ficcionais deve considerar que sua produção está ligada ao transbordamento de representatividade de mundo, potencializado pela capacidade criadora do homem, e não se prende a critérios de controle. Conscientes da ampla discussão teórica acumulada sobre relações entre história e literatura, esta comunicação discute alguns procedimentos metodológicos. No caso específico da pesquisa que ora produzo no mestrado, trabalhando com José Lins do Rego e seu ciclo da cana de açúcar, as seguintes preocupações fazem-se presentes: Necessidade de imersão no meio social do autor, de maneira que entender a representatividade de uma literatura ficcional pede ao historiador o conhecimento do regime em que o autor está inserido; o distanciamento crítico em relação ao ficcionista, evitando confusões entre resultados possíveis e opiniões preconcebidas; seleção bibliográfica para o cruzamento entre as fontes, considerando que a

narrativa do ciclo, embora imersa em tentativas de representar a infância de Zé Lins, não se configura como uma produção voltada a uma credibilidade de fazer-se, em sua essência, verossímil. Pretende-se discorrer acerca destes procedimentos metodológicos no sentido de inquietar, de refletir sobre os caminhos, percalços e horizontes que se apresentam ao historiador, quando este profissional é seduzido pelos encantos das sereias que chamamos, genericamente, de ficção.

Zé Limeira e a “poética do absurdo”: reflexões sobre a construção de um mito cultural

Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade (UFRN; UFCG)

Esta comunicação trata das primeiras reflexões da pesquisa em andamento sobre o poeta paraibano Zé Limeira, conhecido pela antonomásia de “Poeta do Absurdo”, e que objetiva analisar o seu processo de mitificação em função do lugar que passou a ocupar na produção cultural sobre o tema da cantoria de viola a partir da década de 1970. Inserido numa fase de intenso interesse intelectual pela cultura popular e folclórica, o processo de mitificação de Zé Limeira emerge das novas condições de veiculação e da transposição, de forma escriturística, de um mito da cultura oral. A despeito da sua afirmação e da recorrência com que se faz referência ao tema, a produção historiográfica sobre os mitos culturais regionais, ainda recinte de novas análises. Partindo da noção de cultura enquanto uma “travessia”, a comunicação focará em um eixo específico da investigação, o que busca compreender o lugar de autoria e as trajetórias do advogado e jornalista campinense Orlando Tejo e sua obra “Zé Limeira, o Poeta do Absurdo” (1973). A seguir, os procedimentos e usos de um rico arquivo cultural, por diferentes agentes culturais, que transformam e legitimam o mito através da proliferação de diferentes produções poéticas no decurso das décadas de 1970 e 1980. Em síntese, pressupõe-se que esta ambientação, em termos de tempo, espaços e experiências no campo de velhas/novas práticas, acabou por dar corpo a um mito cultural. Teórico-metodologicamente, tematiza-se as noções de folclore e cultura popular a partir inspiradoras reflexões sobre os mitos (Levi-Strauss), poéticas (Zumthor) culturas (Certeau) e análise de discurso (Foucault).

O cotidiano da Gente Pobre do Campo revelado na Literatura de Cordel

Prof. Ms. Josinaldo Gomes da Silva (UFCG)

A presente comunicação oral tem como temática central, revelar o cotidiano da “gente pobre do campo” no semiárido paraibano, tendo a literatura de cordel como fonte historiográfica. Para tal empreitada, indicamos a coleção de folhetos publicados pelo poeta popular Manuel Camilo dos Santos, cantador violeiro, poeta popular, tipógrafo, xilógrafo, datilógrafo, horoscopista, escritor e editor nasceu no dia 9 de junho de 1905, no Município de Guarabira (PB) e pelo também poeta popular Manuel Pereira Sobrinho, nascido em 8 de agosto de 1918, no distrito de Passagem, município de Patos, no Sertão paraibano. Os referidos poetas populares publicaram trabalhos originais, de autoria própria e também publicaram trabalhos de autoria de outros poetas, a exemplo de Leandro Gomes de Barros. Trata-se de uma

produção variada que compreende os folhetos políticos, os desafios, os movimentos sociais e políticos, como: o cangaço, a salvação do norte, as queixas gerais e os romances e histórias que tem como principal temática a questão da honra e a luta do bem contra o mal. No entanto, como explicar a formação de um público para uma literatura impressa numa região com um alto índice de analfabetismo? O fato é que os folhetos eram lidos em voz alta pelos vendedores nas feiras semanais, e também nas residências por algum membro da família que sabia ler, ou por vendedores que visitavam as famílias para vender seus folhetos. Dessa forma, a literatura de cordel conquistou o “coração desvelado” da gente pobre do campo, tornou-se uma espécie de “fábrica de sonhos compensatórios”, um apoio psicológico a essa gente, pois os romances e histórias, lhes proporcionava uma viagem de encantamento e fantasias de identificação com heróis e heroínas que vingavam-se dos vilões que os exploravam. Dessa forma, o êxito editorial dessas histórias testemunham a atitude mental do público leitor (entre eles os ouvintes), isto é, nos permite inferir no cotidiano desse público consumidor, cotidiano esse marcado pela exploração, de quem era submetido a conviver com a arrogância dos grandes proprietários de terra, numa época em que a lei parava nas porteiras das fazendas. Enfim, cada leitor apropriava-se das histórias de um modo pessoal, criando fantasias que contribuíram tanto para formar uma identidade individual quanto coletiva.

01/8 – Quarta-feira – Sala 508 CCHLA

Nordeste: escrevendo uma história ambiental

Éverton Alves Aragão (UFCG)
José Otávio Aguiar (UFCG)

Este artigo busca identificar e posicionar o Nordeste brasileiro nos estudos do meio ambiente em uma perspectiva temporal por parte dos historiadores e de seus trabalhos publicados. Utilizamos livros, teses, dissertações, monografias e artigos, para auxiliar este balanço e na identificação de possíveis temáticas para a História Ambiental no Nordeste. Essas produções, em sua maioria, foram resultadas das recentes mudanças sociais e das medidas governamentais, que promoveram entre os historiadores novos olhares epistemológicos para o verde (Ponting) e para a paisagem (Schama). Nesse sentido, observamos que desde o advento da História Ambiental no Brasil – já na década de 1980, há estudos que se enquadram como sendo de História Ambiental –, suas temáticas e potenciais objetos de estudos estão concentrados no eixo Sul-Sudeste do país, devido ao apoio econômico às pesquisas e a solidez da questão ambiental nessas regiões. Todavia, o Nordeste possui características que o distingue do restante do território – a exemplo de seu clima, vegetação, fauna etc. Essas diferenças são nítidas em trabalhos como a tese de doutorado de José Aécio Alves Barbosa: História Ambiental e Fauna cinegética em fragmentos urbanos de Floresta Atlântica: uma abordagem interdisciplinar e conservacionista, as dissertações de mestrado intitulada Abertura política e os debates socioambientais: propostas da APAN (associação paraibana amigos da natureza), em João Pessoa no período de 1978-1985 de Gutierre Farias Alves e História Ambiental de Quilombos: O Caso das Terras de Preto da Matina de Maria Aparecida Pereira Vitório entre outros importantes trabalhos. Essa região, portanto, se mostra com

novos desafios teóricos, necessidades e possibilidades de diálogo intelectual – que vagarosamente estão sendo abertos nos últimos anos.

Uma história para Minas, uma identidade para a Nação: a construção do pensamento historiográfico de Nelson de Senna

Profa. Dra. Fabíula Sevilha de Souza (UFMG)

Nelson Coelho de Senna foi um importante político e intelectual de Minas Gerais na primeira metade do século XX, ocupante da cadeira de história do Externato Ginásio Mineiro, e fundador-benemérito do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Em seu pensamento historiográfico predomina o topos corrente à época da história como responsável pela construção do amor à pátria, do civismo, e da educação voltada para o progresso da nação. O destaque e a peculiaridade, razão de nosso interesse, ficam por conta da sua transição constante da história regional para a nacional. O ponto de partida de sua narrativa é, muitas vezes, Minas Gerais. No entanto, os acontecimentos só ganham sentido num contexto mais amplo. A seu ver, temas como a Conjuração Mineira deveriam ser conjugados com o da Abolição da Escravidão, pois, ambos influenciaram – e com certa equivalência – o “espírito juvenil dos alunos”. Nesse sentido, esta comunicação de pesquisa investiga as relações entre a concepção de história presente nos escritos de Senna e a construção de uma identidade nacional formada a partir de um contexto regional. O objetivo geral é contribuir para o debate sobre a construção do pensamento historiográfico em Minas Gerais na Primeira República.

Arquivo, memória e documento: elementos para uma discussão historiográfica

Lilian de Lima Beserra (UFMG)

Profa. Dra. Maria Lucinete Fortunato (UFMG)

O presente trabalho é fruto da pesquisa de iniciação científica “Tecendo saberes e práticas: o NDHDL do CFP/UFMG como lugar de produção e preservação da memória histórica sobre o sertão paraibano”. Trata-se de um estudo de caráter historiográfico que visa analisar as condições investigativas do acervo documental do Núcleo de Documentação Histórica Deusdedit Leitão, a fim de apreender os lugares de produção dos seus principais autores, como são enunciadas a preservação da memória histórica sobre a história do Alto Sertão Paraibano, bem como suas possibilidades de pesquisa e de utilização para a produção de conhecimentos. A pesquisa se encontra na primeira etapa e o nosso objetivo é de abordar, a partir das discussões teóricas desenvolvidas, o debate acerca das definições de arquivo, memória e documento, tendo como fundamento as perspectivas teórico-metodológicas elaboradas pelo filósofo Michel Foucault. Com base nesta discussão, problematizaremos como e até que ponto o NDHDL se constitui para além de um espaço de preservação e longe de um resgate de memórias históricas, analisando a função do historiador neste contexto, frente ao o sistema de enunciabilidade ali vigente.

O poder da mídia e seus desafios ao historiador do Tempo Presente

Prof. Ms. Paulo Alexandre Xavier Marques (UFCG)

Este artigo reflete sobre os novos desafios que se impõem ao historiador do Tempo Presente. Discute sobre as implicações de ele ser ao mesmo tempo sujeito e objeto da historiografia num mundo em que são cada vez mais desafiadoras as relações entre o seu trabalho e o crescente poder dos agentes formadores de opinião. Tal desafio resulta do desenvolvimento de novas e poderosas tecnologias, tais como o jornalismo digital, as redes sociais e os programas editores de imagens. Neste contexto, analisa as possibilidades e as limitações do uso de imagens digitais como fontes na pesquisa para a História do Tempo Presente.

Teoria e História das Imagens no pensamento de Walter Benjamin e Georges Didi-Huberman

Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Neto (UPE)

Em conhecido ensaio sobre a obra de Arte e sua difusão no mundo contemporâneo, escrito na década de 1930, o filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940) já atentou para os vínculos existentes entre a palavra escrita e as imagens, bem como para a dimensão mística da Arte ao sugerir que as manifestações estéticas transitam entre sua visibilidade material e a espiritualidade na medida em que evocam, nos observadores, intuições, sentimentos e sensações subjetivas. Georges Didi-Huberman, filósofo e historiador francês, propõe uma série de reflexões sobre os paradoxos da História da Arte, dialogando em alguns momentos com Benjamin e elaborando um percurso teórico divergente do célebre paradigma indiciário. Proponho, neste trabalho, realizar uma problematização acerca desses pontos de encontro entre o pensamento de Benjamin e Didi-Huberman em termos de teoria e história da arte.

Uma Historiografia Silenciada: a Historiografia do (Glam/Glitter) Rock

Prof. Ms. Elton John da Silva Farias
(Prefeitura Municipal de João Pessoa)

O Glam/Glitter Rock emergiu na primeira metade dos anos 1970, utilizando-se da Moda e da estilística da época para chamar a atenção do público através da performance dos/as artistas nos discos e nos palcos. A androginia, roupas coloridas, sapatos plataforma, calças boca-de-sino, roupas de lamê e seda em homens; camisas quadriculadas, terninhos com mini-gravatas e calças jeans em mulheres. Houve também uma combinação de moda, teatro, arte, espetáculo, dinheiro. Considerado o primeiro estilo musical pós-contracultura, o Glam/Glitter tratou de questões de gênero, de espetacularização, de teatralidade e alegoria que construíram identidades diversas para a celebridade e a fama na década de 1970, sendo recorrentes nas vidas, obras e apresentações de artistas ligados ao Glam. O objetivo deste texto é apresentar e discutir as obras de historiadores/as e pesquisadores de áreas afins que se debruçaram sobre o tema, tais como Dave Thompson, Philip Auslander, Phillip James Allcock, Dick Hebdige, Janaina Ann Vela, etc.

ST 8 – As contribuições da metodologia da História Oral para a compreensão das cidades

Coordenação: Profa. Ms. Tatiane Vieira da Silva (UFPE) e Profa. Ms. Alana Cavalcanti Cruz (Colégio e Curso Evolução)

Este Simpósio Temático se propõe a tratar dos relatos orais de memória enquanto fonte histórica, bem como, metodologicamente falando, no que diz respeito a experiência do universo acadêmico em relação aos estudos sobre a cidade. Nesse entendimento, compreendemos que após o advento da História Cultural ocorreu uma ampliação do leque de objetos possíveis de serem estudados, dessa forma, a urbe passou a ser problematizada para além do âmbito econômico e social, revelando a cidade, seus usos sociais e ou/políticos como uma possibilidade de leitura historiográfica. A oralidade é uma ferramenta para a realização de uma leitura sobre a cidade, por contribuir para a produção do conhecimento histórico e favorecer uma multiplicidade de relatos individuais e/ou coletivos durante as entrevistas realizadas. Este Simpósio Temático objetiva acolher pesquisadores que tenham se valido das contribuições da metodologia da história oral, nos trabalhos que tomam a cidade como objeto de pesquisa e que suscitam histórias e memórias dos sujeitos que circulam pelas multifacetadas cidades.

31/7 – Terça-feira – Sala 509 CCHLA

Práticas culturais e sociais dos antigos moradores da cidade de João Pessoa do século XX

Profa. Ms. Alana Cavalcanti Cruz
(Colégio e Curso Evolução)

Nas últimas décadas o urbano tem sido caracterizado, para além da configuração física, pois existe o entendimento por parte dos estudiosos, da necessidade de se observar outros aspectos do cotidiano citadino, tais como, os processos culturais e o imaginário dos que o habitam (CANCLINI, in TEIXEIRA, 2008). Após o advento da História Cultural ocorreu uma ampliação do leque de objetos possíveis de serem estudados, dessa forma, a urbe passou a ser problematizada para além do âmbito econômico social, revelando a cidade, seus usos sociais e ou/políticos como uma possibilidade de leitura historiográfica. Nesse entendimento, pretendemos conduzir esse artigo, considerando as práticas culturais e sociais dos antigos moradores da cidade de João Pessoa, elegendo como marco histórico desde a década de 1930, até meados do século XX. Fundamentadas teórico e metodologicamente através da História Cultural e suas múltiplas representações (CHARTIER,1990), entendendo a cidade como um

texto (CERTEAU, 2014). A metodologia da história oral (BOSI, 2003) e (MONTENEGRO, 1992), também foi fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa.

As memórias dos moradores do bairro São José, João Pessoa – PB

Cássio Geovani da Silva (UFPB)

O surgimento do movimento da história vista de baixo refletiu em uma nova determinação para considerar mais seriamente as opiniões das pessoas comuns sobre seu próprio passado. A partir dessa perspectiva, o presente trabalho objetiva investigar amaneira pela qual os moradores percebem(ram) a formação do Bairro de São José, situado na cidade de João Pessoa-PB, bem como as mudanças ali ocorridas ao longo do tempo. Para a efetivação desse objetivo, utilizamos a metodologia da história oral defendida por Paul Thompson que considera sua contribuição muito importante, pois é um recurso que reconhece as contribuições culturais, sociais, artísticas e políticas de grupos sociais geralmente excluídos e que, quando ouvidos, deixam registrado o que havia sido ignorado pela historiografia tida como oficial. A abordagem da pesquisa foi qualitativa utilizando-se a História Oral de Vida e imagens fotográficas como recursos metodológicos. Os dados desta pesquisa foram obtidos mediante a observação participativa, entrevista semiestruturada e pelo diário de campo. O desenvolvimento desta pesquisa contribuirá para a produção do conhecimento científico acerca da temática referente à historiografia local, haja vista que há um escasso acervo sobre o tema abordado. Buscamos ainda trazer a história para dentro da comunidade do Bairro São José, e com isso, extrair através das memórias dos seus moradores, uma história que propicie um sentimento de pertencer, contribuindo para a formação de seres humanos mais completos e autoconfiantes. Apesar de suas limitações esta pesquisa revelou que a metodologia da história oral aplicada à perspectiva da história vista de baixo oportuniza a exploração das experiências históricas de homens e mulheres comuns Além disso, esse trabalho pretendeu incentivar outros colegas pesquisadores a desenvolver reflexões sobre a história do Bairro São José, bem como sobre as memórias dos seus moradores(as).

Gentrification no Centro Histórico de João Pessoa

Diego Amorim Novaes (UFPB)

A *gentrification*, enquanto movimento de substituição social, consiste na aplicação de investimentos em áreas consideradas degradadas/desabitadas a fim de sua revitalização e ocupação por grupos sociais de maior poder aquisitivo. No Brasil, quando atrelada ao turismo global, a *gentrification* se dá em Centros Históricos que passam por reformas financiadas por parcerias público-privadas para a atração de público consumidor de frequência. Os Centros Históricos no país possuem uma história comum de perda de centralidade para outras áreas da cidade durante o século XX. Enquanto as classes altas se deslocam para os novos centros, o Centro Histórico é preenchido por setores de serviço e comércio e por camadas das classes baixas. A partir de 1937, verifica-se um esforço do poder público para preservar monumentos do período colonial e imperial próprios dos Centros Históricos, através de órgãos de

tombamento como o Span e Sphan/Pró-Memóra. A *gentrification*, assim, se dará pela união de dois discursos: o da marginalidade, degradação e esvaziamento desses centros e a urgente necessidade de sua revitalização, e da necessidade de preservação e resgate da memória da cidade através de políticas de tombamento e reforma por parte do poder público. Em João Pessoa, Paraíba, esse processo ocorre a partir da década de 1980, quando do início das ações do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Neste trabalho, pretendemos caracterizar a *gentrification* própria do Centro Histórico de João Pessoa através da análise da trajetória urbana da cidade, com a criação e substituição de centros urbanos, bem como a narrativa histórica do conceito de patrimônio cultural que culmina na preservação pautada no mercado turístico global. Utilizaremos a tese de doutorado de Regina Celly Nogueira da Silva sobre a vinculação da preservação patrimonial ao capital turístico em João Pessoa e as dissertações de mestrado de Roberta Paiva Cavalcante e Ana Luiza Schuter da Costa, ambas sobre as políticas de preservação implementadas na área. Além disso, utilizaremos uma bibliografia complementar sobre o desenvolvimento da noção de patrimônio cultural no Brasil, e sobre o crescimento e desenvolvimento urbano da cidade de João Pessoa, Paraíba.

A história da sua cidade está nas pessoas a sua volta: a pesquisa sobre o algodão de Ingá – PB

Prof. José Batista de Lira Neto (UFPB)

Este trabalho tem por objetivo discorrer sobre a História Oral desde a coleta de suas fontes até o uso das mesmas. Vale salientar que este texto aborda questões particulares que contribuem de forma geral para o trabalho com a História Oral. Ele resulta da minha pesquisa sobre a História do Algodão da cidade de Ingá na Paraíba e através dessa pesquisa consegui adquirir sugestões para pesquisarmos e trabalharmos com as fontes orais, que por meio deste trabalho venho compartilhar com outros pesquisadores. Dialogando com a História Cultural em Roger Chartier e com teóricos da História Oral como Etienne François, Janaína Amado, Jorge Lozano e José Meihy, mas também com teóricos da memória como Pierre Nora e Michael Pollak, este trabalho resulta em um artigo que aborda questões para reflexão do uso e da busca das fontes orais.

História local: prospecção, sistematização, digitalização e disponibilização de acervos – o caso do município de Serra Branca na Paraíba

Jéssica Hellen dos Santos Araújo (UFPB)

O presente artigo se constitui como resultado alcançado pelo Projeto “História Local: memórias e futuros possíveis, acervo e arquivos da história do Município de Serra Branca PB” e tem por finalidade apresentar o Plano de Trabalho intitulado “Sistematização, digitalização e organização dos documentos históricos do Município de Serra Branca: disponibilizando memórias na Casa de Cultura Professora Estelita Antonino”. Tem como referenciais teóricos a História Social Inglesa a partir das contribuições de E. P. Thompson; a Micro História Italiana, tendo como base autores como Geovani Levi e Jacques Revel; a Memória e a História

Oral a partir de autores brasileiros, como Verena Alberti e a História Local, a partir das experiências teóricas e metodológicas oferecidas por Vilma Melo. Este trabalho refere-se à atividades do Projeto Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos, presente na UFPB desde a década de 1980, desta feita no município citado. O trabalho de pesquisa de campo junto à comunidade e nos arquivos Serra Branca e João Pessoa teve início no ano de 2007, porém sofreu descontinuidade devido a variados fatores, retomando suas atividades quase dez anos depois (2016). A retomada dos trabalhos se deu por meio de projeto PIBIC que se encontra no segundo ano de efetivação e conta com ações de prospecção, sistematização, digitalização e disponibilização de acervos sobre o material coletado nos anos de 2007-2008 e de novas pesquisas realizadas nos anos de 2016-2017-2018. Este material: apontamentos da historiografia clássica paraibana, trabalhos acadêmicos, registros midiáticos e imagéticos, entrevistas e depoimentos está servindo de base para a elaboração de um livro sobre a história do Município de Serra Branca e será disponibilizado inteiramente na Casa de Cultura Professora Estelita Antonino, principal centro de memória daquele município.

01/8 – Quarta-feira – Sala 509 CCHLA

Valeu boi! Histórias e memórias das vaquejadas de Umbuzeiro

Profa. Ms. Tatiane Vieira da Silva (UFPE)

A cultural local desempenha um papel singular na vida das pessoas, especialmente nos pequenos centros urbanos. Faz parte das sociabilidades, integra as referências identitárias e os sentimentos de pertença ao lugar. O típico esporte nordestino, a vaquejada, também teve lugar no Município de Umbuzeiro, no Estado da Paraíba. A cidade centenária sediou por várias décadas uma das vaquejadas mais antigas da região, incluindo as cidades pernambucanas com as quais faz fronteira. Essa prática rural que adentrou o espaço urbano, foi conquistando adeptos se tornou uma festa bastante popular em Umbuzeiro. Destarte, o presente texto é guiado pela metodologia da história oral onde, através de relatos orais de memória (ALBERTI, 2011) e das fontes jornalísticas (LUCA, 2011), possibilita pensarmos a historicidade da prática cultural da vaquejada e as sociabilidades desenvolvidas no âmbito citadino. Os relatos orais produzidos pela memória são fontes relevantes para compreendermos as vaquejadas de Umbuzeiro pois, nos permite mergulhar nas experiências vividas, relembrando hábitos, valores, e práticas da vida cotidiana daqueles que vivenciaram estas festas.

Barrancos, cobras e igrejas: memória coletiva e narrativas nas aulas de História – IFAM/Campus Eirunepé

Prof. Ms. Paulo de Oliveira Nascimento (IFAM)

Nas aulas ministradas para alunos do nível médio, somos constantemente postos diante do conjunto da memória coletiva urbana, guardada pelos “mais velhos” e transmitida oralmente

para aqueles adolescentes. Tais memórias tem um potencial de fazer as aulas mais significativas para aqueles sujeitos, na medida em que são vestígios do passado cujos portadores são os próprios alunos e alunas. Este trabalho tem como objetivo principal a exposição de nossa experiência docente no trato das narrativas da memória coletiva urbana eirunepeense, trazidas para a sala de aula pelos discentes e problematizadas enquanto fontes históricas. Da nossa experiência, desde 2015 até os dias atuais, destacamos a percepção discente acerca da importância das narrativas sobre a cidade, bem como o papel que aqueles sujeitos podem desempenhar na (re)construção da memória coletiva urbana e na construção da História.

Registros sobre as memórias da Capela Santa Cruz da Marreca

Profa. Laianny Cordeiro Silva de Souza (UFPB)

Esta proposta de comunicação versa sobre uma narrativa que interliga as discussões presentes nas obras: *O narrador* (1994) de Walter Benjamin, *Memória e sociedade: lembranças dos velhos* (1994), de Ecléa Bosí, dentre outras, com o registro na forma escrita da história (ou das histórias) contadas oralmente a respeito da Capela Santa Cruz da Marreca, construída na Zona Rural, da cidade de Itapororoca (PB) e com funcionamento, aproximadamente, entre 1910-1980. As informações aqui descritas sobre esta Capela foram conseguidas através de uma pesquisa realizada no final de 2013 e no decorrer de 2014. O principal objetivo é discutir quanto à significância da história oral e do acionamento da memória para que experiências como estas não caiam no esquecimento. Os relatos sobre a Capela Santa Cruz da Marreca foram reunidos e interpretados levando em consideração o fato de que passaram por uma seleção e que cada indivíduo que forneceu os fragmentos dessa história, contou sua versão de acordo com as suas vivências e ligações, ou seja, exercendo sua singularidade; mesmo sendo o grupo que o indivíduo faz parte um grande influenciador na memória individual e articulador das lembranças.

A história oral e memória: a Escola Politécnica da Paraíba e o desenvolvimento de Campina Grande (1954-2002)

Profa. Dra. Rosilene Dias Montenegro (UFCG)
Filipe Alves Herculano (UFCG)

A presente comunicação oral propõe apresentar uma experiência de pesquisa e alguns dos resultados dela decorrentes a partir da metodologia da História Oral. Trata-se do desenvolvimento econômico e social que aconteceu na cidade de Campina Grande a partir da criação em 1952 de uma instituição de ensino superior chama Escola Politécnica da Paraíba. Essa instituição está na origem da instalação dos cursos da área científica e tecnológica em Campina Grande. Pretende-se apresentar aspectos da história dessa instituição que está na origem da Universidade Federal da Paraíba e também da Universidade Federal de Campina Grande. Aspectos relevantes da história dessa instituição, sua importância para a história do ensino superior em Campina Grande e o próprio desenvolvimento econômico e social dessa

cidade, conhecida regional e nacionalmente como centro de produção científica e tecnológica e ainda como referência em produção tecnológica e sua herança a partir da Escola Politécnica só foram possíveis serem conhecidos por meio do uso da metodologia em História Oral. Essa metodologia possibilitou o acesso às memórias de homens e mulheres (professores, alunos e funcionários) que relataram, por meio de seus depoimentos, momentos da instalação, consolidação e reconhecimento acadêmico da Escola Politécnica da Paraíba. A Politécnica foi transformada, em 1976, no Centro de Ciência e Tecnologia do antigo campus II da UFPB, atual campus sede da Universidade Federal de Campina Grande. Mas deixou um legado histórico que será analisado neste trabalho que se pretende compartilhar com os pesquisadores. Trabalho que constitui um dos resultados da pesquisa do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande, que desde 2004 desenvolve uma ação permanente de pesquisa no tema História e Memória da Ciência e Tecnologia. Foram utilizadas fontes primárias e secundárias, estudos sobre a metodologia em História Oral.

SESSÃO CONJUNTA

ST 9 – Historiografia e história política na Paraíba do Império à Primeira República

Coordenação: Prof. Ms. Jordan Queiroz Gomes (UFBA; UEPB) e Prof. Ms. Hugo Paz de Farias Braga (UFPE)

Nas últimas décadas tem crescido, no meio historiográfico, o interesse em se rediscutir a História Política com relação aos seus paradigmas clássicos, questões conceituais e procedimentos metodológicos. Pensando nisso, o presente Simpósio Temático busca reunir trabalhos cujas temáticas tratem do âmbito político da Paraíba entre o Império e a Primeira República a partir de determinados conceitos e categorias, tais como: a História de Instituições, Imaginário, Representações, Cultura Política, Elites, Intelectuais e Ideias Políticas, dentre outros, com vistas a entender os episódios e a participação dos vários sujeitos históricos e seus possíveis comportamentos junto à cena do político no espaço-tempo proposto.

ST 11 – História Política: poder local, cultura e memória no Nordeste Republicano

Coordenação: Prof. Ms. Marcondes Alexandre da Silva (Prefeitura Municipal de Serra Caiada – RN; SEEC-RN)

A proposta deste Simpósio Temático é agregar pesquisadores que estudam a História Política no Nordeste Republicano (1889-2018), mediante a análise do poder, da cultura e das memórias dos sujeitos locais. Além de historiadores, deseja-se acrescentar outros estudiosos das ciências humanas e sociais (a exemplo de Geógrafos, Sociólogos e Cientistas Políticos), que estão com pesquisas concluídas ou em curso sobre essa região do país. Como também, aquelas que analisam as lembranças e os esquecimentos, as memórias silenciadas, vencidas, subterrâneas e manipuladas, vistas a partir da Nova História Política e/ou História Cultural. Assim, que sejam trabalhos, que contemplem a ação de sujeitos que são parte de famílias, parentelas, oligarquias e/ou classes socialmente mais influentes, como: os fazendeiros, os industriais, os comerciantes, os religiosos e alguns profissionais (médicos, farmacêuticos, advogados, juizes, delegados e outros), que contemplem a força dos chefes políticos locais, que ao assumirem um cargo, emprego e/ou função do Estado, o personificam, como se fosse proprietário do mesmo, ao ponto de não se discernir o público e o privado. Tais indivíduos formam as elites locais, regionais e também nacionais, a partir do poder financeiro, jurídico, militar ou

simbólico, eles sobrepujam, oprimem e abusam daqueles que consideram como subalternos, por serem seus colonos, agregados, moradores, funcionários e/ou apenas por lhes deverem um favor. Portanto, esperam-se novas discussões sobre a criação dos espaços, territórios e territorialidades, que são construídas e reconstruídas cotidianamente sobre essa região. Logo, repensar a história local e/ou regional, mostra-se necessário para aprofundar e ampliar o estudo do político no Nordeste Republicano.

31/7 – Terça-feira – Sala 512 CCHLA

A morte do gringo: o *Gazeta do Sertão* e a construção imaginária de um político (1923-1924)

Júlio César Guimarães Silva (UEPB)

A construção imaginária de um personagem político se dá primeiramente pela identificação dos seus feitos, pela apresentação de fatos grandiosos que um dia participou direto e/ou indiretamente. No entanto, o trabalho de personificação de um personagem político é bem mais complexo, quando envolve um conjunto de representações, muitas delas, feitas após sua morte. Em muitos casos, o evento da morte de tais personagens assume um papel importante no trabalho de constituição imaginária de sua personalidade pública. É desse modo que, historicamente, quando morre uma figura pública, os funerais se tornam um grande evento, reunindo milhares de pessoas – e comovendo outras tantas, que acompanham as cerimônias através dos diversos meios de comunicações disponíveis em cada época. Há, nesses eventos, uma espécie de “teatralização”, própria dos eventos fúnebres, cujos ritos e regras variam de acordo com a posição, papel e lugar assumido pelo morto em seu meio social. Neste sentido, o presente trabalho objetiva analisar o evento da morte do Coronel Cristiano Lauritzen (1847-1923), chefe político de Campina Grande entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, de modo a entender o jogo de representações criadas pelo Jornal *Gazeta do Sertão* – periódico campinense – sobre este personagem naquele contexto. Para tanto, pretendemos observar a trajetória política de Cristiano Lauritzen atentos a analisar os “jogos de representações” criados sobre ele pela sociedade campinense da época. Analisando os jornais de época, sobretudo o jornal *Gazeta do Sertão*, é possível verificar indícios dos esforços em torno da construção de um personagem em meio aos fatos vividos e diante do evento de sua morte de modo a observar não apenas sua trajetória política, mas também as representações e significações criadas sobre ele pela sociedade campinense do período.

Almeida Barreto e a República na Paraíba: trajetória pessoal e imaginário político (1889-1891)

Prof. Ms. Iordan Queiroz Gomes (UFBA)

Natural da cidade de Souza, no sertão da Paraíba, Almeida Barreto ascendeu na carreira militar de maneira meteórica. Herói da Guerra do Paraguai, ao final da década de 1880, Barreto era um membro da alta cúpula do exército detentor de posição e prestígio no Rio de Janeiro.

Transitando pelo alto comando do exército, Almeida Barreto enfileirou o grupo de oficiais que em fins do império demandaram as questões corporativas advindas da questão militar. Chefiados por Deodoro da Fonseca, tal grupo foi responsável por organizar os eventos de 15 de novembro de 1889 que teve na participação de Almeida Barreto um aspecto importante. Aclamado como um dos responsáveis Proclamação da República, Almeida Barreto retornou à Paraíba em fins de 1890 como um verdadeiro herói. Eleito senador por seu estado natal para atuar na primeira constituinte republicana, a leitura do reencontro do ínclito general com seus conterrâneos é um caminho para se entender como se formava na Paraíba do período um imaginário político afeito a legitimar a república glorificando seus supostos fundadores. Dito isso, o presente trabalho objetiva analisar a trajetória pessoal do General José de Almeida Barreto na composição do imaginário político na Paraíba durante os primeiros anos da República (1889-1891). Apoiado nos traços mitológicos e técnicos da prosopografia, a proposta pretende estudar como na tentativa de personificar o herói Almeida Barreto, seus contemporâneos na Paraíba acabaram criar uma imagem da República que ganhava forma no País, retoricamente ajustando um lugar para o pequenino Estado do Norte dentro do jogo político federalista.

Simbologias e significações: uma análise sobre a importância representativa dos bens no sertão da Paraíba – Cajazeiras (1876-1900)

Josefa Jakeline Alves Oliveira (UFCG)

O presente trabalho foi desenvolvido a partir do projeto de pesquisa intitulado “CIDADE(S) INVENTARIADA(S): CULTURA MATERIAL E REDES FAMILIARES EM CAJAZEIRAS, PB (1876-1900)” tendo como fonte de pesquisa os inventários post-mortem desta cidade pertencentes ao arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior. A finalidade deste trabalho baseia-se na análise da constituição e manutenção dos bens materiais das famílias inventariadas. Estabelecendo discussões em torno dos sentidos de posse, pertencimento, simbologias e significações do lugar social e familiar estabelecidos por meio da representação dos bens inventariados. Num diálogo aproximado com Magalhães (1989), Alencar (2014), Furtado (2009) e Teixeira (2012), entendemos que a perspectiva proposta nesta pesquisa nos permite conhecer a cultura material da época, o desenrolar e alterações da mesma dentro do recorte temporal estabelecido e que abrangem demais aspectos da sociedade como: religioso, cultural, tradicional, familiar, social e político do espaço em foco.

O golpe republicano em Campina Grande

Prof. Ms. Hugo Paz de Farias Braga (UFPE)

O presente artigo tem por objetivo analisar como se deu a construção do regime republicano em Campina Grande. O recorte temporal, portanto, se limita a passagem do ano de 1889 para o ano de 1890. Na verdade, melhor seria falar em “reconstrução”. Isto porque na falta de agentes políticos “novos”, a reorganização do novo regime na cidade, se deu a partir da recombinação das relações políticas entre os grupos provenientes do Império. Ao mesmo tempo é importante frisar que os acontecimentos de 15 de novembro, cujo palco foi o Rio de Janeiro, não agiram em sentido reflexivo, isto é, como mero reproduzidor do contexto nacional

na cidade de Campina Grande. Neste sentido, a análise constante deste artigo, tem por objetivo abordar as nuances da passagem do Império para República na citada cidade. Como o novo regime foi recebido e entendido pelos grupos políticos campinenses? Como se deram as novas combinações em termos de alianças entre a classe dominante local? Como se estabeleceu uma nova dinâmica no preenchimento dos postos do Estado? Para responder tais questionamentos, se recorrerá a fontes como a Gazeta do Sertão (1888-1891), primeiro periódico de circulação regular de Campina Grande, fonte privilegiada para abordar os pontos destacados, primeiro porque estava totalmente imbricado com estas disputas (já que era de propriedade de um dos membros dos citados grupos), segundo porque vem totalmente ligada ao período de instalação da República à nível nacional. Além disto, se utilizará documentos oficiais.

Representações de Canudos e Antônio Conselheiro na revista *O Cruzeiro* (1947-1955)

Elaine Cristina Diniz da Silva (UFRN)
Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade (UFRN)

O presente estudo concerne na pesquisa do messianismo, fanatismo e elementos socioreligiosos que fomentaram a imagem de Antônio Conselheiro através de publicações jornalísticas na primeira metade do século XX, portanto, essa análise faz parte do projeto de pesquisa *Mística, Fanática e Sebastianistas: dobras das crenças religiosas na cultura luso-brasileira (século XX)* da Bolsa de Iniciação Científica/PIBIC/UFRN. Os fundamentos teórico-metodológicos pautaram nos conceitos do misticismo estranho de (CUNHA); da leitura realizada obra de (QUEIROZ); do messianismo da espera de (DESROCHE); e da invenção do cotidiano entre práticas e estratégias (CERTEAU). Os métodos na pesquisa constituíram na identificação, mapeamento e análise da documentação trabalhada. Essa investigação histórica tem como fonte documental a revista *O Cruzeiro* do Rio de Janeiro, focalizando-se nas temporalidades de 1947 e 1955. Como resultado preliminar, identificamos edições que possibilitam novos entendimentos sociais e históricos, para além da visão euclidiana, acerca de Canudos e Antônio Conselheiro.

Empreendimentos políticos da memória: a construção de lugares para a memória de Félix Araújo (1953-1959)

Roberta dos Santos Araújo (UFCG)

Em um breve passeio por algumas ruas de alguns bairros da cidade de Campina Grande, o transeunte atento deparar-se-á com um nome que se faz recorrente em certos lugares, o do ex-vereador campinense Félix Araújo, que fora assassinado no ano de 1953. A memória desta emblemática figura da política local parece ter sido estrategicamente posta nos quatro cantos da cidade. Diante do exposto, esse trabalho apresenta um levantamento das elaborações e das constituições dos chamados lugares de memória dedicados ao ex-vereador da cidade de Campina Grande, Félix de Souza Araújo, no período que vai de 1953, ano do seu assassinato, a 1959. Dando especial enfoque ao recorte de 1955 a 1959, momento no qual esteve à frente da prefeitura municipal de Campina Grande o prefeito Elpidio de Almeida, um dos personagens

da história política desta cidade que mais empenhou-se na constituição de lugares de memória para o vereador Félix. Recorrendo aos projetos, aos relatos historiográficos e às narrativas jornalísticas do período em tela e, tomando por base teórica o estudo do historiador Pierre Nora que versa sobre a problemática dos lugares de memória, busca-se entender os objetivos e conflitos políticos e mnemônicos que se desdobraram nos bastidores do processo de elaboração, edificação e nomeação destes lugares que são intelectualmente pensados como uma forma de cristalizar a memória e impedir o esquecimento.

As Oligarquias Potiguaras e o Golpe de 2016

Prof. Ms. Marcondes Alexandre da Silva
(SEEC-RN; SEMEC de Serra Caiada-RN)

O presente artigo é resultado de estudos que a figura do Major-Coronel Theodorico Bezerra, o qual fazia parte de um grupo oligárquico. Por isso, foi necessário pesquisar o papel das parentelas no estado, para entender como ele viveu. Nesse tempo, se percebeu como as oligarquias locais são extremamente organizadas, ao ponto de impedir o surgimento de novas lideranças, todavia quando as mesmas surgem são cooptadas e quando não podem ser agregadas, elas são destruídas; de forma a protegerem-se para permanecer no centro de gravitação de poder estatal estadual. Esse processo foi observado como prática recorrente desde a Primeira República (1889-1930) até a contemporaneidade, transformando o Rio Grande do Norte em um dos estados mais tradicionais, na forma de se fazer política no Brasil. Pois, na terra dos papas jerimuns, a política passa de pai para filho, como se fosse uma “herança familiar”. Ademais, tais grupos sempre são extremamente reacionários e unidos em torno de seus privilégios, o que torna a política potiguar um cenário de retrocessos e incertezas. Nessa perspectiva em 2016, ano do golpe parlamentar, os políticos tradicionais, com exceção de uma deputada oriunda da elite, apoiaram e fizeram parte da derrubada do governo de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores. Assim, este texto tem como objetivo discutir a organização e atuação das oligarquias potiguaras no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (2015-2016).

O interior e as recepções das decisões políticas nas capitais: poderes constituídos e suas ações em Barra de São Miguel–PB no século XX

Prof. João Paulo França (IFPB)

O presente texto lança seu olhar para as relações entre as decisões políticas em âmbito nacional e estadual e suas interferências em um pequeno município do cariri paraibano, Barra de São Miguel. O objetivo central de nossa análise é compreender como as principais ações do Estado republicano brasileiro se apresentaram no cotidiano da população local. Sabemos que os filtros das informações muitas vezes são ativados para que determinadas realizações sejam valorizadas, a exemplo, da construção de obras públicas, como açudes e escolas, ao passo que outras questões sejam silenciadas, como a nomeação de interventor municipal e adiamento de eleições diretas para prefeito. As fontes históricas nos revelam acerca das tramas que muitas vezes eram enredadas a quilômetros de distância dos habitantes barreenses, nos cenários de decisões políticas das capitais, estadual e/ou nacional. Todavia, a população, ou

parte da mesma não ficaria de fora deste quadro político e através de seus reclames também procurava intervir nas decisões, seja por meio da imprensa, seja por meio da pressão nos representantes locais. Para a análise que empreendemos lançamos mão de diversas fontes, em especial, periódicos, mensagens de governantes, fotografias e relatos orais de memória. Esta diversidade de fontes nos leva a criar uma teia de informações que nos auxiliam a conhecer as principais ações governamentais das diferentes esferas de poder, compreendendo como tais questões se embrenham no cotidiano dos moradores de Barra de São Miguel-PB ao longo do século XX.

ST 10 – História política no Brasil republicano: conformações do poder, culturas políticas, ideias e representações políticas

Coordenação: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto (UFPB) e Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes (UFPB)

Este Simpósio objetiva agregar trabalhos dedicados ao estudo da História Política no Brasil Republicano, com um viés mais especialmente voltado à discussão de poder. Intentamos congregamos historiadores e outros estudiosos das ciências humanas e sociais na apresentação e discussão de suas pesquisas, sejam estas já realizadas ou ainda em andamento. Igualmente, buscamos fomentar reflexões quanto a tramas do poder e suas relações com o local; acerca das conformações do poder, culturas políticas, ideias e representações políticas; e, do mesmo modo, quanto ao personalismo e às apropriações do pensamento social e político. Essas reflexões dão amparo a um vasto campo de debates no que atina à história política e à história do Brasil republicano, abrindo-se espaço a discussões relativas às relações do local com as culturas políticas, sem se perder de vista a cultura jurídica, a cultura religiosa e institucional. Pensamos o simpósio sob a mediação de temas como partidos, eleições, instituições políticas, rupturas institucionais, ditaduras, atores e elites políticas, pensamento político, social e jurídico e suas relações com a política e com o poder local. Temas que, no campo de uma renovação dos estudos e pesquisas sobre o *político*, inscrevem-se na busca de uma interlocução com a História Cultural e Social, bem como com outros saberes, a exemplo da Ciência Política e da Geografia Política. Isso, amparando-se em categorias de análise como práticas, representações, relações de poder, discursos, territórios e territorialidades. Ao aprofundar o conhecimento desses temas e procurar articulá-los entre si, pretendemos ampliar a compreensão de/em que consistiu(e) o fazer política no Brasil, no decorrer da história republicana.

31/7 – Terça-feira – Sala 401 CCHLA

A República reiventando o passado: a festa cívica do centenário da Revolução de 1817 na escolas da Paraíba

Prof. Dr. Genes Duarte Ribeiro (SEE-PB)

Neste trabalho procuramos analisar a festa republicana que comemorou no ano de 1917 os fatos históricos da “Revolução Paraibana de 1817 ocorridos no período do Império. Portanto,

visualizamos as estratégias da República em “reinventar o passado” através da utilização da festa cívica a serviço da memória dos que patrocinavam as comemorações. Observamos também a repercussão que teve na imprensa paraibana e delas apreendemos que houve uma grande participação de alunos e de professores das escolas públicas e particulares da capital e do interior, ora como protagonistas ora como expectadores da programação oficial. A organização da festa teve como principal responsável o IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano) que ecoava na programação do Centenário a “paraibanidade” que já se vinha buscando desde o início do século XX através das publicações dos seus intelectuais.

A Paraíba na Primeira República: a construção e/ou desconstrução de representações em meio às disputas pelo poder no estado

Profa. Ms. Giulianne Chrishina Barros dos Anjos
(Prefeitura Municipal de Fagundes/PB)

A história política paraibana da chamada primeira república é um campo a ser ainda mais densamente pesquisado e discutido no âmbito historiográfico. Nesse sentido, este trabalho busca apresentar algumas reflexões acerca das décadas de 1900 a 1920, tomando como alicerce o conceito de representação de Roger Chartier. Tais reflexões sedimentam-se em uma análise da historiografia, bem como de textos publicados na imprensa local, por meio dos quais podemos visualizar a dinamicidade do cenário político paraibano neste período. Tal dinamicidade é atestada pelos ricos debates travados entre situação e oposição diariamente em seus jornais, nos quais percebemos como as representações sobre os atores políticos iam sendo construídas e/ou desconstruídas em meio aos embates pelo poder na Paraíba. Nosso recorte temporal refere-se a um momento de “suspensão” do controle político do estado, na medida em que é nessas décadas que se dá a derrocada do grupo alvarista concomitantemente à ascensão de Epitácio Pessoa como principal liderança política na Paraíba. Epitácio Pessoa consolida sua base política ainda na vigência do Alvarismo, transitando entre as esferas local e federal do poder, negociando adesões, costurando acordos que o levaram à liderança unilateral do estado em 1915. Diante do exposto, acreditamos ser de grande relevância a discussão seja da derrocada, seja da formação dos grupos políticos que por mais tempo estiveram à frente da política paraibana na primeira república, principalmente ao enfocarmos as representações, as formas de ver e dizer essa política, usadas pelos grupos divergentes em contendas diárias. Trata-se assim de um cenário rico em ações, ideias, discursos, elementos os mais diversos e passíveis de uma discussão histórica para além dos consagrados conceitos de coronelismo, oligarquia, voto de cabresto, dentre outros. Dessa forma, buscamos nesse trabalho perceber também as nuances culturais e toda a simbologia que enriquecia os debates políticos, pela qual percebemos a relação entre a política, a cultura e a sociedade.

Revolução de 1930: uma breve incursão historiográfica

Arthur Reginaldo Oliveira Braga (UFCG)

Este artigo tem como objetivo realizar uma exposição de algumas vertentes interpretativas do movimento que ficou conhecido como “Revolução de 1930” e que marca o fim da Primeira

República (1889-1930). Na exposição foram escolhidos alguns autores que levam nas suas discussões os posicionamentos clássicos sobre o movimento em questão. São eles o Virgínio Santa Rosa em seu livro “O sentido do tenentismo”, Nelson Werneck Sodré em “Formação Histórica do Brasil” e “Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil”, Boris Fausto em seu livro “A Revolução de 1930: Historiografia e História”, e o Edgar De Decca com seu livro “1930: O Silêncio dos Vencidos”.

A Constituição de 1934 e o desafio de apoio político à causa feminista na Paraíba

Profa. Dra. Simone da Silva Costa (SMESR)

O presente trabalho tem como objetivo analisar o desafio de apoio político à causa feminista na Paraíba no contexto que antecede a elaboração da Constituição de 1934. A líder feminista brasileira Bertha Lutz e suas companheiras compreendiam que o momento era o de estabelecer alianças e ampliar a rede de contatos na busca de apoio à causa feminista na Constituinte. Era preciso instalar novas filiais, conquistar novas militantes influentes na sociedade, capazes de fazer pressão à classe política, no sentido de ver garantidas as conquistas já alcançadas e outras que ainda poderiam ser conquistadas. Seguindo essa perspectiva, e sob a orientação da Bertha Lutz foi fundada na Paraíba a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. Em cartas enviadas por Bertha Lutz e representantes da Federação Brasileira para a presidente da Associação Paraibana, Lylia Guedes, eram apresentadas orientações políticas em defesa da causa feminista no Estado, que definiram uma política de influência à bancada paraibana na Câmara Estadual e Federal realizada apenas por alguns membros da diretoria, de forma silenciosa para garantir o status bem comportado da sociedade cultural que afirmavam representar.

A desconstrução do Argemirismo e a derrocada de um mito

Profa. Ms. Waniéry Loyvia de Almeida Silva

Neste trabalho procuramos observar as causas e motivações para o desgaste das relações das várias facções oligárquicas do Estado com a interventoria paraibana, chefiada até então por Argemiro de Figueiredo, possibilitando a ascensão de uma nova liderança. Analisando as fontes tais como os jornais, entrevistas e livros pudemos constatar como a denúncia feita por Epitácio Pessoa Cavalcanti, o “Epitacinho” serviu como golpe mordaz para a derrocada de Figueiredo e a sua deposição. Seu sucessor, Ruy Carneiro, empreendeu um elaborado esforço na tentativa de desconstruir a imagem do “melhor administrador de todos os tempos”, utilizando as mesmas velhas armas de seu antecessor, a propaganda.

Diferentes Olhares: A Repressão aos Comunistas na Era Vargas (1930 - 1937)

João Pedro Costa Barros (UFPB)

O trabalho busca, através da leitura e análise de diferentes historiografias, caracterizar as diferenças entre as visões e abordagens de obras que retratam a repressão empreendida pelo

Estado contra o Movimento Comunista no Brasil nos anos de 1930 a 1937. Diversos títulos discorrem sobre as campanhas ideológicas e sobre as medidas jurídicas (e políticas) implementadas no período - seja com a finalidade de uma justificativa para a continuidade do poder e do controle estatal estabelecidos com a Revolução de 1930 ou como necessidade urgente de coibição de movimentos populares que ameaçavam a ordem e o progresso da nação. Debruçar-se sobre tal análise historiográfica visa, sobretudo, compreender as influências e os objetivos dos autores ao estudarem a temática; levando em consideração as fontes que julgaram relevantes e as abordagens que utilizaram para atingir seus fins. Compreende-se, por fim, que a diversidade de olhares para a mesma questão é de suma importância para a formação da opinião popular - leiga ou acadêmica - no tocante ao comunismo no Brasil, na forma de agremiação política, movimento de classes ou ideologia social.

Educação, culturas políticas e paraibanidade em favor da guerra: Os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) no cotidiano de João Pessoa/PB

Profa. Ms. Daviana Granjeiro da Silva (SEE-PB)

Este artigo busca refletir sobre os desdobramentos causados pela efervescência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) no cotidiano da capital paraibana, a cidade de João Pessoa. Atendendo à lógica nacionalista do Estado Novo (1937-1945), o governo paraibano estabeleceu práticas patrióticas, a partir das esferas institucionais e não oficiais – espaços formais e não formais de educação – que foram intensificadas em virtude do conflito mundial, com o objetivo de incentivar e consolidar a participação do Brasil na guerra. Dentro da perspectiva da Nova História Política e utilizando os jornais de destaque do período como fontes primárias, intentamos perceber a importância da construção de um sentimento de paraibanidade (legitimado dentro de uma cultura política predominante durante a interventoria de Ruy Carneiro) para o projeto nacional e como isso se refletiu social, cultural e politicamente no cotidiano da capital da Paraíba ao longo do estado de beligerância.

Redemocratização no pós-Estado Novo: a atuação dos vereadores na Câmara Municipal de João Pessoa (1947-1948)

Profa. Carla Schayane Costa Silva (UFPB)

Este trabalho busca compreender o perfil e a atuação dos vereadores do município de João Pessoa, capital paraibana, nos anos de 1947 e 1948, por se tratar de um momento de reestabelecimento do regime democrático no país, com a queda do Estado Novo em 1945, e da organização das forças políticas em torno dos partidos. Temos como ponto de partida a instalação da Câmara Municipal de João Pessoa em Novembro de 1947. Entendemos a Câmara como um espaço de poder, na qual seus membros, os vereadores eleitos no primeiro pleito após a ditadura do Estado Novo, legislavam e discutiam sobre as mais diversas questões, essas questões nos possibilitam entender melhor as relações de poder da época, a dinâmica entre a

Câmara e a prefeitura municipal e a maneira como estava posta a participação política de então. O corpus documental analisado neste trabalho inclui as atas das sessões da Câmara de Vereadores, nos anos de 1947 e 1948, os primeiros de funcionamento da casa, bem como arquivos eletrônicos do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TRE-PB. Tomaremos como base o conceito de Culturas Políticas de BERSTEIN (1998), BORGES (1991) e MOTTA (2009) para entendermos melhor os comportamentos políticos dos atores analisados, suas influências, valores, bem como as motivações de determinadas escolhas. Nesse sentido, a partir da análise das discussões ocorridas na Câmara de Vereadores da capital paraibana, pretendemos compreender as relações de poder local, além de refletir sobre o modo como se concebeu a experiência democrática no município de João Pessoa.

Trajetórias Arenistas: Pedro Gondim, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a ditadura militar

Prof. Ms. Dmitri da Silva Bichara Sobreira (UFMG)

Pedro Gondim é uma figura política de significativa importância para a história da Paraíba no século XX: atou nas décadas de 1950-60 entre os grupos sociais de base (operários, camponeses, estudantes) e a tradicional elite política local; era o governador do Estado na época do golpe civil-militar de 1964; posicionou-se ao lado do movimento golpista quando esse apresentou-se irreversível; ingressou no partido de apoio ao governo militar; e teve seus direitos políticos cassados por essa mesma ditadura no ano de 1969. Dito isto, esta proposta de trabalho pretende analisar a trajetória e atuação desse indivíduo enquanto foi membro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político instaurado pela ditadura militar em 1966, o qual atuou como sustentação civil do regime no parlamento, compondo um sistema bipartidário junto ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), agremiação que desempenhava a função de oposição consentida e controlada pela ditadura. Por meio dos periódicos, documentos relativos à organização partidária, discursos parlamentares e as atas das reuniões do Conselho de Segurança Nacional (CSN), pretende-se discutir o papel desempenhado por Gondim na organização da ARENA estadual, sua atuação como parlamentar federal da ARENA e os motivos pelos quais foi cassado pelo regime ao qual vinculava-se por sua filiação partidária. Ao analisar sua trajetória política em parte da ditadura, tenta-se não perder de vista a importância e a complexidade da atuação dos políticos civis na ditadura brasileira, bem como a pluralidade dos membros da ARENA, que compartilham trajetórias políticas distintas e se relacionavam de forma particular com a cultura política brasileira.

“A prova é que eu ajudei a fazer a revolução”: a atuação política de Ernani Sátiro nas tramas do golpe empresarial-militar de 1964

Prof. Valber Nunes da Silva Mendes (UFCG)

O objetivo deste artigo é discutir a atuação política de Ernani Sátiro enquanto deputado federal entre 1961 e 1965, atentando para as tramas que foram desenvolvidas pela elite

empresarial e militar em conjunto com políticos conservadores na deflagração da campanha contra os movimentos sociais e populares, assim como a João Goulart que o levou a deposição do cargo de presidente. Nesse sentido, serão analisados alguns momentos, discursos e acontecimentos que aproximaram o deputado patoense junto ao núcleo político-empresarial-militar que foi responsável pelo golpe de 1964 e a instauração do governo ditatorial. Para isso, problematizaremos passagens políticas como: o vínculo partidário à União Democrática Nacional (UDN) como representação da base conservadora na arena política, a participação de Ernani Sátiro na implementação do “golpe branco” que instituiu o parlamentarismo; como a eleição de Ernani Sátiro foi possível a partir do financiamento empresarial do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD); o desdobramento das tensões entre o presidente Jango e o Congresso Nacional na execução das reformas de base; e os embates entre os projetos políticos: nacional-reformista e modernizante-conservador que se acentuaram nesta conjuntura. Portanto, por estes e outros aspectos tratamos de problematizar o lugar de classe ocupado por Ernani Sátiro enquanto agente ativo na deflagração do golpe e na consolidação do estado de exceção imposto em abril de 1964. As fontes que utilizaremos são: os Diários da Câmara dos Deputados para captar os discursos e os votos de Ernani Sátiro; a produção biográfica de Ernani Sátiro da série “Perfis Parlamentares” que constitui-se em um projeto da Biblioteca Digital da Câmara que reúne discursos e documentos políticos; além de contar com informações importantes disponibilizadas pela pesquisa que Renê Armand Dreifuss realizou no livro “A Conquista do Estado”; em conjunto com outras reflexões oriundas de leituras historiográficas que se debruçaram sobre a conjuntura da época que buscamos analisar. No conjunto teórico-metodológico serão utilizados alguns conceitos formulados na tradição de pensamento do Materialismo Histórico dialético, tais como “Hegemonia” (Antônio Gramsci e Raymond Williams), “Intelectual orgânico” (Antônio Gramsci) e “Ditadura Empresarial-Militar” (Renê Armand Dreifuss).

01/8 – Quarta-feira – Sala 401 CCHLA

“Para que Campina permaneça com o encontro marcado para o futuro”: início da consolidação e perpetuação do grupo Cunha Lima na política de Campina Grande (1988)

Lucas Tadeu Borges Viana (UFCG)

Esse trabalho tem como objetivo problematizar duas questões centrais. Em primeiro lugar, defende que a ascensão do grupo de poder familiar Cunha Lima durante a década de 1980 na cidade de Campina Grande pode ser pensada mediante a capacidade deste grupo de estabelecer uma série de compromissos com setores da burguesia campinense, oferecendo, deste modo, uma resposta à crise econômica na qual a cidade de estava mergulhada desde os tempos áureos do algodão. Em segundo lugar, penso o ano de 1988 como um marco importante no início do processo de consolidação e perpetuação do poder do grupo familiar na cidade, uma vez que Cássio Cunha Lima substitui o pai e assume as rédeas do poder executivo municipal. Minha ideia é acompanhar as diversas estratégias adotadas durante essa

campanha. Para tanto, dialogo como o historiador inglês E. P. Thompson e seus conceitos de teatro do poder e hegemonia cultural contidos mais especificamente na obra *Costumes em Comum*. Os antropólogos políticos Roger Gerard Schwartzberg e George Balandier me provocam a perceber que cada vez mais o Estado passa a ser concebido enquanto Espetáculo e que o poder mesmo que entre em cena no palco principal, parte das decisões fundamentais e as alianças de classes são tomadas nos bastidores da política. Antonio Gramsci contribui na minha problematização a medida que me oferece seu conceito de jornalismo integral. A partir dele leio as páginas do *Jornal da Paraíba* e o seu principal concorrente na cidade a época o *Diário da Borborema*. Juntos a materiais de propaganda constituem o corpus documental do presente trabalho.

O Martírio de Evandro (1987): as contribuições da produção filmica na disputa política em Surubim-PE

José Adriano de Oliveira Barbosa (UFCG)

A história já provou que o cinema pode fazer diversas contribuições para o saber historiográfico, sendo um elemento através do qual o historiador pode questionar o passado sob forma de narrativa filmica. Sejam os filmes históricos ou não, as produções trazem mais em si da sua época de produção do que propriamente daquilo que narram, deste modo, é um equívoco acreditar que o filme é apenas um meio de entretenimento desprovido de valores, sentimentos e ideologias. Nossa análise se debruça sob o curta metragem *O Martírio de Evandro* (1987), que traça uma trajetória biográfica do advogado trabalhista e vereador da cidade de Surubim-PE Evandro Cavalcante, que foi assassinado a mando de latifundiários, por interferir junto a trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária naquela região. O filme no mesmo ano do trágico assassinato foi produzido por um amigo pessoal do advogado, Edivaldo Clemente, que transforma Evandro em um mártir com o próprio título do filme já sugere. Neste sentido, propomos uma discussão deste curta metragem, em um diálogo com Jacques Le Goff, me apropriando do seu conceito de memória coletiva, para a compreensão do filme como um documento/monumento para os trabalhadores rurais de Surubim, e com Marc Ferro aplicando o conceito de semiologia, compreendendo o filme como uma linguagem atravessada de sentidos, e que nos possibilita atravessar os sentidos mais imediatos do filme ou seja da realidade que ele representa, alcançando naquilo que não é filme e repercute na realidade. Auxiliado pelos estudos de Cristine Nova na interpretação da película, realizando a crítica interna os aspectos presentes no próprio filme que revelem os objetivos consciente e inconsciente do produtor e externa que circundam os aspectos de produção do filme, possibilitando a leitura do grau de comprometimento do filme e a que grupos se liga. Além disso no corpus documental desta pesquisa conta com entrevista concedida pelo produtor, atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o jornal *Luta Popular*, como elementos que podem enriquecer nossa análise. Nesse sentido investigar as possíveis contribuições que este

filme possa ter feito na vida prática dos trabalhadores rurais de surubim, uma vez que era exibido nas sedes dos quatorze sindicatos nos quais Evandro Cavalcante estava encarregado, pelo fato de que mesmo depois da morte do advogado a luta dos trabalhadores rurais de Surubim passou a ser intensificar, em defesa da posse da terra e de cobrar das autoridades a punição dos assassinos de Evandro. Nesse contexto os trabalhadores rurais também foram auxiliados por movimentos eclesiais, como as comunidades eclesiais de base, no sentido de direcionar esses trabalhadores na sua organização. Além disso, propomos a investigação da possível contribuição do filme supracitado na eleição da mulher do próprio Evandro, Jucilete Cavalcante, como vereadora da cidade seguindo a trajetória de luta de seu falecido marido ao lado dos trabalhadores rurais.

Humor e quadrinhos: arte sequencial como lugar de representação e crítica política

Profa. Dra. Regina Maria Rodrigues Behar (UFPB)

O trabalho aqui apresentado é desdobramento de um estudo de pós-doutoramento realizado na ECA-USP em 2014-2015. Essa é uma reflexão a propósito da linguagem específica dos quadrinhos, como lugar de representação e debate político ao longo de nossa história nacional, ensejando discursos contra hegemônicos e críticos. Os artistas/intelectuais vinculados às artes sequenciais são sujeitos sociais do campo cultural cuja intervenção política se faz, em grande medida, a partir do humor crítico e da ironia, com repercussões importantes na sociedade. A chamada geração Pasquim é um exemplo concreto de intervenção política em tempos de ditadura. O caso do quadrinista paraibano Henrique Magalhães ligado a esse capital político-cultural configura-se numa rica intervenção militante e crítica no debate político a partir de sua prática artística, em especial durante o período da ditadura militar e da redemocratização no Brasil. Nesse caso, por meio da arte, as ideias políticas e práticas discursivas desse artista se movem no campo ideológico, confrontando as bases de nossa cultura política da censura, do autoritarismo e da exclusão dos “de baixo”. Esse discurso em arte sequencial também se expressa criticamente na presente conjuntura de golpe contra a democracia.

A morte e a comoção na eleição de 2014: uma análise dos usos políticos da morte de Eduardo Campos nos discursos do HPEG do PSB

Prof. Alex Pereira da Silva (UFCG)

Este artigo busca apresentar os elementos preliminares de uma pesquisa em história política acerca da relação entre a morte de Eduardo Henrique Accioly Campos e seus “usos políticos” na eleição de 2014, pelos respectivos “herdeiros políticos”. Restringindo-se especificamente à corrida presidencial do referido ano (da qual o falecido era um presidenciável), temos como recorte de abordagem as duas primeiras semanas após morte de Campos, assim sendo, utilizar-nos-emos dos elementos que foram utilizados na composição do HPEG (Horário de

Propaganda Eleitoral Gratuito) do PSB (Partido Socialista Brasileiro) dentro do recorte disposto (1º: 19/08/2014; 2º: 21/08/2014; 3º: 23/08/2014 – todos inclusos na plataforma YouTube). Dito isto, tenderemos a perceber os elementos que estão inseridos no discurso oficial da candidata Marina Silva para analisar possíveis traços que perduram na cultura política brasileira entre os usos da morte para a tentativa de uma aspiração ao poder.

O golpe de 2016, “Uma Ponte para o Futuro” e o ataque aos direitos sociais

Profª. Dra. Monique Cittadino (UFPB)

O golpe de 2016, responsável pela deposição de Dilma Rousseff e pela posse de Michel Temer na qualidade de novo presidente da República, abriu espaço para a implementação do programa de governo peemedebista intitulado “Uma Ponte para o Futuro”, lançado oficialmente pelo PMDB em 2015. Com a justificativa de que o desequilíbrio fiscal dos governos anteriores teria levado o país à grave crise econômica em que se encontrava mergulhado, marcada, dentre outros aspectos, pelo aumento da inflação, pela severa recessão que afetou o setor privado da economia, pela queda do PIB e de outros indicadores da saúde econômica, a proposta do novo governo baseou-se, dentre outros aspectos, na implementação de uma política econômica fundada no controle dos gastos públicos como forma de solucionar a crise fiscal e na adoção de reformas capazes de recuperar a capacidade de investimento do setor privado e de combater as principais causas do desequilíbrio orçamentário do governo. Neste sentido, a busca da aprovação de medidas como a Emenda Constitucional 241/55, também conhecida como a “PEC dos Gastos”, e as reformas trabalhistas e previdenciárias tornou-se o fundamento das ações governamentais ao longo dos seus primeiros 18 meses de governo. O trabalho aqui desenvolvido visa a analisar como estas diversas medidas presentes no documento “Uma Ponte para o Futuro” e que foram objeto de discussão e votação pelo Congresso Nacional, a partir do momento em que foram implementadas (excetuando-se a reforma previdenciária, ainda não aprovada), repercutiram negativamente na sociedade brasileira, promovendo um grave retrocesso nas políticas públicas, acentuando os índices de desigualdade social e, desta forma, constituindo-se em sérios ataques aos direitos sociais duramente conquistados ao longo dos governos petistas.

Repercussão do Golpe de 2016 na Câmara de Vereadores de João Pessoa/PB: a atuação do Vereador Marcos Henrique do Partido dos Trabalhadores

Francisco Alves Menezes Neto (UFPB)

Em 2016, diante de um cenário nebuloso, forças parlamentares conservadoras, insatisfeitas com as quatro vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores (PT) para a presidência da República, provocam junto ao Congresso Nacional, com a anuência do Poder Judiciário e da grande mídia, um golpe de estado visando a destituição da presidenta eleita Dilma Rousseff. Tal fato teve uma expressiva repercussão nacional e seus mais diversos setores sociais e políticos. Neste trabalho, procuramos identificar as repercussões na Câmara de Vereadores de João Pessoa, através da análise do posicionamento do vereador Marcos Henrique, parlamentar

eleito pelo Partido dos Trabalhadores para o exercício 2017/2020. Para o parlamentar, o golpe se deu numa seqüência de atividades patrocinadas pelas elites econômicas do país, desde o surgimento de movimentos como o MBL (Movimento Brasil Livre), o Catraca Livre e outros ligados aos setores oligárquicos com o intuito de "dar uma conotação popular" ao Golpe. Como único parlamentar eleito pelo PT para esta gestão, seu trabalho tem se identificado sobremaneira na defesa intrínseca do estado de direito democrático e na defesa dos direitos trabalhistas, dentre outros, que foram tolhidos no pós-golpe. A análise dos pronunciamentos do vereador Marcos Henrique na Câmara Municipal de Vereadores como parlamentar de oposição, se dará através da pesquisa nas atas as sessões ordinárias e extraordinárias e ou especiais, foco principal da pesquisa durante os anos de 2015 e 2016.

Conservadorismo e representação político-social: o discurso na Câmara de Vereadores de João Pessoa (2015-2016)

John Kennedy da Silva Luiz (UFPB)

O ano de 2016 foi um ano de reviravoltas políticas, cujos desdobramentos alavancaram o crescente discurso conservador, verbalizado por agentes em todas as classes sociais e nos mais diversos cargos e ambientes. Na contramão desse discurso, as minorias sociais, especificamente, a LGBT conquistou direitos básicos que, logo se tornariam alvo do pensamento conservador difundido na sociedade brasileira pós 2016. A partir desse contexto, buscamos identificar a personificação do conservadorismo, por aqueles que denominaremos de “personagens políticos”, cujos discursos – em defesa dos valores tradicionais, tais como: família, religião cristã e moralidade –, se colocaram como representantes do povo na Câmara de Vereadores da Cidade de João Pessoa, entre os anos de 2015 a 2016. Analisamos neste texto, o posicionamento desses vereadores frente a questões que envolvem os direitos dessas minorias sociais, especificamente LGBTs. Para tanto, utilizaremos os referenciais teóricos que discutem o golpe de 2016, as condições sociais e de vulnerabilidade da comunidade LGBT frente a quebra de direitos, o conservadorismo social e político na sociedade brasileira e na cidade de João Pessoa- PB, todos presentes ao longo do texto.

O golpe de 2016 e a criminalização do PT: o discurso desqualificador na Câmara de Vereadores de João Pessoa - PB (2016)

Marcos Tadeu da Costa Júnior (UFPB)

O golpe de 2016 foi tramado e organizado para tirar do poder uma presidenta eleita democraticamente pela sociedade brasileira. Em seu conjunto, construiu-se um discurso agressivo e desqualificador na grande mídia brasileira, que colocou o governo do PT como o responsável pelo caos econômico e pela crise da representatividade política, cujas raízes estavam assentadas na corrupção sistêmica causada pelos governos petistas. Ao mesmo tempo, emergiram manifestações machistas e misóginas, dirigidas a Dilma Rousseff, que a acusavam de incompetência, associando esta qualificação à questão de gênero. Tais discursos e manifestações desqualificadores foram divulgados nos principais jornais do país, na internet

e, sobretudo, na TV. Simultaneamente, foram também utilizados nas pautas dos plenários de várias Câmaras Municipais do Brasil. Dessa forma, buscamos neste artigo refletir a respeito dos pronunciamentos violentos e misóginos proferidos pelos vereadores da Câmara municipal de João Pessoa (2016) antes e depois do momento da votação do golpe de 2016. Buscaremos averiguar o posicionamento dos vereadores frente a esses acontecimentos, os argumentos utilizados diante de seus posicionamentos e quais os interesses político-partidários dessas orações que emergem dessas pautas.

Polarização política no Brasil: *fake news* e o discurso de ódio nas redes sociais

Jordana Ramos Nóbrega (UFPB)
Áleex Gabriel Araújo Barbosa (UFPB)

Por volta do ano de 2013 uma crise econômica começou a afetar o país, oriunda da crise americana de 2008 e da crise europeia, agravando-se com os escândalos subsequentes de corrupção e a quebra de gigantes empresas brasileiras, como a Petrobrás. Tal crise não se restringiu apenas ao campo econômico, estendendo-se também às esferas sociais e políticas, o que resultou, em um dos seus ápices, nos maiores protestos da história da nação e a constante pressão para a iniciação do processo de deposição da então presidente Dilma Rousseff, ocorrido no final de 2015 e tendo seu desfecho já no ano de 2016. Dado o contexto, a sociedade se dividiu cada vez mais ideologicamente de forma radical ao debater sobre que medidas tomar para diminuir as consequências da crise. Portanto, aflorou-se com maior vigor o discurso polarizador de esquerda VS direita ou coxinha VS petralha. Candidatos que oferecem rápidas soluções acabaram sendo os mais popularizados em meio a estas situações, exemplo que foi visto durante a República de Weimar, onde o militante e futuro ditador alemão, Adolf Hitler, ganhou novamente seguidores após o colapso da crise de 1929 que aprofundou as consequências das sanções econômicas do Tratado de Versalhes. Essa polarização da população brasileira derivou-se numa justificação do discurso de ódio (ataques feitos a pessoas que possuem linhas ideológicas diferentes da do agressor) e o aparecimento desmascarado de preconceitos imersos na sociedade, como a homofobia e a misoginia. Além disso, esse cenário tornou as *fake news* um elemento catalisador do debate político radicalizado, onde os extremos acabam adquirindo mais adeptos por meio do compartilhamento de notícias tendenciosas ou com dados incorretos. Sendo assim, essa situação intensifica a polarização política, tornando as redes sociais um ambiente hostil de ofensas ideológicas ou pessoais, com argumentos que carecem de fundamentações científicas, não trazendo assim, nenhuma discussão que possa trazer resultados significativos ao processo democrático no país. Nosso trabalho tem como objetivo analisar essas relações especificamente em âmbito virtual, com foco na rede social Facebook, visando um estudo pragmático da conjuntura geral, analisaremos o comportamento de membros, páginas e grupos, unindo a um embasamento teórico, bem como suas consequências históricas.

03/8 – Sexta-feira – Sala 515 CCHLA

Os discursos anticomunistas em jornais paraibanos: poder, política e imprensa durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985)

Amélia Neta Diniz de Oliveira (UFCG)

Este trabalho tem como objetivo analisar os discursos anticomunistas em fontes impressas, entre elas jornais, panfletos e atas do poder legislativo, no período de (1964-1985). Faremos uma breve análise sobre os primórdios do anticomunismo no Brasil, chamando a atenção para as rupturas e descontinuidades deste processo histórico. Para desenvolvimento deste trabalho, utilizaremos como fontes, o jornal Correio da Paraíba, Diário da Borborema e Jornal da Paraíba, através destes buscamos realizar leituras e interpretações de estigmas e preconceitos veiculados nos jornais, pois os mesmos fornecem elementos para que possamos compreender a influência de tais preceitos sobre o imaginário anticomunista na Paraíba, legitimando assim uma cultura conservadora e autoritária, nos anos de 1964-1985. Teoricamente trabalhamos no campo da História Política em interface com a História Cultural, tendo como principais, referenciais teóricos como Chartier (1990) para trabalhar o conceito de representação. Para pensarmos o anticomunismo tomamos como referência Motta (2003) Cavalcante (2013) Rodeghero (1988).

Vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) aos partidos políticos brasileiros

Profa. Maria Tereza Dantas Bezerra Soares (UFPB)

Esta proposta de comunicação busca apresentar e discutir a vigilância exercida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre os partidos políticos brasileiros durante o período da chamada “distensão” política da ditadura militar. Para tanto, devemos lembrar que o SNI tinha como principal função, de forma resumida, reunir, organizar e apresentar ao presidente da República todas as informações consideradas importantes para a segurança nacional, para assim auxiliá-lo no encaminhamento e coordenação das atividades de informações e contrainformações e promover a difusão adequada das mesmas. (ANTUNES, 2001: 52). A fonte documental utilizada foram os arquivos do Fundo SNI – Agencia Pernambuco, constituído por mais de 7.000 documentos referentes aos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, disponíveis para pesquisa no acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Nesta comunicação, buscaremos descrever o SNI e seu funcionamento, bem como, analisar sua atuação no que diz respeito à vigilância aos partidos políticos brasileiros.

Atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) no meio acadêmico: a vigilância sobre a Universidade Federal da Paraíba (1979 - 1985)

Elissandra Maria Costa Dias (UFPB)
Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes (UFPB)

O presente artigo é fruto dos resultados alcançados por meio de pesquisa, ainda em curso, empreendida no projeto ligado ao Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC; cujo título é: “A Sociedade Civil Sob Vigilância: A Atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba (1964-1985)”. Os processos aqui analisados estão contidos no plano específico: “Atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba: A vigilância sobre a Universidade Federal da Paraíba (1964-1985)”. Tendo por base o plano mencionado e as pesquisas feitas por meio de exame bibliográfico e dos documentos do Fundo SNI – Agência Pernambuco –, arquivados e reunidos no acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, este trabalho visa dar destaque à vigilância praticada pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, bem como dos seguimentos que compõe a comunidade acadêmica em questão: alunos, professores e funcionários. Do ponto de vista teórico-metodológico a pesquisa se coloca no campo da chamada Nova História Política (Julliard, 1976; Rémond, 1996) e dialoga com a História Cultural, a partir do conceito de cultura política (Bernstein, 1997; Mota, 2009).

A imprensa sob vigilância: atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) sobre a imprensa na Paraíba (1979-1985)

Victor Albuquerque Santos (UFPB)

O referido trabalho tem como objetivo analisar a produção de informações elaboradas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (tomando como recorte histórico os anos de 1979 a 1985), referentes à Imprensa na Paraíba. Pretendemos destacar a vigilância exercida à Imprensa tanto de oposição ao governo, a chamada imprensa alternativa, quanto de situação. Além disso, busca-se verificar o grau de vigilância que jornalistas e proprietários de órgãos de imprensa sofriam do mecanismo na Paraíba, compreendendo a lógica de produção documental do SNI e a complexidade da conhecida “comunidade de informações”. Para tal objetivo, partimos mediante pesquisa empírica das fontes do “Fundo SNI – Agência Pernambuco”, disponibilizada por meio do arquivo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba e uma ampla revisão bibliográfica teórica e historiográfica acerca do tema. Do ponto de vista teórico-metodológico a pesquisa se coloca no campo da chamada Nova História Política (JULLIARD, 1976; RÉMOND, 1996) e dialoga com a História Cultural, a partir do conceito de Cultura Política (BERNSTEIN, 1997; MOTA, 2009). No que se refere à revisão citada, utilizamos como referências principais os textos de: ANTUNES (2001); FICO (2001); ALVES (1989); FIGUEIREDO (2005); KUCINSKI (1991); DANTAS, NUNES e SILVA (2014); NUNES (2014, 2016), ARAÚJO (1983), assim como o Relatório final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba supracitado (2017 – em especial os capítulos 2 e 4), dentre outros, para com isso assimilar em torno da complexa logística de funcionamento da vigilância por parte do SNI na Paraíba.

O olhar vigilante do Serviço Nacional de Informações aos setores da Sociedade Civil; Campo e Igreja Católica na “Transição Lenta, Gradual e Segura” no Estado da Paraíba

Profa. Olga Larissa Veiga Ferreira (UFPB)

Esta proposta de trabalho oriunda do trabalho de conclusão de curso (TCC) busca abordar a atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e a vigilância exercida pela Igreja Católica aos Movimentos Sociais no campo no Estado da Paraíba durante o período da “Transição, Lenta, Gradual e Segura”. “Após a ‘distensão’ de Ernesto Geisel, a desativação das organizações clandestinas tirou a importância dos comunistas. Mas para as comunidades” (FICO, 2001, p. 195). No que concerne a fundamentação teórica nosso trabalho se coloca no campo da História Política em diálogo com a História Social, ou “uma abordagem ampliada do político pela História Social” (BARROS, 2012, p. 19). As fontes utilizadas foram os documentos oficiais, produzidos pelo SNI - Agência Pernambuco, que vigiava os estados de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, documentos os quais foram disponibilizados por meio de pesquisa no acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, conjuntamente com as produções bibliográficas acerca do período, para assim conseguir expor o funcionamento do serviço e seu entendimento político sobre esses agentes da sociedade civil e a atuação destes civis no período pesquisado.

Memórias da ditadura na “transição”: por um projeto de “reconciliação nacional”

Profa. Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão (USP)

A comunicação analisa a produção de memórias da ditadura na experiência histórica da chamada “transição” (1978-1985), detendo-se nos argumentos liberais/conservadores de atores políticos que protagonizaram aquele processo, sobretudo os de Tancredo Neves que compunha uma posição de centralidade no panteão discursivo dos “resistentes” que teriam lutado contra o autoritarismo. Em grande medida a partir do final de 1978, com o fim do AI-5, e de 1979, com a lei da Anistia, destaca-se nos discursos de Tancredo Neves, então senador, após 12 anos como deputado federal, a defesa de uma “conciliação” e de uma “transição” para a democracia “sem revanchismos”. Isso se segue em seus discursos durante as campanhas eleitorais de 1982, para governador de Minas Gerais, e em 1984, para presidência da República. O objetivo era viabilizar o projeto de “reconciliação nacional”, urdido pelas elites políticas reunidas em torno do PMDB e de ex-membros do PDS, reunidos na Frente Liberal, aos quais se aliaram parte da esquerda (PCB e do PC do B), inclusive setores outrora engajados na luta armada (MR-8). Tancredo Neves passou a compor na memória da “transição” o lugar de “ícone da resistência democrática”, sendo mitificado nas ocasiões de sua doença e morte. Em seus discursos ao longo da campanha para a eleição indireta de 1985, afirmava se opor ao “arbítrio”, apresentando um discurso liberal com o qual propunha, por um lado, um pacto social entre elites criminalizando os movimentos sociais, em especial, as greves operárias, e, por outro, um esquecimento dos crimes cometidos pelos agentes dos governos militares contra os direitos humanos. Construía-se o projeto de “reconciliação nacional”, com o qual alternativas à

“transição conservadora” foram silenciadas, sobretudo com a atuação da imprensa liberal na produção de um consenso. Mais do que tudo, com esse projeto, houve um esquecimento deliberado da existência de uma ditadura que torturou e assassinou milhares de pessoas e elevou a concentração de renda a níveis alarmantes. Por fim, vale ressaltar a existência de outros projetos de democratização que foram esquecidos e derrotados, a exemplo daquele protagonizado pelo nascente Partido dos Trabalhadores, encampado pelo jornal *Em Tempo*, não comercial e engajado na luta dos trabalhadores e contra a “conciliação”. Nesse processo de “transição”, sem rupturas, produziu-se o esquecimento de que Tancredo Neves estabeleceu jogos de colaboração com o regime militar. No campo de disputas pela memória sobre a ditadura na “transição”, a palavra “conciliação” saiu vitoriosa como uma expressão da democracia brasileira, sem conflitos. Transformou-se em tabu quaisquer referências de que civis, a exemplo de Tancredo Neves, colaboraram com a ditadura.

O golpe de 1964 e suas versões sob olhar historiográfico

Jhon Lenon de Jesus Ferreira (UFCG)

O presente trabalho tem como objetivo analisar as diferentes interpretações da ditadura militar do Brasil desenvolvidas pelos intelectuais. Durante os anos que seguiu após o regime ditatorial, o tema tem sido alvo de diferentes interpretações. Não existe um modelo teórico correto a ser seguido quando se fala em ditadura militar no Brasil. Porém, é preciso ter atenção ao elaborar-se uma nova teoria para o tema. Inicialmente a ditadura foi estudada pelos cientistas políticos e, em seguida, pelos memorialistas. A visão memorialística é um grande objeto de análise, pois foi por meio dela que foram criados os mitos e os estereótipos deste período. Foi dado o enfoque também no sindicalismo populista, que logo depois (década de 1990) foi chamado de trabalhismo. 40 anos depois da ditadura o tema ganhou uma nova interpretação dos revisionistas, esta visão merece análise cuidadosa, ela vem sendo criticada por uns e abraçada por outros.

Elites locais: a perpetuação do poder por meio das práticas políticas como clientelismo e mandonismo

Profa. Esp. Dêis Maria Lima Cunha Silva (FIP)

A Nova História Política permite-nos pesquisar sobre política numa perspectiva de analisar as práticas sem se prender aos feitos de um representante do poder, e sim como este se articulou para conquistar e se manter à frente de um governo anos a fio. Dessa forma, a pesquisa que se segue visa analisar práticas políticas que se tornaram culturais na história do Brasil dentre as quais destaque em primeiro plano o clientelismo e o mandonismo. Tais práticas permanecem atuantes nas cidades pequenas, assim sendo, investigar-se-á o uso das mesmas pela influente família “Leite”, para conquistar e se manter no poder na cidade de Desterro-PB no período que vai de 1977 a 1997. Os documentos utilizados para fundamentar a pesquisa são: *Jornal Oficial do Município de Desterro-PB*; *Atas da Câmara de Vereadores do Município de Desterro*; os jornais de circulação estadual, tais como *A União*, *O Norte* e o *Correio da Paraíba*,

ofícios e decretos disponíveis nos arquivos da prefeitura. O referencial teórico a consultado para a pesquisa em questão são: Richard Graham, José Murilo de Carvalho, Milton Cordeiro Farias Filho, Linda Lewin, Ivan de Andrade Vellasco, René Rémond, Maria Fernanda Martins, Jean-François Sirinelli.

Reflexões sobre a liderança religiosa e política de D. José Maria Pires a partir de suas visitas pastorais à região do Brejo paraibano nos anos 70 do século XX

Profa. Ms. Naiara Ferraz Bandeira Alves (UEPB)
Ana Cristina Nogueira da Silva (UEPB)

A proposta desta pesquisa é analisar perspectivas da liderança religiosa e política que Dom José Maria Pires exerceu na Paraíba durante as décadas em que comandou o clero local, buscando um paralelo com a política governamental pretendemos identificar as características da administração de D. José Maria Pires e seus reflexos na sociedade. Para tanto pretendemos destacar a sua atuação na região do Brejo paraibano durante a década de 1970 aonde enfocaremos a discussão do arcebispo em torno da questão da concentração de terras, presente durante todos os anos em que D. José Maria Pires esteve sob o comando da Arquidiocese da Paraíba. Entre as várias ações do Bispo que destacam sua preocupação com o social (algo já constatado na historiografia) ressaltamos a forma como se relacionava com as paróquias, em especial, através das visitas pastorais. Assim, pretendemos descrever as formas de agir e identificar o que representa a cultura política de Dom José Maria Pires já que o comandante da Igreja Católica local é um ser de poder e destaque político. Para esta análise além de documentos oficiais como os registros das visitas pastorais, destacamos neste trabalho a entrevista realizada com um dos padres que pode estar com Dom José, em algumas destas visitas, destaca toda a percepção de um líder religioso que vislumbrava a ação pastoral da Igreja de forma direcionada às questões sociais. PEREIRA (2012); CITTADINO (2006); MOTA (2009); BOURDIEU (2009).

“Diretas Já” em Campina Grande-PB: o movimento nos jornais campinenses (1983-1984)

Jean Lucas Marinho Cavalcanti (UFCG)

Esse trabalho tem como objetivo analisar o movimento “Diretas Já”, que se formou em quase todo o país, entre 1983 e 1984, através de ampla mobilização composta por partidos políticos de oposição à ditadura empresarial-militar, lideranças políticas, entidades classistas, movimentos sociais e grupos da sociedade civil. O movimento, que era heterogêneo em sua formação e concepções ideológicas, desempenhou importante papel dentro do processo de “abertura” política e de “redemocratização” pelo qual passava o país no ocaso da ditadura. Na cidade de Campina Grande-PB, houve uma intensa mobilização de recursos políticos por parte de sujeitos individuais e coletivos no sentido de construção da campanha através da formação do comitê pró-Diretas, que englobou a atuação de diversos grupos afinados com o mote maior do movimento (eleições diretas em todos os níveis já em 1985), sem deixar de ressaltar-se,

aqui, as diferenças ideológicas que havia dentro dessa aparente unidade. No presente artigo, procuro discutir a respeito das diversas maneiras pelas quais diferentes grupos empresariais de imprensa jornalística atuaram expressando e difundindo, através de suas páginas, certas concepções a respeito da transição e do conceito de democracia. A partir da noção gramsciana de jornalismo, que vê essa atividade como a expressão por parte de um determinado grupo que pretende difundir um certo modo de pensar e de agir, analiso, em seus aspectos técnicos e ideológicos, as páginas dos seguintes jornais que circulavam em Campina Grande à época: A União, Jornal da Paraíba, Diário da Borborema e Gazeta do Sertão. Utilizo como recorte as publicações compreendidas entre os meses de março e abril de 1984, período em que houve uma intensificação nas reportagens sobre as “Diretas Já”, em razão da realização de um dos maiores atos da campanha na cidade, um comício que contou com a participação dos “grande nomes” do movimento nacional, representantes de movimentos sociais e políticos locais e artistas que falaram para cerca de dez mil pessoas. Ainda dentro desse recorte temporal, um mês depois, no dia 25 de abril de 1984, a emenda Dante de Oliveira, que fixava eleições diretas para 1985, foi derrotada no Congresso Nacional.

ST 12 – A mídia e a governabilidade: a (des)construção de democracias no Brasil e na América Latina

Coordenação: Prof. Ms. João Batista Barbosa da Silva (UFPB)

A relação entre história e memória está cada vez mais interligada, uma vez que podemos entender a história como uma construção da prática social que relaciona o passado com o presente (LE GOFF, 1990). Ainda entendemos que a história não é, somente, uma sucessão de acontecimentos de marcos e/ou datas (HALBWACHS, 1990), mas que pode ser analisada a partir de uma ressignificação das informações contidas na memória coletiva ou individual. Assim como em 1964, o Brasil se apresentava politicamente dividido (VILLA, 2014), com clima de radicalização que culminou com a deposição do presidente de João Goulart, ocorrendo graças às forças reacionárias e conservadoras que conseguiram apoio de boa parcela da população (FICO, 2016), como se percebe claramente com a “Marcha de Deus para a Liberdade”, que reuniram quase um milhão de pessoas, em março de 1964 nas principais cidades do país com o claro objetivo de criar agitação e desestabilidade política (CHAGAS, 2014). Essa concentração de forças foi fruto da atuação de diversos jornais e grupos de comunicação (aqui entendidos como “mídia”), principalmente da região sudeste do Brasil, notadamente, São Paulo e Rio de Janeiro (GASPARI, 2014). Destacamos então, a forte atuação da imprensa para a governabilidade do país, possuindo grande poder de manipulação das opiniões das pessoas. Partindo desta perspectiva, buscaremos analisar a atuação dos meios de comunicação junto à população para entender a relação entre a mídia, a memória e o poder na (des)construção da democracia no Brasil e na América Latina, no passado e no presente, junto com a participação de professores, de alunos de graduação e da pós-graduação e de demais interessados pela temática.

31/7 – Terça-feira – Sala 514 CCHLA

A mídia e a governabilidade: a (des)construção de democracias no Brasil

Prof. Ms. João Batista Barbosa da Silva
(Secretaria de Estado da Educação - PB)

A relação entre história e memória está cada vez mais interligada, uma vez que podemos entender a história como uma construção da prática social que relaciona o passado com o presente (LE GOFF, 1990). Ainda entendemos que a história não é, somente, uma sucessão de acontecimentos de marcos e/ou datas (HALBWACHS, 1990), mas que pode ser analisada a

partir de uma ressignificação das informações contidas na memória coletiva ou individual. Assim como em 1964, o Brasil se apresentava politicamente dividido (VILLA, 2014), com clima de radicalização que culminou com a deposição do presidente de João Goulart, ocorrendo graças às forças reacionárias e conservadoras que conseguiram apoio de boa parcela da população (FICO, 2016), como se percebe claramente com a “Marcha de Deus para a Liberdade”, que reuniram quase um milhão de pessoas, em março de 1964 nas principais cidades do país com o claro objetivo de criar agitação e desestabilidade política (CHAGAS, 2014). Essa concentração de forças foi fruto da atuação de diversos jornais e grupos de comunicação (aqui entendidos como “mídia”), principalmente da região sudeste do Brasil, notadamente, São Paulo e Rio de Janeiro (GASPARI, 2014). Destacamos então, a forte atuação da imprensa para a governabilidade do país, possuindo grande poder de manipulação das opiniões das pessoas. Partindo desta perspectiva, buscaremos analisar a atuação dos meios de comunicação junto à população para entender a relação entre a mídia, a memória e o poder na (des)construção da democracia no Brasil.

A biopolítica e o biopoder: mecanismos de controle governamental

Maria Camila Alves da Silva (UFPB)

Nossa proposta pretende contribuir com o debate sobre o conceito de biopolítica e, a partir desse conceito, destacar as questões relacionadas com os mecanismos de controle estatal; focalizando, privilegiadamente, o caso brasileiro. Nossa pesquisa está inserida no Programa de Iniciação Científica da UFPB, como pesquisadora vinculada ao PIBIC. O controle estatal sobre as populações ocorre de diversas formas, basicamente podemos dividir em duas faces: diretamente, quando faz valer o poder de polícia, por exemplo; e de forma indireta; nessa perspectiva, o controle assume as mais variadas facetas e aí reside, em grande parte, aquilo que constitui o foco principal do conceito de biopolítica. Para o conceito de biopolítica tomamos por base o pensamento de Michael Foucault que foi o primeiro a discutir esse conceito como uma socialização do corpo e Giorgio Agamben com uma percepção conceitual ampliada, partindo das reflexões foucaultianas e incorporando outras, como Hanna Arendt, sobretudo no que se refere a sua análise de regimes totalitários, imperialistas e a condição a que os seres humanos estão sujeitos. Em Peter Pål Pelbart encontramos análises fundamentais quando o autor se volta para as questões conceituais da biopolítica na perspectiva do capitalismo atual. Com este alicerce podemos identificar nos diários exemplos que a história e a constituição nos fornecem, os mecanismos de controle a que os brasileiros estão sujeitos cotidianamente. Discutiremos essas formas de dominação e disciplinarização dos corpos dóceis, tanto no âmbito da disciplina coletiva quanto individual, analisando a condição de vida desses cidadãos, debatendo o fazer viver e deixar morrer, ou seja, a degenerescência imposta pelo biopoder, encontradas, inclusive, nos benefícios sociais disponibilizados pelo Estado, marcando as ambigüidades dos mecanismos de repressão e controle. Até que ponto - nos questionamos - os direitos humanos fornecem a segurança necessária para a garantia do direito à vida; como e por qual razão o indivíduo se deixa dominar? Destacamos o modo de produção capitalista atual, notadamente a experiência brasileira, no que se refere ao controle biopolítico da sociedade, inserindo-nos, assim, no debate da História Política.

Estado e mecanismos de controle: sobre biopolítica e biopoder

Hugo Takeshi Hatakeyama (UFPB)

Esta proposta de comunicação intenta contribuir com o debate sobre o conceito de biopoder e a maneira pela qual ele se relaciona com o conceito de biopolítica, e a partir dessa perspectiva de articulação da vida pensar a realidade social. Para bem definir os conceitos propostos, serão úteis as análises de Hannah Arendt sobre a “Condição humana”, em especial as suas colocações sobre a diferença entre labor e trabalho, e a argumentação de Foucault sobre os termos biopolítica e biopoder, inclusive como suporte para adentrarmos nas definições elaboradas por Agamben, considerando que são autores com os quais, entre outros, dialoga o filósofo italiano, Giorgio Agamben. A partir de tal matriz conceitual entender como as instituições desenvolvem a aplicação da biopolítica e a força do biopoder e como esses desdobramentos podem recorrer, e constantemente recorrem, ao poder do Estado. Para entendermos a realidade concreta desse fenômeno historicamente identificável, é necessário analisar a maneira como o meio de arregimentação da vida, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, toma conta das pessoas e cria um imaginário coletivo de submissão às instituições, ou seja, refletir sobre os mecanismos de controle do estado sobre as populações e os indivíduos.

Feridas abertas: uma análise dos processos de reconciliação no Brasil pós-ditadura de 1964

Profa. Suzyanne Valeska Maciel de Sousa (UFPB)

Durante os anos de 1960 e 1970 multiplicaram-se as chamadas ditaduras latino-americanas como um dos reflexos do fenômeno da Guerra Fria. Diversos países como Chile, Argentina e Brasil passaram por duros processos ditatoriais marcados pelo autoritarismo, repressão e violência. Com a posterior derrocada destes regimes cada país buscou elaborar formas de restaurar sua democracia e aplicar a justiça através de investigações, julgamentos e a punição ou anistia, conforme as características específicas de cada país e caso. De acordo com Joanna Santa-Barbara (2007) os processos de reconciliação são imprescindíveis após casos de violência de qualquer escala, dentre outros motivos, pelo impacto que o crime ocasiona ao violar as normas sociais causando assim o enfraquecimento dos princípios morais e a diminuição da segurança pessoal de todos, atingindo desta forma não apenas as vítimas diretas, mas toda a sociedade. Diante do exposto, pretende-se analisar a efetividade geral dos processos de reconciliação no Brasil através dos esforços de ressignificação da memória da Ditadura (1964-1985), como por exemplo o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, tendo como parâmetro teórico os autores aqui mencionados e como parâmetro prático os mesmos processos verificados após outras ditaduras latino-americanas. Para tanto, tomarei como ponto de partida a análise de Anthony Pereira (2011) acerca do caráter diferencial do regime brasileiro que foi sua integração entre os poderes judiciário e militar como forma de conceder legitimidade ao Estado de exceção, que se utilizava ainda da manipulação midiática para criar a falsa noção de continuidade da democracia, esta particularidade será então o primeiro desafio aos esforços de reconciliação. Com auxílio ainda das percepções de Mathew Mullen (2015), pretende-se investigar como a falta de centralidade para o tratamento da violência

estrutural e cultural, fortemente empreendida pela imprensa durante o regime, nos processos de reconciliação no Brasil acabou prejudicando a sua eficácia e permitindo a continuidade de um ambiente social propício para a proliferação dos mesmos radicalismos e preconceitos que serviram de justificativa para a instauração da Ditadura de 1964.

Biopolítica e controle social: diálogos com Giorgio Agamben

Amanda da Rocha Moura (UFPB)

Proponho discutir o conceito de biopolítica focalizando a sua inserção nos debates acerca das experiências históricas no que se refere ao controle social; considerando, privilegiadamente, as teses do filósofo italiano Giorgio Agamben, sobretudo quando se reportam ao conceito de Estado de Exceção; ambos os conceitos: biopolítica e estado de exceção estão diretamente relacionados. Esta proposta está inserida no trabalho de Iniciação Científica, do qual participo como pesquisadora PIVIC. Agamben estabelece um rico diálogo entre Foucault e Hanna Arendt. No livro “A condição Humana”, Arendt estabelece um fino entendimento sobre o desenvolvimento das relações do homem com a sua ocupação, distinguindo o labor, a ação e o trabalho para as diferentes sociedades e períodos históricos; enfoca as fases que se estendem desde a antiguidade, passando pela idade média e moderna, chegando ao século XX. A obra “As origens do totalitarismo”, por sua vez, estabelece uma fina relação entre a ascensão burguesa e a fase imperialista. Assim, é analisado como o excedente econômico e o investimento do capital estrangeiro em países subdesenvolvidos provoca a sua submissão em relação aos países com maior controle do capital. A primeira questão que segue é como o dinheiro chega a cruzar fronteiras. Esse movimento é iniciado nos séculos XVIII e consolidado no XIX, no momento em que o excedente da burguesia passa a ser inservível na localidade em que é gerado, assumindo então um papel de risco em relação à economia do país de origem - lei da oferta e da procura. Arendt apresenta em seus estudos os elementos de um movimento que culmina na ascensão dos sistemas totalitaristas, buscando compreender a sua formulação e os instrumentos utilizados para massificar, amansando a população; embora Arendt não tenha tratado do conceito de biopolítica, seus estudos e análises têm dado a essa área de investigação uma grande contribuição. Sob o conceito de biopolítica observam-se as transformações sociais, com a ideia de controle do corpo e da vida do ser humano. Ou seja, a biopolítica é a evolução da ideia de repressão adotada no decorrer do século XVII e metade do século XVIII, entendendo o Estado enquanto soberania que detinha o poder sobre a morte e a vida (ou, como coloca Foucault, o poder de fazer morrer e deixar viver). Giorgio Agamben retoma o conceito de biopolítica, inicialmente apresentado por Foucault, e o desenvolve considerando outras matrizes que pensaram os mecanismos de controles; como parte dessas reflexões desenvolve também o conceito de Estado de Exceção, o que contribui com as análises da história política, principalmente no que se refere à experiência do autoritarismo.

Memória e resistência: notas sobre uma charge no contexto da Escola de Samba Paraíso do Tuiuti

Prof. Joseeldo Pereira da Silva Junior (UFPB)

O carnaval 2018 foi marcado por protestos políticos em razão do momento histórico pela qual o país atravessa desde o Golpe Parlamentar de 2016. Houve uma grande promoção de

manifestações, dentre a qual destaca-se o desfile da Escola de Samba do Paraíso de Tuiuti, que trouxe à luz pertinentes críticas sociais, tais como: escravidão moderna, a contrarreforma trabalhista e os manifestoches em referência aos manifestantes manipulados pela mídia e promovidos pela Fiesp, que teve como símbolo um pato gigante. Em consonância, neste trabalho propomos a analisar discursivamente uma charge referente ao Golpe de 2016 produzida após o desfile polêmico do Paraíso do Tuiuti a fim de pontuar as unidades de resistência bem como as memórias ligadas à ilustração. Pensando assim, Foucault (2000) disserta que a história é descontínua, ou seja, os acontecimentos aparecem como transformações difusas outrora ocorridas. A charge que pretendemos analisar se alicerçar na crítica aos patos de borracha da Fiesp, os sujeitos que ficaram conhecidos como manifestoches e a mídia que fomentou os discursos golpistas. A memória, portanto, é um elemento elementar, haja vista que ela estabelece conexão com o presente no intuito de corresponder aos eventos passados, conforme aponta Le Goff (2012).

ST 13 – Mundos do Trabalho: história e historiografia do trabalho no Brasil

Coordenação: Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (UFPB) e Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (UFPB)

Em sequência às últimas duas edições do Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, dentre outras oportunidades, este Simpósio Temático propõe-se a criar um espaço de discussões entre pesquisadores que se dedicam à história do trabalho e da classe trabalhadora em suas múltiplas perspectivas, dimensões e temporalidades. A despeito de perspectivas teóricas e políticas que ousaram proclamar o “fim do trabalho” em décadas recentes, a historiografia do trabalho no Brasil tem se firmado como um dos campos historiográficos mais consolidados, tendo, porém, ainda muito a ser desbravado pela análise histórica. Sobretudo levando em consideração os desafios do tempo presente, que faz emergir novas inquietações e questões de pesquisa frente às sucessivas contrarreformas impulsionadas por uma agenda política neoliberal, autorreferida como necessária e modernizadora, e que faz tábula rasa da complexidade histórica e das lutas sociais, políticas e culturais da classe trabalhadora brasileira pela conquista de direitos e cidadania e contra as formas de superexploração da força de trabalho no país. Desta forma, espera-se que este Simpósio Temático venha a viabilizar a mútua contribuição de seus participantes nos impasses teóricos, historiográficos e metodológicos no trato de seus objetos específicos. Serão bem-vindas pesquisas, consolidadas ou em andamento, que abranjam temas relacionados aos conflitos de classes e que também reflitam sobre fontes e debates conceituais da historiografia brasileira sobre o trabalho, com o objetivo de tornar viável a ampliação de horizontes acerca das experiências históricas da classe trabalhadora brasileira, em especial, mas não restrita, a do Nordeste brasileiro, tais como: as relações sociais de poder que envolvem os conflitos de classes; manifestações políticas da classe trabalhadora; relação entre política e classes sociais; aspectos do cotidiano dos trabalhadores; processos produtivos e condições de trabalho; intersecções entre classe, gênero e raça; trabalhadores urbanos; trabalhadores rurais; campesinato; sindicalismo; lutas por direitos e ampliação da cidadania; direitos humanos e trabalho; trabalho escravizado, liberto e “livre”; migrações; culturas de classe; avaliações críticas sobre as perspectivas historiográficas dedicadas aos “mundos do trabalho”; situação de acervos, fontes e questões metodológicas; relatos de experiências de relações entre pesquisas históricas e agentes políticos da classe trabalhadora, como sindicatos, militantes e movimentos sociais; experiências de ensino de História com temas relacionados à esfera do trabalho.

31/7 – Terça-feira – Sala 515 CCHLA

Uma experiência associativa na Parahyba do Norte nos anos de 1880: a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais

Prof. Ms. Márcio Tiago Aprígio de Figueirêdo
(UEPB; Sistema de Ensino TOP)

O presente texto tem como objetivo abordar a experiência associativa da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais (SAML) na Parahyba do Norte nos anos de 1880. A SAML foi fundada em 11 de setembro de 1881 e o espaço de experiência desenvolvido dentro dela possibilitou a construção de uma cultura associativa compartilhada pelos membros. Nesse sentido, destacaremos o processo de fundação, tendo em vista o seu contexto (inserida em uma ordem escravocrata sob o regime monárquico), e as suas primeiras atividades, salientando a sua organização, em particular a sua definição societária, as leis estatutárias e a dinâmica interna.

Aspectos quantitativos acerca das formas de organização de trabalhadores e greves no Nordeste na Primeira República

Paula Tamyres Veríssimo da Silva (UFPB)

A presente proposta de comunicação tem por finalidade apresentar aspectos provenientes de um levantamento quantitativo de associações e greves empreendidas por trabalhadores urbanos do atual Nordeste da Primeira República em jornais da imprensa de grande circulação, periódicos operários, relatórios dos Presidentes dos Estados e obras referenciais. O objetivo é discutir dados relacionados para buscar compreender as condições de desenvolvimento, dimensões e alcances dessas formas de organização. Baseando-se na perspectiva da História Social do Trabalho, sobretudo na abordagem do historiador Edward Thompson, este trabalho vincula-se ao projeto de pesquisa PIBIC “Trabalhadores urbanos e suas associações no Nordeste da Primeira República: elementos para interpretação de sua história”, que vêm desenvolvendo pesquisas sobre as ações travadas pelo movimento operário, a partir de suas estratégias, táticas, impasses e limites dentro da ordem social vigente no Nordeste no início do século XX.

Organizações e lutas de trabalhadores no Nordeste brasileiro da Primeira República: questões de historiografia

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (UFPB)

A produção do conhecimento sobre a história a classe trabalhadora, especialmente do movimento operário, no Brasil da Primeira República tem avançado substancialmente desde o final da década de 1970. Apesar destes avanços, ainda temos muito a investigar acerca das formas de organização e lutas dos trabalhadores na região que abrange os

atuais estados do Nordeste nas primeiras décadas republicanas. Contudo, além da menor incidência de mobilizações operárias frente a outras regiões do país, temos que nos defrontar com condições ainda mais difíceis de acesso e conservação de fontes de pesquisa que versem sobre as ações coletivas de trabalhadores. Esta comunicação, relacionada a um projeto de pesquisa em desenvolvimento, pretende discutir algumas questões sobre o tratamento que a historiografia brasileira dedicou ao tema, apontando para seus impasses e possibilidades de aprofundamento de novas investigações.

Pensar o “cotidiano” e os trabalhadores na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912)

Profa. Ana Carolina Monteiro Paiva (UFPB)

Na região amazônica do Brasil, no espírito do progresso técnico, o século XIX foi marcado por tentativas fracassadas de se ligar a Bolívia ao Atlântico pelo Amazonas através da construção de uma ferrovia que viesse a escoar a produção entre ambos os países. Será no século XX, com a retomada da construção em 1907 e inauguração em 1912, que, na região do atual estado de Rondônia, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (E.F.M.M) passará a trilhar como um estandarte da obstinação de um país pela modernização e progresso. Obstinação que, combinado com a colossal estrutura de metal e vapor, camufla um período de construção penoso para os trabalhadores estrangeiros e nacionais que lidavam com condições climáticas e doenças tropicais, insalubridade, e um trabalho fatigante que os conduziam a dois caminhos: a invalidez ou a morte. Sujeitos de um processo histórico emblemático, suas experiências individuais e coletivas são importantes para a construção, na região, de uma “história vista de baixo”, na concepção de Thompson (1966). Tendo em vista os estudos sobre a construção da Madeira-Mamoré e os dilemas levantados por Petersen (1995) acerca do “cotidiano” como objeto teórico para a abordagem da realidade histórica, esta comunicação propõe-se a analisar, de forma breve, como tem sido discutida a questão dos trabalhadores na história da ferrovia e quais os usos recorrentes do termo “cotidiano” pela historiografia dedicada a este caso.

Trabalho escravizado e luta pela liberdade nos anos finais da escravidão em Bananeiras-PB: trajetórias das cativas Damiana, Margarida e “Marias”

Prof. Ms. Daniel de Oliveira
(Prefeitura Municipal de Caiçara – PB)

A presente comunicação tem como objetivo principal analisar algumas trajetórias de mulheres negras e escravizadas que vivenciaram os últimos anos da escravidão em Bananeiras-PB e que lutaram nas barras do Juizado de Órfãos pelas suas respectivas liberdades. Para compreender como isto foi possível, lançamos mão da documentação encontrada no Arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Estanislau Pessoa de Vasconcelos, localizado na cidade de

Bananeiras. Dentre os diversos documentos catalogados, preferimos trabalhar com documentos que tratassem do tema da liberdade pelo Fundo de Emancipação, o que foi possível pelas ações de liberdades impetradas neste juizado. Este trabalho tem por referências teóricas o(a)s autore(a)s da História Social, em especial, da escravidão. Desta forma, de início analisamos a legislação da escravidão depois de 1871, e, conseqüentemente, o Fundo de Emancipação que foi criado após este período. Em seguida, refletimos sobre o mundo do trabalho da escravidão em Bananeiras e suas alternativas para a liberdade, partindo do perfil da população escravizada desta localidade.

“Julgando o feito com a mais perfeita justiça”: A Justiça do Trabalho na Paraíba nos anos da ditadura do Estado Novo

Prof. Arthur Manoel Andrade Barbosa (UFCG)

Este trabalho tem o objetivo de discutir a atuação da Justiça do Trabalho em solo paraibano nos anos iniciais de seu funcionamento, destacando os processos trabalhistas como objeto de disputas entre empregadores e empregados no período do Estado Novo varguista. Implantada efetivamente no ano de 1941 em escala nacional, a Justiça do Trabalho foi palco de lutas por interesses de classe, sendo reclamada tanto pelas empresas quanto pelos trabalhadores como medida de reivindicação de direitos, ressaltando-se o estágio de tutela sindical empreendida pela ditadura do Estado Novo (1937-1945). Utilizando processos trabalhistas como fonte historiográfica no âmbito da história social do trabalho, problematizaremos esses documentos em consonância com os aportes teóricos de historiadores que discutem a complexidade da relação entre legislação, poder judiciário e classe trabalhadora, destacando-se, para tanto, as leituras fornecidas pelo historiador inglês E. P. Thompson.

Trabalho e trabalhadores na obra de Carolina Maria de Jesus

Prof. Dr. Fernando Cauduro Pureza (UFPB)

O presente trabalho tem como objetivo discutir como a questão do trabalho e dos trabalhadores é representada na obra de Carolina Maria de Jesus. Para esta exposição, acredita-se que é possível elaborar três categorias distintas para fins analíticos: a representação do trabalho no âmbito geral, na dimensão rural e urbana, como atividade de um outro identificado por vezes na categoria “operário”; a representação do próprio trabalho, geralmente diminuído por sua condição de catadora de lixo e/ou empregada doméstica; a representação do trabalho intelectual, entendido como aquilo que lhe confere dignidade, presente na própria escrita da autora. Dado o entrecruzamento dessas três categorias, a obra literária de Carolina de Jesus permite que os historiadores se debruçam sobre os diferentes sentidos do trabalho articulados a partir de uma dinâmica capaz de interseccionar classe, raça e gênero, abrindo possibilidades de análise que rompam com os limites da representação.

“O Corre-Corre de um Barraqueiro” e as dificuldades no ofício do poeta popular: trabalho e percursos poéticos na Feira de São Joaquim

Prof. Lucas Santos Ribeiro Leite (UFCG)

Nos finais da década de 1970, temáticas relacionadas ao trabalho que retratam as experiências migratórias dos nordestinos, o cotidiano dos trabalhadores nos grandes centros urbanos e a busca por sobrevivência material, se tornaram expressivas na literatura de folhetos. Houve uma produção significativa de cordéis sobre as representações do trabalho no mundo globalizado. Por um lado, temos a exclusão social que entra como aspecto principal na literatura de cordel, em um contexto social marcado pelo desemprego e aumento considerável das vítimas da miséria social (trabalhadores pobres e migrantes), aspectos característicos da década de 80. Em contrapartida, houve o crescimento do trabalho informal nas feiras e nos grandes centros comerciais. Nesse período temos a presença dos poetas populares, elaborando folhetos que versam sobre a indignação acerca das condições modernas de trabalho. Tendo em vista a função social da literatura de folheto, selecionamos enquanto fonte para subsidiar nossas análises a obra “O Corre-Corre de um Barraqueiro”, folheto produzido por Antonio Silva Vilas Boas, em Salvador-Bahia, no ano de 1980. Temos como objetivos: compreender a trajetória de Antonio Silva Vilas Boas, inicialmente como trabalhador rural, sujeito migrante e trabalhador urbano; entender como sua função enquanto barraqueiro influenciou sua produção escrita; analisar a importância histórica da feira de São Joaquim enquanto meio de difusão da literatura popular e grande centro de trabalho informal na cidade de Salvador. O campo teórico-metodológico que articula os eixos analíticos foi trazido das leituras que realizamos de expoentes da História Social e História Cultural.

01/8 – Quarta-feira – Sala 515 CCHLA

O cinema brasileiro e o tema do operário na abertura política: uma análise sistemática

Luiz Araújo Ramos Neto (UFPB)

Esta proposta de comunicação, resultado de pesquisa vinculada ao PIVIC-UFPB, busca apresentar e discutir, através de uma análise sistemática, o discurso dos filmes relacionados à temática dos trabalhadores no período referente à abertura política do regime civil-militar brasileiro, momento em que o abrandamento das formas de repressão ocasionou o surgimento de um novo sindicalismo no Brasil e permitiu a realização de um maior número de obras audiovisuais com uma temática centrada na crítica da realidade brasileira. Desta forma, o presente trabalho buscou compreender a produção cinematográfica que tem o operário como tema, através da análise dos filmes: “ABC da greve” (1979) e “Eles não usam Black Tie” (1981), de Leon Hirszman; “Braços Cruzados, Máquinas Paradas”, de Roberto Gervitz e Sérgio Toledo; “Linha de Montagem” (1982), de Renato Tapajós; o curta-metragem “Greve”, de Joaquim Pedro de Andrade; e o “O Homem que virou suco (1981)”, de João Batista de Andrade. A análise visou compreender o discurso desses filmes voltado para a realidade de redemocratização do país e crítica do estado autoritário.

A cartilha do camponês: do letramento para a luta no campo

Profa. Juliana Ferreira Alves (UFPB)

As Ligas Camponesas surgiram no Brasil em meados da década de 1950 como movimento de resistência no campo que reivindicava direitos trabalhistas e também o fim das arbitrariedades praticadas pelos proprietários de terra contra os trabalhadores rurais. Neste período, segundo Afrânio Garcia e Moacir Palmeira (2001), a maior parte da população brasileira vivia no campo, e em virtude disso, o Brasil se tornava um país agrário. Além do mais, as dificuldades de ter acesso à educação fez com que o Brasil tivesse um alto índice de analfabetismo, marginalizando desta forma da vida política uma parcela significativa da sociedade, principalmente camponeses. Em razão disso, o deputado federal Francisco Julião, um dos grandes líderes das Ligas Camponesas, resolveu por intermédio de cartilhas, tanto informativas quanto educativas, alfabetizar e conscientizar a massa camponesa a se organizarem em associações pertencente às Ligas. Deste modo, o objetivo do trabalho é analisar como essa “Cartilha do Camponês”, juntamente com a estratégia de alfabetização dos camponeses, estimulada por Francisco Julião para que o homem do campo tivesse direito ao voto e também fosse conscientizado a aderir à causa defendida pelo movimento. Por conseguinte, teremos como aportes teórico-metodológicos as obras de alguns estudiosos como Xavier (2010), Abreu (1999), Boto (2004) e Bastos (1984).

Condições de vida e trabalho durante a ditadura militar brasileira através da imprensa

Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (UFPB)

A ditadura militar brasileira, mesmo com a expressiva quantidade e densidade de pesquisas que vêm se debruçando sobre este período, ainda motiva abordagens e temáticas diversas, estimulando intensos debates teórico-metodológicos e historiográficos. Um aspecto que vem recebendo crescente atenção é o enfoque no caráter de classe da ditadura, com vistas a compreender como se possibilitou a concretização do “desenvolvimento com segurança”, através de medidas repressivas de controle do “inimigo interno”, favorecimento do grande capital e uma brutal exploração da força do trabalho, favorecida pela perseguição e inviabilização das oposições, arrocho salarial, extensão da jornada de trabalho, entre outros aspectos. Este processo levou a taxas de crescimento econômico sem precedentes, redundando no “milagre brasileiro”, que teve como efeito colateral o reconhecimento do Brasil como “campeão mundial” de acidentes de trabalho. Tal título, apesar da censura aos meios de comunicação, teve certa divulgação pela imprensa e impacto sobre a opinião pública, demandando medidas do governo, tais como políticas de prevenção de acidentes, formação de profissionais e instalação de serviços de saúde e segurança do trabalho, reabilitação profissional dos trabalhadores incapacitados para o trabalho, dentre outras. O objetivo desta comunicação é analisar como a questão da sinistralidade laboral foi tratada pela imprensa, tanto a de grande circulação, produzida pelos maiores grupos midiáticos, quanto a alternativa, sobretudo os jornais “Opinião” e “Movimento”. Segundo a mídia impressa, o que levou o Brasil a apresentar taxas cada vez mais expressivas de acidentes e doenças do trabalho? Até que ponto a sinistralidade laboral era reflexo de um modelo específico de crescimento econômico

adotado pelo regime ou tinha outras causas, como a origem e formação da força de trabalho brasileira, por exemplo? Como diversos meios de comunicação apresentavam os índices de sinistros, de incapacidade e mortes decorrentes do trabalho? E como examinavam as medidas de controle da sinistralidade laboral propostos pelos governos militares que tiveram que lidar com tal problema? Portanto, centrada na imprensa, esta comunicação busca aprofundar a compreensão da ditadura militar sob a ótica dos mundos do trabalho, atentando para os debates historiográficos mais recentes acerca do período.

Uma tecelagem nada exemplar: os acidentes de trabalho na Companhia de Tecidos Paulista-Fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1933-1945)

Prof. Ms. Eltern Campina Vale (UFAL; UFPE)

Esta comunicação propõe-se a discutir os diversos acidentes de trabalho ocorridos na Fábrica de Tecidos Rio Tinto. Esta tecelagem iniciou suas atividades em dezembro de 1924, na região do Vale do Mamanguape. Os primeiros acidentes, de acordo com as fontes da Justiça, já datam de 1930. Denota-se, a partir da apreciação destes, o contraponto a uma visão veiculada na imprensa paraibana de uma fábrica higienizada, notável, exemplar e símbolo do progresso econômico do estado. Dos processos pesquisados no arquivo do Fórum de Mamanguape, tivemos acesso a 89 ações de acidentes de trabalho entre 1930 a 1945. Serão três momentos e marcos pelos quais esse acidentes e processos judiciais serão lidos: a partir do Decreto 3.724, de 15 de janeiro de 1919; do Decreto-Lei nº 24.637, de 10 de julho de 1934; e do Decreto-Lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944. Algumas perguntas norteiam a leitura destes processos: Como operários e o patrão, Frederico Lundgren, estabeleceram relações e conflitos? De que forma os operários utilizaram destes processos de indenização para, indiretamente, evidenciar as seções perigosas, bem como a burla da fábrica, de tentar driblar os pagamentos corretos? O que cada decreto significou na ação movida pelo acidentado? Há diversos pontos de similitude e de diferenças nas ações processuais? Para tanto, o entendimento do caminho processual, do ordenamento jurídico, deve ser posto. Os acidentes de trabalho eram iniciados na Delegacia de Polícia de Rio Tinto e daí seguia-se para o Fórum de Mamanguape, de onde os trâmites jurídicos seriam seguidos. À parte deve-se evidenciar algumas questões subjacentes: os perigos do manuseio com o maquinário; o desvelamento do trabalho de menores na tecelagem; o trabalho feminino; o percurso da ação e as seções que ocorriam um maior número de acidentes. O conjunto processual nos fornece um amplo escopo de ações no interior das relações classistas no período em pauta. Ao acionar a Justiça, posto que não havia entre 1933 e 1943 sindicato têxtil, os trabalhadores e trabalhadoras acabavam por aprofundar a cultura de luta por direitos. As leis, portanto, seriam instrumentalizadas para o requerimento de ações contra o patronato, pulverizadas em diversas categorias, o que evidencia a heterogeneidade da classe, dentro e nas seções subsidiárias da tecelagem.

Concepção de classe da Igreja Católica e as lutas sociais no campo paraibano na década de 1960

Profa. Waléria Kássia Martins da Silva (UFPB)

Os movimentos populares no campo se desenvolvem simultaneamente ao agravamento das contradições entre capital e trabalho no Brasil contemporâneo. No Nordeste, o surgimento das Ligas Camponesas expressa as grandes dificuldades e desigualdades vividas pelos trabalhadores rurais nas décadas de 1950 e 1960. Essa efervescência política chama a atenção de diversos setores da sociedade, que buscavam controlar, direcionar e/ou ampliar o escopo de luta desses trabalhadores. Neste período, Igreja, Estado, partidos políticos, sindicatos e ligas camponesas disputavam a hegemonia do campo e um projeto de sociedade. A Paraíba, onde se encontrava a maior liga do país, a Liga de Sapé, é palco de diversos conflitos. Neste campo de atuação, a Igreja Católica, em contraposição ao projeto comunista, buscou por meio de diversas ações aproximar-se do trabalhador rural. Esta comunicação tem por finalidade analisar como a concepção de classe social e de luta de classes da Igreja Católica interferiram nos projetos de sociedade e de lutas por direitos desenvolvidos junto aos trabalhadores. Fazendo uso de documentos oficiais da Igreja como Encíclicas Papais e Cartas Pastorais, como também do jornal “A Imprensa”, de responsabilidade da Cúria Metropolitana da cidade de João Pessoa na década de 1960, e das discussões teóricas fomentadas por E. P. Thompson, Ellen Meiksins Wood e Karl Marx sobre classe e/ou luta de classes, assim como da historiografia, buscaremos explorar os caminhos traçados por essa instituição eclesiástica acerca das lutas sociais do campo na Paraíba por meio de suas concepções teóricas.

Os trabalhadores rurais e a Justiça do Trabalho no contexto do golpe de 1964: o caso da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata

Prof. Ademir Bezerra de Melo Junior (UFPB)

Este trabalho procura analisar os impactos do golpe civil-militar de 1964 sobre a experiência dos trabalhadores rurais no âmbito da Justiça do Trabalho, tomando como objeto imediato a Junta de Conciliação de Nazaré da Mata. Nesse sentido, será válido refletir brevemente sobre a história de luta dos trabalhadores rurais na construção de seus direitos, percebendo como a legislação responsável por estender a cobertura da legislação trabalhista para a categoria dos trabalhadores rurais, o Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963, foi prontamente utilizadas pelos os trabalhadores do campo, que foram inventivos em mobilizar o aparato legal em benefício próprio, apesar de seus limites, contribuindo como um elemento desestabilizador dos modelos tradicionais de dominação da força de trabalho na zona canavieira de Pernambuco. A bibliografia consolidada sobre a temática tem sido pacífica em reconhecer que tais desdobramentos das lutas dos trabalhadores acabaram por suscitar a reação das classes dominantes, sendo mobilizados para a construção ideológica do próprio golpe de 1964 para a sustentação das práticas repressivas utilizadas contra os trabalhadores rurais ao longo dos anos de chumbo. Em nossa análise, utilizaremos os dados obtidos a partir da observação dos processos trabalhistas instaurados por trabalhadores rurais na JCJ de Nazaré da Mata entre os anos de 1963 e 1964, assim como documentos do DOPS-PE e da imprensa oficial do período, questionando quais mudanças podem ser percebidas a partir do

advento do golpe, e quais ferramentas foram desenvolvidas pelas forças repressivas, muitas vezes em associação com os proprietários rurais, para criminalizar, eventualmente sob o signo da subversão, os trabalhadores que recorriam ao judiciário trabalhista na defesa de seus direitos, e assim justificar todo tipo de violência contra os homens e mulheres do campo, na tentativa de esterilizar, através do terror, a resistência dos trabalhadores.

Combates no campo: uma história da luta sindical em Alagoa Grande - PB (1962-1983)

Prof. Ms. Rivaldo Amador de Sousa (UFPE)

Até a década de 1980 a história do operariado no Brasil tem sido um campo de pesquisa bastante explorado, sofrendo baixas e sendo retomada na última década. No entanto, as experiências e lutas dos trabalhadores do campo não parecem ter a mesma atenção que aquela. As lutas camponesas têm sido estudadas com maior frequência pela geografia, sociologia e educação. A história não tem olhado para esse agente do campo tanto quanto deu atenção aos agentes do mundo urbano. As experiências do homem do campo não parecem interessar muito aos historiadores. Assim, também tem se construído uma história negativada da luta camponesa. O objetivo desse trabalho é socializar uma discussão em torno de uma história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande – PB, desde a sua criação, e a luta sindical travada pelos seus representantes e, principalmente, o marco histórico na história da resistência organizada no Agreste paraibano produzido pelo espírito combativo da líder sindical Margarida Maria Alves. Fundado em 1962, ano que recebe Carta outorgada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, o sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande consolidou a sua luta na década de 1970 com a liderança da sindicalista Margarida Maria Alves. Apesar da intensificação da violência praticada pelos latifundiários e “senhores de engenho” contra os trabalhadores rurais de toda a região açucareira, a organização sindical demonstrou, na liderança daquela mulher, uma forte resistência de luta no campo e um verdadeiro combate à opressão e exploração nas relações de trabalho no campo. Essa luta organizada politicamente incomodou intensamente as elites agrárias e as classes políticas que constituíam os grupos dominantes do agreste da Paraíba.

Na luta por direitos trabalhistas, morre uma Margarida: considerações acerca dos primeiros indicativos de um assassinato a partir do jornal *A União* (agosto de 1983)

Profª. Lidineide Vieira da Costa (UFPB)

A presente comunicação é fruto de pesquisas realizadas para a confecção de dissertação de mestrado desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Tendo traçado como objetivo a análise das lutas empreendidas pela categoria dos trabalhadores rurais assalariados na zona canavieira da Paraíba, na década de 1980, cumpriu-se a verificação de jornais que registraram, de alguma forma, tal temática. A comunicação aqui proposta pretende, portanto, apresentar e

problematizar as primeiras notícias veiculadas pelo jornal *A União* que trataram do assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, ocorrido em 12 de agosto de 1983 na cidade de Alagoa Grande – PB. Partindo de notícias informativas, entrevistas e artigos de opinião divulgados por *A União*, buscar-se-á compreender as vinculações entre a morte da presidenta do Sindicato de Alagoa Grande e o papel que esta desempenhava junto aos trabalhadores rurais, com o intuito de fazer cumprir direitos trabalhistas básicos, em especial daqueles que desenvolviam atividades nas usinas de cana-de-açúcar sob o sistema de assalariamento.

“Saindo para trabalhar”: a migração da mão de obra de adultos e crianças na agroindústria canavieira da Paraíba na década de 1980

Prof. Diognnys Cardoso Estevam (UFPB)

Nessa comunicação procuro fazer um estudo de caso partindo de um processo trabalhista aberto na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa no ano de 1985. Na ação ajuizada pelo pai e seus quatro filhos, moradores do município de Espírito Santo, no estado do Rio Grande do Norte, que trabalhavam em uma usina localizada em Rio Tinto, na Paraíba, pede-se na Justiça do Trabalho o respeito a seus direitos remuneratórios. Sob a perspectiva da história social, com esse processo trabalhista é possível analisar qualitativamente alguns aspectos sobre a migração da mão de obra, a sazonalização da força de trabalho e a utilização do trabalho infantil num cenário de alterações socioeconômicas advindas da implementação, em 1975, do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) na Paraíba, que, nas palavras de Christine Rufino Dabat (2014), ao analisar o caso pernambucano, são características de um modelo de absolutização do monopólio fundiário, da monocultura canavieira e da mão de obra sujeitada.

ST14 – Escritos do sensível, leituras da alma: História Cultural e Sensibilidade

Coordenação: Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior (UFRN) e Profa. Dra. Joedna Reis de Meneses (UEPB)

Este Simpósio Temático tem por objetivo reunir trabalhos que abordem pesquisas desenvolvidas no campo das História Cultural, com ênfase nas sensibilidades. Assim, convidamos os pesquisadores a partilhar nesse espaço de diálogo suas pesquisas que se encarregaram de captar as razões e os sentimentos que qualificam a realidade, que expressam os sentidos que os homens em cada momento da histórica foram capazes de atribuir a si próprios e ao mundo. Nesse sentido, temáticas relacionadas aos estudos historiográficos das subjetividades e sensibilidades, da educação, da história da saúde e das doenças, do gênero, das mulheres, da diferença... são bem vindos! Trata-se de enfatizar o papel da História Cultural e suas diversas possibilidades de temas na produção historiográfica contemporânea analisando a constituição histórica da cultura pelas quais os sujeitos vivem e se instituem enquanto indivíduos. A ênfase na compreensão histórica dos afetos, tais como a escrita da história do medo, do amor, do ódio, da saudade, do riso, da dor, do sonho, da corporeidade, da educação, da música, da saúde e das doenças etc. permitirá, também, a análise da emergência de novos olhares e operacionalidades sobre o tempo e o saber histórico. Serão aceitos trabalhos que intencionem divulgar pesquisas em torno destas temáticas propostas, bem como, textos que analisem a própria produção historiográfica timbradas nas águas da História Cultural destacando as possibilidades de existência de uma escrita da história sobre as experiências e práticas sociais e culturais na constituição das maneiras de ser e viver.

31/7 – Terça-feira – Sala 403 CCHLA

Bela, recatada e do lar: discursos de Violeta sobre o ideal de comportamento feminino na década de 1920

Adriana Augusta Beltrão (UEPB)
Profa. Dra. Alômia Abrantes da Silva (UEPB)

O ideal de mulher da década de 1920 no Brasil era ditado especialmente pela imprensa, que se apresentava como lócus não apenas de informação, mas também de instrução para se aprender a viver em sintonia com o que se preconizava como moderno sem, entretanto, perder referências caras à tradição. Na Paraíba, a revista Era Nova (1921-25), mais precisamente em uma sessão com o título “Cartas de Mulher”, escrita por Violeta, procurava “auxiliar” as mulheres a alcançarem um ideal de feminino, fosse oferecendo dicas de comportamento, de

como se relacionar e expressar as emoções, ou criticando posturas contrárias, como as das feministas (sufragistas), afim de fazer com que as mulheres adequassem seus sentimentos e suas corporeidades a um certo projeto de civilidade, que considerava como crucial o casamento e o investimento na vida familiar para o progresso social. Neste trabalho, buscamos analisar como esses discursos procuravam afetar as mulheres da época, particularmente as de uma camada média urbana e letrada, constituindo aspectos e significados históricos imbricados nas relações de gênero. Para tal, apoiamo-nos nas discussões que aproximam o campo da história das mulheres e dos estudos de gênero, procurando contribuir para uma leitura, através da imprensa, dos códigos culturais que então constituíram significados sobre o comportamento e as maneiras de “ser” e sentir que historicamente demarcam fronteiras e instituem desigualdades entre mulheres e homens.

Sujeitos disciplinarizados: a educação do corpo através do discurso e da dança

Profª. Eulina Souto Dias (UFCG)

Este trabalho se propõe a analisar como informativos que são produzidos pela Escola do Theatro Bolshoi no Brasil, Joinville/SC, que também circulam em espaços escolares de dança na cidade de Campina Grande/PB, constroem discursos com a intencionalidade de educar e disciplinarizar corpos para dançar, sobretudo, o balé clássico. As fontes utilizadas para o desenvolvimento dessa pesquisa são alguns exemplares do informativo supracitado publicados entre 2011 e 2015, que estão disponíveis na biblioteca do Teatro Municipal Severino Cabral. A metodologia aplicada é a análise do discurso, a partir de Michel Foucault (2014), e os principais conceitos que atravessam a escrita desse trabalho são: corpo, dança, disciplina e práticas educativas.

Entre o céu e inferno, a (des)razão: as representações de Machado de Assis no conto “O Anjo Rafael”

Lorrane Rangel Agra Lopes (UFCG)

Machado de Assis, mesmo após 108 anos de sua morte, continua sendo lido, relido e reinterpretado. O aspecto religioso na sua obra pode ser visto em vários contos direta ou indiretamente, a exemplo de Adão e Eva, Dom Casmurro e tantos outros. Temática também existente é a da loucura, enfatizada em O Alienista. Ambos estão presentes no conto “O anjo Rafael”, pouco explorado pelos historiadores. Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo analisar o conto “O anjo Rafael”, publicado 1869, por de Machado de Assis, a partir das representações que o autor faz do céu, do inferno e da (des)razão. A escolha destas dessas temáticas: céu, inferno e loucura se justificam pela relação que o autor estabelece entre estes conceitos ao longo do seu texto. Para tal compreensão, estabeleceremos diálogos com Roger Chartier e os seus conceitos de representação e apropriação.

Talhando a Arte na Madeira: memória, sensibilidade e visualidade na xilogravura de José Lourenço

José Rodrigues Filho (UFCG)

O artigo propõe refletir o uso da imagem enquanto suporte de memória e produção de sentido. Para tanto, toma por base xilogravuras elaboradas por José Lourenço, importante xilógrafo de Juazeiro do Norte, cujo trabalho artístico efetua-se desde o ano de 1985. O artigo empreende inicialmente uma historicização da produção de imagens no Cariri Cearense tomando por base os artistas locais. Em um segundo momento, busca refletir como José Lourenço adentra e impulsiona a produção de xilogravuras na região. Por fim, realiza um estudo acerca de algumas xilogravuras elaboradas pelo autor, entendidas enquanto suporte visual permeada por uma historicidade. Fazendo uso do conceito de cultura visual propõe-se refletir as condições de produção, difusão e circulação das xilogravuras do autor, problematizando-as enquanto suportes culturais difundidas socialmente. Dessa maneira, o trabalho dialoga com Ana Maud, Ulpiano Bezerra de Menezes, Paulo Knauss e demais autores que abordam a temática em questão.

“Seja um homem de valor”: imagens de trabalhadores em anúncios de medicamentos (Paraíba, anos 1930)

Prof. Ms. Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos
(USP; UFCG)

Neste trabalho analisamos as representações corporais de trabalhadores veiculadas pelo jornal A União nos anos 1930. Para tanto, problematizamos as publicidades de medicamentos que estamparam as páginas desse periódico durante o recorte da pesquisa. Nesse contexto, especialmente os anúncios da empresa alemã Bayer passaram a associar a imagem do corpo saudável com a ideia de corpo produtivo, apto para o trabalho. Da mesma forma, tais publicidades divulgavam a alteridade do trabalhador ideal: “fraco”, “sujo”, “doente”, “preguiçoso”, “improdutivo”. A circulação desses anúncios reforçava no imaginário social os padrões de comportamento e as práticas corporais projetadas pelos grupos hegemônicos para as classes trabalhadoras. Para discutir estas questões, nos apropriamos das reflexões de Ângela de Castro Gomes acerca da invenção do “trabalhismo” no Brasil. Além disso, dialogamos com os debates de Roger Chartier sobre representação social, e com as análises de Michel Foucault a respeito das relações entre poder disciplinar e práticas corporais. Partindo destes referenciais, problematizamos as interações entre imprensa, saúde e trabalho na Paraíba dos anos 1930.

Escritas e significações sobre a felicidade: uma proposta sensível (2010-2014)

Amanayara Raquel de Sousa Ferreira (UFCG)

Este trabalho objetiva analisar e problematizar os sentidos e os significados atribuídos a Felicidade a partir da escrita bibliográfica acadêmica sobre essa temática. Os textos usados são teses, dissertações e artigos de áreas distintas publicados entre os anos de 2010 a 2014 (disponibilizados nos bancos de teses e dissertações das universidades federais/estaduais brasileiras) que versam sobre a temática em vários vieses e que servirá para o nosso estudo a

fim de compreender como o tema da Felicidade é tratado e quais são as principais questões colocadas e relacionadas a este. Para conseguirmos perceber essas abordagens de maneira historicizada utilizaremos a perspectiva teórica-metodológica pautada na História Cultural, com ênfase na História das Sensibilidades, dialogando com autores como Alain Corbin (2005), Sandra Jatahy Pesavento (2007), e Roger Chartier (1990). Justificamos a relevância dessa proposta pela necessidade de delinear um olhar historiográfico acerca do tema da Felicidade, entendendo-o como uma questão histórica e sociocultural pensada e significada pela humanidade de diferentes formas ao longo dos tempos e espaços.

Por uma história do amor: práticas educativas e sensibilidades amorosas no Sertão Paraibano

Profa. Katiana Alencar Bernardo (UFCG)

Este artigo objetiva problematizar as práticas educativas para o amor no início do século XX, a partir dos processos-crime de rapto e defloração. Os ditos crimes acionam possibilidades de experiências afetivas e pedagogias disciplinarizadoras por meio de valores, códigos e condutas que circulavam no início do século XX. São discursos responsáveis por subjetivarem corpos e sentidos e que prescrevem uma educação sentimental. A pesquisa se envereda pelo campo da história cultural, analisando os discursos, às práticas amorosas e as sensibilidades expressas nesses casos. Desta maneira dialogarei com as reflexões de Sandra Pesavento, Peter Burke, Alain Corbin.

01/8 – Quarta-feira – Sala 403 CCHLA

As crianças e as histórias de assombração: medo e sexualidade nos engenhos de José Lins do Rego

Claudiana Faustino de Castro (UEPB)
Profa. Dra. Maria do Socorro Cipriano (UEPB)

Tendo em vista a importância do imaginário assombroso que constitui a sociedade açucareira, a nossa pesquisa buscou compreender como as narrativas sobre as lendas, visagens e espaços assombrosos teceram memórias sobre uma infância rural no âmbito dos engenhos, à medida que estas histórias se tornaram um crucial instrumento de vigilância e controle que agiram para controlar as práticas de rebeldia e de sexualidade das crianças que viviam o cotidiano do engenho. As obras de José Lins do Rego, Menino de engenho e Meus verdes anos, sob o olhar atento do historiador foram tomadas como relevantes fontes histórica, nos fornecendo um terreno fértil dos sonhos, das sensibilidades, do medo exercido sobre aquele universo infantil. Mas, mesmo as histórias delimitando espaços de trânsito e modos de comportamentos, também revelam práticas cotidianas criativas e desafiadoras. Metodologicamente, a análise articula os campos da literatura e da história e encontra-se norteadas pelos seguintes referenciais teóricos: Del Priore (2000), Bachelard (2001), Ariès (1981).

Sobre sensibilidade e criatividade nas aulas de História do Ensino Fundamental (primeiro anos): relatos de experiência

Luís Felipe Nascimento Santos (UFRN)
Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior (UFRN)

Este trabalho tem por objetivo discutir as sensibilidades nas aulas de História do Ensino Fundamental (primeiro segmento) e da Educação de Jovens e Adultos (primeiro segmento). A proposta surgiu a partir do Projeto de Ensino intitulado “Sentir, tocar, imaginar: a produção de material didático e o fazer sentido nas aulas de História” desenvolvido nas turmas de Ensino de História do curso de pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Para tanto, os conceitos de sensibilidade e experiência, postulados respectivamente por Sandra Pesavento (2008) e Jorge Larrosa (2016) próprios da História Cultural, fazem-se fundamentais. Metodologicamente, analisamos os planos de aula desenvolvidos pelos discentes da disciplina de Ensino de História, que se configuram enquanto propostas pedagógicas para as aulas de História levando em conta a criatividade na produção de material didático e o fazer sentido para vida das crianças. Pensar como é possível perceber nas entrelinhas aquilo que nem sempre é perceptível a olho nu, atribuir sentido, fazer sentido para a vida dos alunos. Lugar da imaginação, dos sentidos, da experiência. Conclui-se que a utilização de fontes históricas em sala de aula possam contribuir para pensar a história a partir da construção de um cidadão comprometido com sua realidade social.

Deponho as sandálias do humano, do terreno e do transitório: escritos e escrita de si em Dom José Maria Pires

Prof. Leonardo Sousa da Silva (UEPB)

Nesse artigo são analisadas as sensibilidades de Dom José Maria Pires através dos escritos do seu discurso de posse na Arquidiocese da Paraíba em 26 de março de 1966. Escrever historicizando os sentidos, o vivido, as sensações do encontro do Dom Pelé com os paraibanos a partir das sensibilidades que transcendem o documento escrito. Ler o íntimo sensível do Dom José Maria Pires que chegou ao solo paraibano, se arrependeu de ter apoiado o golpe de 1964 e a partir da realidade vivenciada na nova casa episcopal, as periferias paraibanas, passou a denunciá-lo. Aquele conservador que escutava o sofrimento por recados, o Dom Pelé, foi perdendo lugar no peito do Dom José, que sentiu aflorar ideais do Concílio Vaticano II e como que em um grito resistente contra o violento regime militar na Paraíba fez brotar nessa terra quente o Dom Zumbi, e com a teologia libertadora afetou a muitos. Para realizar tal feito me aproximo da metodologia da escrita de si, utilizando dos conceitos de cultura e sensibilidades respectivamente em PESAVENTO (2005) e (2007), além dos estudos de ALBUQUERQUE JR (2007), FOUCAULT (2007), LARROSA (2016) e SOARES JR (2018) para nas memórias do Dom José, poder violar o que que tocou a muitos fiéis, o que mais afetou, a humanidade do primeiro bispo negro do Brasil, rico em sensibilidades.

O espiritismo e a sua influência nas vacinas de cuspe

Profa. Rosana do Nascimento Gomes Melo (UFCG)

O presente trabalho tem por objetivo analisar a atuação de um prático de farmácia e seus procedimentos de cura, onde o mesmo desenvolveu uma técnica de cura conhecida como lymfoterapia, que significa a cura pela saliva, bem como analisar a sua relação com a religião espírita, que se tornou uma das suas inspirações na criação do seu método. José Fábio Lyra criou um mecanismo de cura no nordeste paraibano, na cidade de Bananeiras PB, feito da saliva de crianças sadias, onde a partir disso desenvolveu uma vacina que era injetava nas pessoas acometidas de alguma enfermidade. O “homem do cuspo” como ficou conhecido, produzia e comercializava as vacinas em sua farmácia também localizada em Bananeiras, onde multidões de pessoas peregrinavam para receber a medicação. As vacinas tinham o poder de curar, tuberculosos, diabéticos, entre outras doenças. O espiritismo debatido em algumas publicações do jornal A Imprensa no século XX, deixou explícito toda uma reprovação aos adeptos do espiritismo, em publicações feitas por padres da Igreja Católica, que repudiavam seus praticantes por considerarem o que eles pregavam não provinha do “divino”. O José Fábio Lyra era espírita, e em uma carta escrita ao padre Diniz da cidade de Bananeiras para justificar a criação da lymfoterapia, o farmacêutico revela que veio do espiritismo sua inspiração para criação das vacinas. Na produção deste trabalho utilizaremos de periódicos do jornal A Imprensa; cartas trocados entre o farmacêutico e o vigário de Bananeiras, José Pereira Diniz, e demais documentações sobre a lymfoterapia e o José Fábio Lyra.

O feminino em “Orgulho e Preconceito” (1813) de Jane Austen

Profa. Trícia Nunes Patrício de Araújo Lima
(UFPB; Anglo Colégio e Curso)

Buscando estimular cada vez mais, as discussões sobre a mulher nas diversas instâncias de ensino, a começar pelo ensino superior, com o intuito de preparar o futuro professor para lidar com as diversas questões que são necessárias de serem discutidas nas salas de aula do ensino básico, este trabalho buscou fazê-lo através da análise do feminino na literatura inglesa, especificadamente, “Orgulho e Preconceito” de Jane Austen, publicado em 1813. Discutindo-a através da perspectiva da História Social Inglesa, levando em consideração, ainda, as contribuições de Michelle Perrot sobre os estudos de uma emergente história das mulheres ao longo do século XX, especialmente após 1945. Apenas uma mulher nascida no local e no momento em que Jane Austen nasceu poderia compreender a sociedade da forma como ela compreendeu e representá-la de forma tão complexa. Austen analisa e critica a sociedade em que viveu, e a forma como as mulheres eram criadas, bem como tudo o que estava mudando na sociedade posteriormente a dupla revolução. Discute questões relativas ao casamento, à educação, à herança e, especialmente, aos seus comportamentos; possibilitando, inclusive, perceber as ausências daquilo que ela ilustra, mas não explora: “os de baixo”. A importância de discutir tal temática hoje vem da percepção das injustiças e crimes que ainda acometem muitas mulheres por todo o mundo; mesmo que já se tenha melhorado em relação ao que era séculos atrás, a almejada igualdade entre os sexos ainda está longe de ser alcançada.

Grupos leigos na Paraíba na defesa do Catolicismo Romano (1932-1934)

Profa. Ms. Jorilene Barros da Silva Gomes (UFPB)

Este trabalho tem como objetivo central inquirir sobre as possíveis instaurações de grupos religiosos leigos na Paraíba nas primeiras décadas do século XX que comungavam com os ideários do movimento Ultramontano e da Romanização (GOMES, 2015), em especial os movimentos da União dos Moços Católicos (formado por homens) e o das Noelista (formado por mulheres). É importante destacar que compreendo estes grupos a partir de uma reorganização conservadora oriunda da Igreja Católica que encontrava-se em choque com os ideários propostos pela modernidade e com o rompimento do Estado após a chegada da República (BEOZZO, 1996). Neste sentido, a ideia é refletir como alguns grupos (uma parte da elite) da Paraíba, que tinham características extremamente conservadoras propiciaram a sociedade ações de cunho prático e ideológico que comungavam com os interesses de uma Igreja que insurgia contra o advento dos novos tempos e novas práticas sociais e culturais. Logo, esta pesquisa encaixa-se dentro da perspectiva da Nova História Cultural (BURKE, 2008) quando traz a reflexão acerca das sensibilidades provindas de uma sociedade que recebia o novo como sinônimo de status quo e transformava-se de acordo com choques e rupturas culturais.

Em que espelho ficou perdida a minha face: Revista íntima na Penitenciária do Serrotão de 2009 a 2014

Maria Aparecida Figueirêdo Pereira (UFCG)

A revista íntima foi instituída na Penitenciária do Serrotão com a finalidade de proibir a entrada de mulheres que portassem drogas camufladas no interior de seus corpos (vagina e ânus). Como agente penitenciária, que vivenciou a experiência da revista, lanço minhas memórias e sensibilidades acerca do procedimento que somente para mulheres era destinado. Tendo como norte a análise das (in) sensibilidades masculinas, no espaço prisional. Sendo assim trago a *Ego-história* como método de abordagem e adoto nesse percurso investigativo os conceitos de corpo, sensibilidade, memórias, disciplina, gênero. Parto do pós estruturalismo privilegiando a abordagem de Foucault a respeito das disciplinas, corpos dóceis e panoptismo.

03/8 – Sexta-feira – Sala 516 CCHLA

“Cinco dias de baile”: disciplina e castigo na Escola de Aprendizes Marinheiro do Rio Grande do Norte na primeira metade do vigésimo século

Laelson Vicente Francisco (UFRN)

Este trabalho tem por objetivo analisar os castigos físicos aplicados aos discentes da Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte na primeira metade do vigésimo século, após cometerem infrações disciplinares. Este texto é parte integrante da pesquisa de iniciação científica, que estuda a referida escola de formação de marinheiros que colaborou para o desenvolvimento da Marinha de Guerra Brasileira. A instituição foi criada através do decreto número 5181 de 16 de dezembro de 1872 e teve sua abertura no dia 12 de agosto de 1873. Sua

função social esteve atrelada às questões da disciplinarização de corpos de seus alunos, com a intenção de torna-los obedientes, aptos e capazes de desenvolver o exercício militar dentro da Marinha do Brasil. No início de sua história, a referida Companhia recrutava menores entre 10 e 17 anos de idade. Para análise deste texto utilizamos o conceito de disciplina postulados por Michel Foucault (2009). Metodologicamente, problematizamos as anotações das infrações e castigos contidos no Livro de Pareceres para Conselho de Disciplina pra Menores e no Livro de Castigos de Aprendizes Marinheiros. Concluímos que a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte desempenhou um papel fundamental no que se refere a normatização dos corpos, como forma de preparar os menores ali alistados, para o trabalho profissional/militar na Marinha do Brasil.

Entre canções para roer: do homem vitimado à ingrata criatura (1970-1990)

Profa. Maria Valdenia Felix dos Santos (UFCG)

Este artigo pretende dar visibilidade a uma sonoridade do gênero brega, que costumeiramente encontra-se em meio a reuniões de amigos e bares, onde se pode encontrar adeptos da prática de roedeira, a tão conhecida “dor de cotovelo” para os nordestinos. O objetivo, dar-se então em analisar a dor masculina exposta nessas canções, onde o masculino é divulgado como vítima do relacionamento, e o feminino é colocado enquanto uma criatura ingrata. Como aporte teórico-metodológico, escolhi as contribuições de Maria Izilda de Matos, no que tange especialmente, o emprego da concepção negativa do feminino e vitimização do masculino. Para emoldurar essa pesquisa, trago análises musicais dos interpretes Júlio Nascimento e Lindomar Castilho. Tendo feito um levantamento discográfico desses interpretes nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX, para assim, obter uma melhor escolha nas músicas trabalhadas. Nessas canções é notório a colocação do masculino no espaço de debilidade, causada pois, pela falta de compreensão de um feminino, que acaba por aparecer na condição daquela que não reconhece, o bem que lhe foi ofertado dentro da relação, e essa falta de compreensão, resultando muitas vezes no término do relacionamento.

“Zona noturna da vida”: a doença e o adoecer, experiências do sensível

Prof. Rafael Nóbrega Araújo (UFCG)

Partindo de uma metáfora de Susan Sontag (2007) este artigo tem por objetivo analisar a doença como fenômeno do sensível por meio das experiências do corpo doente. Durante a década de 1920 do vigésimo século na Paraíba a sífilis passou a ser uma preocupação do governo estadual. A doença logo foi associada a práticas pecaminosas, considerada um mal venéreo que ameaçava a moral da sociedade pelo seu estigma negativo que afetava a segurança do corpo, deteriorado pelas sequelas deixadas. Metodologicamente são analisadas as falas publicadas na revista Era Nova, no jornal A Imprensa, bem como as Mensagens do Governo da Paraíba para pensar as sensibilidades em torno da doença e do corpo adoecido. As sensibilidades se traduzem ao mesmo tempo em sensações e emoções, enquanto reações imediatas do corpo pela afetação dos sentidos, mas também é correspondente às manifestações do pensamento transformando-se em sentimento. Tal escrita torna-se possível graças à História Cultural que permite analisar as razões e sentimentos constituídos historicamente.

“Corpo útil, corpo inteligível”: Uma análise da corporeidade dos jovens recrutas da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba

Profa. Thaís Luana Felipe Santos (UFCG)

Este artigo, parte de um estudo mais amplo, sobre a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba (1889-1920) busca inicialmente realizar alguns apontamentos sobre como a Escola era organizada quanto a disciplina e a implantação de uma educação higiênica através dos discursos médicos, que almejavam a construção de um corpo forte e obediente. Graças à alguns estudos realizados sobre a Escola de Aprendizes Marinheiros no Brasil, tornou-se possível instaurar uma análise comparativa das unidades da Bahia, Piauí e Paraíba; por meio das produções de Raul Coelho Barreto Neto (2009) e Rozenilda Maria de Castro Silva (2005) no que se refere a constituição de corpos robustos e sadios dos alunos que se preparavam para a profissão. O conceito de disciplinarização de corpos postulado por Michel Foucault (2010) revela-se fundamental para entender a escola como lugar de disciplina.

Histórias sobre a loucura na cidade da Parahyba do Norte entre 1889-1928

Profa. Dra. Edna Maria Nóbrega Araújo (UEPB)
Profa. Dra. Joedna Reis de Meneses (UEPB)

No final do século XIX e primeiras décadas do século XX a cidade da Parahyba do Norte influenciada pelas ideias de modernidade e civilização vivenciou uma série de reformas no espaço físico bem como transformações nos costumes, hábitos e cotidiano da população. As reformas buscavam retirar das áreas centrais da cidade aqueles que eram tidos como responsáveis por promover a desordem. Nesse sentido, os loucos passaram a ser excluídos das ruas. Os ditos furiosos eram levados para a Cadeia Pública ou internados na Santa Casa da Misericórdia. O que interessava era que fossem recolhidos. No ano de 1891 foi inaugurado na cidade o asilo Sant’Anna, a princípio tinha como objetivo a retirada dos alienados da Cadeia Pública e da Santa Casa. Embora tenha sido um estabelecimento organizado para receber esses indivíduos, o asilo não contava com especialistas em psiquiatria. O asilo Sant’Anna entra no século XX sendo constantemente bombardeado pelos discursos médicos e políticos no que diz respeito a sua precária estrutura e má salubridade. Os discursos passaram, então, a reivindicar um hospital específico para os loucos e que contasse com um corpo de especialistas, ou seja, psiquiatras. Em 1928 foi inaugurado o hospital Colônia Juliano Moreira, onde os médicos psiquiatras passaram a exercer seu saber/poder em uma instituição pautada no discurso científico. Os loucos foram assim, absorvidos por mais um discurso que os enclausurou, vigiou e silenciou.

“Mandae, por Deus mandae vossos filhos à escola!”: Periodismos e pedagogias do papel impresso na urbanidade campinense (1888-1923)

Hadassa Araújo Costa (UFCG)

Quando em 1888 Campina Grande recebe sua primeira oficina tipográfica e seu primeiro jornal não vive senão uma experiência já consolidada em outras cidades da Paraíba. No entanto, a sua experimentação de um veículo impresso, enquanto produtora direta, traz à tona um melhor vislumbre de problemas que se opunham a vivência da nova urbanidade que o

jornal sinalizava, perceptível nos discursos elaborados pelos próprios periódicos, sobretudo os órgãos de instituições escolares. Nosso objetivo foi a análise dessa dicotomia que foi a tentativa do estabelecimento de uma cultura impressa, alusiva ao mundo moderno, e a realidade díspar desse projeto. Pensamos essas tramas a partir da experiência do periodismo de 1888 a 1923, sob percepção das permanências que se deram ao longo de trinta e cinco anos e que contrariavam o discurso moderno, este que foi fomentado pelos poderes públicos, pelos intelectuais da cidade e pelas instituições pedagógicas. Para tal nos utilizamos da metodologia da análise de discurso por Michel Foucault para melhor leitura de nossas fontes periódicas (compreendendo impressos seculares e escolares), bem como também do conceito de autoria elaborado por este último e revisitado por Roger Chartier para apreensão crítica do papel dos sujeitos da trama jornalística da cidade. Refletimos sobre como os desdobramentos da vida cotidiana transcendem os objetos que fazem as vezes de seus símbolos. Trabalhamos não sobre uma realidade homogênea, mas sobre a característica de uma cidade plural, cujos sujeitos são fontes de subjetividades e a vivenciam de diferentes modos.

ST 15 – Escrituras do Eu: trajetórias, (auto)biografias, testemunhos

Coordenação: Prof. Ms. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio (USP; SEE-PB)

A proposta deste Grupo de Trabalho é congrega pesquisas relacionadas aos chamados *estudos biográficos* no campo das ciências humanas e sociais. Nas últimas três décadas as pesquisas dedicadas às narrativas biográficas vêm crescendo na historiografia internacional e brasileira, destacando personagens do cenário político, social, cultural, educacional, muitos deles esquecidos em Suas respectivas áreas de atuação, debatendo assim gêneros como memórias, biografias, autobiografias, perfis e histórias de vida. É neste contexto que conceitos e metodologias como *biografismos*, *prosopografia*, *pacto autobiográfico*, *micro história*, *monumentalidade* e *operação biográfica* vêm se consolidando e possibilitando diversos estudos no campo da Nova História Cultural, Nova História Política e da História Social. Desta forma, a partir de uma perspectiva interdisciplinar procuraremos concentrar pesquisas que valorizam as trajetórias, as (auto)biografias e os testemunhos daquilo que chamamos de *escrituras do eu*.

31/7 – Terça-feira – Sala 516 CCHLA

Memória e afetividade em “Ademar Vidal: para não esquecer”: o entrelaçar do público e privado

Maria Joedna Rodrigues Marques (UFCG)

O objetivo deste trabalho é analisar a memória que tece entre o público, o privado, a trajetória intelectual e pessoal do paraibano Ademar Vidal (1897-1986), a partir do livro “Ademar Vidal: para não esquecer” (2010), escrito por sua filha Alice Vidal. Pautado em lembranças familiares, o mesmo aborda a atuação vidaliana no viés intelectual e político. Buscamos problematizar os modos como esse homem é percebido e apresentado por sua filha, assim construindo uma narrativa na qual aspectos privados e públicos se entrelaçam, demonstrando uma memória paterna vinculada a esses espaços. O aporte teórico-metodológico utilizado para analisar esse livro é a discussão de biografia, a partir de Giovanni Levi (2006) e Pierre Bourdieu (2006); de intelectual, a partir de Sirinelli (1996); e de memória, a partir de Pollak (1992).

O trabalho que move a vida: a trajetória de Apolônio Alves dos Santos

Profa. Ms. Mariane Santos (UNEB)

Este artigo tem como principal objetivo recuperar e colocar em evidência a trajetória de vida do poeta popular Apolônio Alves dos Santos. Este nascido em Serraria – PB, passou a infância e parte da juventude em Guarabira – PB, ainda jovem migrou pra o Rio de Janeiro, onde se estabeleceu, casou e desenvolveu sua principal profissão, ser poeta nordestino de literatura de cordel. Traçamos os caminhos e descaminhos percorridos e as experiências vividas de Apolônio dos Santos. Para isso utilizamos seus folhetos de cordel, entrevistas que o cordelista realizou para revistas e catálogo, antologias as quais ele faz parte, entrevistas que realizamos com cordelistas que conviveram com o poeta e os vestígios familiares que foram possíveis de encontrar. No percurso da vida desse poeta nordestino foi possível contextualizarmos as vivências de Apolônio dos Santos com a sociedade em que esteve inserido, com o objetivo de melhor compreender sua vida e produção de literatura de cordel. A relevância deste trabalho, que não consideramos necessariamente biográfico, se dá pela significativa contribuição que Apolônio dos Santos deixou para a comunidade de poetas cordelistas ao idealizar e participar da concretização da primeira Associação Brasileira de Cordel. Ele também contribuiu no registro das narrativas históricas de quase três décadas (1970-1990) no que se refere aos fatos políticos, econômicos e sociais. Assim, seus folhetos são fonte/evidências históricas relevantes para a academia e para sociedade brasileira.

Câmara Cascudo em um click: um olhar sobre o pacto autobiográfico existente entre o fotógrafo e o fotografado

Profa. Ms. Kaliana Calixto Fernandes (UFRGS)

Durante os últimos anos de 1960 e os primeiros de 1970, a casa de Luís da Câmara Cascudo foi o cenário escolhido pelo fotógrafo, Carlos Lyra, para a realização de um ensaio fotográfico com Câmara Cascudo. Durante esse período foram tiradas oitocentas fotografias para compor o que o fotógrafo chamou de biografia visual de Câmara Cascudo. Fotografar alguém no interior de uma casa pode provocar a sensação de que cada retrato pode nos aproximar de alguém conhecido, ou de nós mesmos; e de uma provável intimidade humana. É curioso observar que o período em que foram feitas as fotos por Carlos Lyra coincide com o momento em que a casa de Câmara Cascudo se transformou em um lugar de visita turística na cidade. Todos queriam conhecer o monumento vivo da cidade de Natal. Fato registrado não só pela imprensa local, como também, pelo próprio Câmara Cascudo, que escreveu, em 1969, o diário que a princípio se chamaria um ano de minha vida onde é possível ler em suas páginas a intensa movimentação em torno da sua casa, que de acordo com o seu morador ilustre, estava sempre de portas abertas para receber estudantes, pesquisadores, artistas, religiosos, políticos ou simples curiosos anônimos. Baseada no conceito de pacto autobiográfico de Philippe Lejeune, pretendo problematizar a relação entre Câmara Cascudo (o fotografado) e Carlos Lyra (o fotógrafo) na produção da biografia visual - Uma câmera vê Cascudo, publicada em 1974, pela Fundação José Augusto, a fim de pensar sobre a relação entre o projeto autobiográfico de Câmara Cascudo de construção de uma imagem de si profundamente ligada ao espaço da casa onde morou por quase quarenta anos e produziu grande parte de sua obra

(principal hipótese defendida em minha tese) e a biografia visual de Câmara Cascudo produzida por Carlos Lyra. Para pensar o uso da imagem no processo de fabricação de si destaco as ideias de Roland Barthes e Susan Sontag. Como principal fonte historiográfica foram selecionados: a biografia visual de Câmara Cascudo - Uma câmera vê Cascudo - e o diário de memórias de Câmara Cascudo - Na ronda do tempo (Diário de 1969), publicado em 1971.

Memória e boemia: um estudo da obra “Nos Tempos do Pedro Américo”

Prof. Ms. Daniel Santana Leite Silva

Estudos sobre a vida marginal das cidades e do campo tem alcançado ainda um tímido espaço dentro da academia e principalmente na Historiografia, um espaço onde mulheres e homens que faziam da rua e da noite também parte de sua rotina de vida. Estes Sujeitos, geralmente, ordinários e anônimos, muitas vezes engrossaram apenas as fileiras de jornais e fichas criminais e passaram despercebidos na ‘Grande História’, marginalizando ainda mais aqueles que atuaram no passado e os que vivem no presente. Em “Nos tempos do Pedro Américo” (1989), elaborado pelo médico e escritor Paulo Soares, temos uma visão memorialista do centro da cidade de João Pessoa de anos que variam entre a década de 1960 e 1970, da vida boêmia, política e social de alguns integrantes daquele espaço. A estrutura do presente livro se apresenta em quatro eixos principais: os relatos da boemia pessoense no bar que traz título à obra – ‘Bar Pedro Américo’ –, a situação de cotidiano dos estudantes dentro e em torno da região, as agitações políticas da época e a descrição dos espaços de boemia nas suas mais variadas faces e manifestações. De modo geral, o Bar era considerado um afluente de todas essas características, bem como um dos portos que ancorava várias pessoas do espectro social da cidade (mas não só dela), intencionados muitas vezes por momentos de conversas, pretensões alimentícias ou outras diversões. Em linhas gerais, o autor apresenta-o como um lugar de encontro, momentos lúdicos e discussão dos problemas que rodeavam os frequentadores, outrossim, também formado por estudantes que moravam e estudavam no centro da capital paraibana e que viam no Bar Pedro Américo um espaço de refúgio. Dito isto, pretendemos analisar, a partir do discurso memorialístico presente na obra, como esta pode servir de paradigma indiciário interpretativo da época e do espaço que foi – e ainda é – o centro da cidade e seu sentido boêmio, nostálgico e social.

O prisioneiro da polêmica: Horácio de Almeida em narrativas biográficas

Prof. Ms. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio (USP; SEE-PB)

A proposta desta comunicação é compreender como o historiador paraibano Horácio de Almeida (1896-1983), autor de importantes obras, entre dicionários, biografias, ensaios e livros de historiografia, foi sendo biografado ao longo do século XX, pela imprensa e pelas instituições culturais e literárias da Paraíba dos quais ele fez parte, como a Academia Paraibana de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Para isso, foi analisada uma série de perfis publicados em jornais e revistas paraibanas, a exemplo das edições

especiais do suplemento Correio das Artes, bem como perfis biográficos lançados em livros, com destaque para Horácio de Almeida, de Joacil de Brito Pereira (2000) e Horácio de Almeida: historiador maior, de Amaury Vasconcelos (2000). É perceptível uma dimensão biográfica centrada na construção de um Horácio de Almeida dedicada à intelectualidade, com ênfase em aspectos polêmicos de sua trajetória, no que se refere aos embates políticos, religiosos e historiográficos, que ele se envolveu ao longo do século XX.

01/8 – Terça-feira – Sala 516 CCHLA

A Coletânea Cenecista e Felipe Tiago Gomes: “homem predestinado, apóstolo da educação”

Prof. Arthur Rodrigues de Lima (UFCG)

O presente trabalho pretende discutir a partir da História Cultural da Educação, como a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), fundada no ano de 1943 no Recife por Felipe Tiago Gomes, paraibano da cidade de Picuí na Paraíba e estudante de direito no Recife, por ocasião das comemorações dos cinquenta anos de atividade da entidade em 1994, publicou através da Editora Cenecista, uma Coletânea de nove obras referentes a história da instituição atuando assim em um exercício de Escrita de si institucional e de produção de uma memória histórica da Campanha. O trabalho problematizará como a rede construiu uma narrativa em torno da imagem de seu fundador a partir de um processo de cristianização da imagem do mesmo na Rede, tendo como base a concepção da educação enquanto missão salvadora da pátria, a educação entendida através da noção de redenção. Para tanto, o presente trabalho será baseado nas contribuições de Michel Foucault (2006) com o conceito de escrita de si, Pierre Bourdieu (2006) com o conceito de trajetória e Norbert Elias (1994) com o conceito de sentido da vida.

De Rei do Baião a pedreiro – livre: um estudo sobre as relações da Maçonaria na vida e obra de Luiz Gonzaga a partir de suas bibliografias

Prof. José Cunha Lima
(Prefeitura Municipal de Araruna - PB)

O presente trabalho pretende estudar a relação existente entre o cantor e compositor Luiz Gonzaga e a maçonaria, a partir de estudos biográficos e bibliográficos, bem como a partir dos trabalhos produzidos e publicados sobre a irmandade, nos últimos tempos, especialmente, no que se refere à temática em epígrafe. Desse modo, a proposta deste estudo consiste em evidenciar as influências filosóficas da maçonaria na obra musical do Rei do Baião, além disso, objetiva também compreender as realizações filantrópicas na vida social do mesmo. Metodologicamente, segundo Gil (2009), a pesquisa ora executada é de caráter descritiva e qualitativa. A mesma tem por finalidade possibilitar uma melhor familiarização a respeito do

assunto em comento, provocando a construção de hipóteses e permitindo a delimitação da presente temática e de seus objetivos. Com isso, tornando o problema mais explícito a partir de bibliografias e pesquisa documental. Em geral, a análise envolve levantamento bibliográfico. Para tanto, utiliza-se como referencial teórico, os seguintes autores: Albuquerque (1998), Barata (1999) e Colussi (1998 e 2002) nos conceitos maçônicos; e Dreyfus (2012), Echeverria (2006) e Oliveira (1991) nos conhecimentos biográficos. Por fim, considera-se que, a maçonaria influenciou mais a vida pessoal de Gonzaga do que a carreira profissional.

“Ok, você venceu: batata frita!”: representações da cultura jovem brasileira em *Das trips, coração*, de Dau Bastos

Prof. Ms. João Batista Peixoto da Silva (UFMG)

O presente trabalho procura incorporar as contribuições advindas da História Cultural e da Nova História Política para analisar o protagonismo das relações entre cultura e política no interior da produção literária que ganha expressão nos marcos da afirmação de uma cultura jovem brasileira emergente na década de 1980. Assim sendo, selecionamos o romance de estreia do autor Dau Bastos, publicado em 1984, tendo como objetivo principal articular o tema da escrita associada fortemente com a dimensão confessional da narrativa e as singularidades que abarcam as representações em torno da cultura jovem brasileira no contexto dos primeiros anos da década de 1980, sugerindo, dessa forma, um conjunto de elementos para a compreensão de como o recorte de experiências inscritas na realidade massiva do cotidiano contribuíam para a problematização em torno dos ideais de liberdade e autoritarismo que entravam na agenda do debate do Brasil em tempos de redemocratização e abertura política.

Arquivo documental, uma janela para passado: memória e gênero

Erykles Natanael de Lima Vieira (UFCG)

Virgínia Genuíno Lira (UFCG)

O presente trabalho é um dos resultados de uma ação de permanente de pesquisa chamada Projeto Memória da Ciência e Tecnologia, que é coordenado pela Prof^a Dr^a Rosilene Dias Montenegro e vem desde 2004 pesquisando a História da Ciência e Tecnologia em Campina Grande e buscando contribuir para o conhecimento desse tema em particular na cidade de Campina Grande e Universidade Federal de Campina Grande. Propõem-se aqui apresentar algumas das questões surgidas na pesquisa, Mulheres nas Engenharias: Registros Documentais Nos Arquivos Da UFCG, desenvolvida a partir do Programa de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A escrita para o presente trabalho se debruça na investigação sobre questões de gênero no curso de Engenharia Civil no período de 1954 a 1970. A pesquisa está em fase de conclusão e ocorre principalmente no Arquivo Geral da UFCG. Durante a pesquisa nos deparamos com um questionamento, como a UFCG lida com a memória institucional através dos documentos

oficiais? Este questionamento é pertinente na medida em que observamos no país, políticas e ações que visam acabar com os arquivos documentais, que por sua vez podem destruir a memória de uma sociedade ou de um povo. Para responder esta pergunta, elaboramos um objetivo geral. Analisar como a memória institucional das mulheres na Engenharia Civil é preservada nos arquivos documentais. E através desse objetivo, elaboramos um objetivo específico que irá nos auxiliar a pensarmos essas questões: Refletir importância dos arquivos documentais para a preservação da história e da memória. Para isso, analisamos dados quantitativos e qualitativos que foram coletados no Arquivo Geral da UFCG. Para fundamentação da pesquisa propõe-se observar conceitos e contribuições de estudo sobre questões de gênero, memória, documento, arquivo e Ciência e Tecnologia, trabalhados por como Jacques Le Goff, Shozo Motoyama, Fanny Tabak, dentre outros. A partir disto, encontramos evidências sobre a participação gradual das mulheres tanto no processo seletivo, quanto no ingresso no curso de Engenharia Civil nos anos de 1954-1970; Observamos também, que apesar do grande acervo documental Institucional, alguns arquivos que remontam a data estudada são escassos e inconclusivos. Já sobre a política de preservação, é possível perceber alguns avanços nos dados de coleta, higienização e identificação, porém longe do necessário para constituição de um quadro histórico da instituição através dos arquivos de fonte primária.

Rompendo silêncios: memória feminina na ciência e tecnologia

Matheus Henrique da Silva Alcantara (UFCG)

Moniky Paolla de Sousa Pereira (UFCG)

O presente trabalho tem como proposta analisar a inserção das mulheres na ciência e tecnologia, a partir de pesquisa sobre as questões e as diferenças relacionadas a gênero, no curso de Engenharia de Minas da Universidade Federal de Campina Grande, no período de 2013 a 2018. Constata-se que houve a partir da década de 1990 um aumento da quantidade e presença feminina no meio acadêmico e profissional relacionado a área da ciência e tecnologia. Nesta área de conhecimento e produção tecnológica constata-se que ainda são encontrados uma maior predominância masculina, tanto em seu corpo docente quanto discente. Através da metodologia da história oral realizaremos entrevista, pesquisa, e coleta de dados, no curso de Engenharia de Minas, do ano de 2013 a 2018, com o intuito de investigar ocorrências que indiquem o preconceito de docentes durante a trajetória acadêmica feminina, do dito curso. O trabalho aqui apresentado é parte dos resultados de pesquisa do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia, e está diretamente associado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq-UFCG 2017-2018). O estudo da temática faz-se importante e necessário para compreendermos as relações de gênero na sociedade atual e tem como referências teóricas contribuições de estudos de Michel Foucault, Fanny Tabak e Raquel Soihet, dentre outros.

Negócios alheios ao magistério: trajetória e experiências dos professores Manoel Auxílio e Vicente Ramos no século XIX na Comarca de Porto Seguro

Prof. Antonio Barbosa Lisboa (UEFS)

A profissão docente no Oitocentos era uma atividade exercida por dois grupos de profissionais distintos: o primeiro era um grupo diverso, composto por padres, profissionais ou pessoas que soubessem ler e escrever e até o terceiro decênio do século, militares; o segundo era formado por egressos da Escola Normal, que na Bahia passou a funcionar a partir de 1842. Ao tratar da atividade docente nesse período é preciso considerar tal pressuposto e, assim, este trabalho se propõe a analisar a trajetória e experiência de dois professores no século XIX na Comarca de Porto Seguro. Ambos não passaram pelo processo formativo na Escola Normal, portanto podem ser alocados no primeiro grupo de profissionais. Na segunda metade do século, a Província da Bahia – responsável por legislar sobre o Ensino Primário – paulatinamente incorporou um perfil profissional a esses sujeitos e com o advento da Diretoria Geral dos Estudos em 1849 – órgão de fiscalização do ensino público – os professores eram instados a exercer a profissão segundo alguns parâmetros. Das diversas orientações e normas a serem cumpridas estava a proibição de “atividades alheias ao magistério”, dentre elas se destaca a incompatibilidade com atividades comerciais e políticas. A partir de uma metodologia indiciária e por meio do método nominativo identifiquei alguns professores na Comarca que exerciam tais atividades, entre eles, Manoel Auxílio e Vicente Ramos que eram professores primários nas Vilas de Santa Cruz e Trancoso, respectivamente. A trajetória desses sujeitos é trabalhada a partir de um questionamento simples: como exerceram o magistério e atuavam em negócios comerciais e políticos? Pensar a trajetória exige um cuidado e recorte em que será estudado o sujeito, mais que estabelecer uma biografia ideal, pressupõe um conjunto de questionamentos, níveis de escalas na observação e apresentação de um repertório interpretativo que dê conta de explicar a indagação inicial. Considerando esse pressuposto, o estudo centrou na análise da trajetória dos professores – enquanto categoria profissional – e em suas experiências, na acepção thompsoniana. Em um estudo micro-histórico constatei que ambos exerceram as atividades alheia à profissão, sendo os dois professores comerciantes. O primeiro, na atividade de corte de piaçavas e outras atividades agrícolas; o segundo, na pesca da garoupa e comércio de outros gêneros. A atividade política também compôs as experiências dos professores, que exerceram a função de vereador e juiz de paz. Em algum momento de seus exercícios profissionais, mantiveram a concomitância dessas atividades, o que, segundo os Regulamentos e Orientações, era proibido e “imoral” a um professor.

ST 16 – Sociabilidades e culturas políticas no Brasil Oitocentista

Coordenação: Profa. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (DH/PPGH/UFPB) e Profa. Dra. Solange Pereira da Rocha (DH/PPGH/NEABÍ/UFPB)

Este Seminário Temático tem por objetivo reunir e dialogar com estudos que abordam a sociedade oitocentista brasileira, considerando os vários indivíduos em relações sociais, políticas e culturais, assim como as mudanças no que se refere a crise do sistema escravista, tendo como perspectivas teóricas e metodológicas a História Social da Cultura e da Nova História Política que nos possibilita uma melhor compreensão da complexidade do Oitocentos. Nesse sentido, destacamos os movimentos de contestação política, as relações e hierarquias sociorraciais durante o escravismo, as relações de conflito e negociação entre o localismo e o centralismo, mas também o global – articulações fundamentais para o entendimento da cultura política do período. Por outro lado, a historiografia, ao tratar das culturas políticas, experiências sociais e culturais, tem dado destaque para as relações estabelecidas por grupos familiares, redes de compadrio e arranjos familiares de pessoas negras (livres, libertas e escravizadas), práticas e saberes relacionados à história da educação, da saúde e da doença, festas, corpos militares, sociabilidades, entre outras temáticas. Portanto, a nossa proposta é agregar pesquisas e aprofundar debates acerca das dinâmicas sociopolíticas no período oitocentista, assim como contribuir com o debate historiográfico brasileiro, a partir de trabalhos acadêmicos (pesquisas de estudantes de graduação e de docentes, monografias de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado), favorecendo discussões a respeito de caminhos teórico-metodológicos e reflexões que possibilitam a ampliação do conhecimento histórico sobre o Nordeste do Brasil no século XIX e a atuação de variados segmentos sociais na formação e manutenção do Estado Imperial.

31/7 – Terça-feira (sessão A, sala 407)

A Guerra do Paraguai nos “Annaes Brasilienses de Medicina” (1864-1870): Interpretações médicas sobre as enfermidades presentes no front

Profa. Ms. Janyne Paula Pereira Leite Barbosa (UFF)

No ano de 1845 a Academia Imperial de Medicina voltou, com os Annaes Brasilienses de Medicina, a ter uma publicação própria após o fim da Revista Médica Brasileira em 1843. Adotado como um jornal da Academia Imperial de Medicina, era um espaço de publicização

das atas e trabalhos da Academia, de artigos de medicina, cirurgia e ciências naturais, assim como de notícias que versavam sobre as epidemias e fatos que estiveram relacionados a saúde pública e a medicina da época. Com a deflagração da Guerra do Paraguai e as diversas questões envolvendo a medicina militar e as doenças presentes no front, o jornal tornou-se um espaço de discussões acerca das enfermidades que atingiram as tropas militares, tais como: a cólera, o escorbuto, a gangrena por congelamento, o tétano dentre outras. Este trabalho tem como objetivo compreender a relação entre a medicina e a Guerra do Paraguai, partindo dos debates desenvolvidos pela “classe médica” que se constituiu no Brasil oitocentista, buscando destacar as teses médicas a respeito das enfermidades presentes no front, os tratamentos médicos propostos à época, as medidas higiênicas e as ações públicas implementadas pelo governo Imperial no combate as moléstias. Para a construção dessa pesquisa, partiremos da análise dos *Annaes Brasilienses de Medicina*, enxergando-os como uma fonte documental significativa para a compreensão da Medicina e da saúde pública do século XIX. O estudo das epidemias que assolaram o Brasil oitocentista e do desenvolvimento de práticas médicas, assim como da promoção de ações públicas realizadas pelo governo Imperial relacionadas a “Medicina social” são frutos de análises que se fundamentam no campo da História social da saúde e das doenças e que buscam compreender as enfermidades como fenômenos sociais, ultrapassando as interpretações exclusivamente biológicas acerca da doença. Com isso, consideraremos as enfermidades presentes no campo de batalha como fenômenos frutos de um cenário de guerra e de transformações sociais diversas, onde o combate ao inimigo e ao avanço das doenças foram desafios diários para os militares e a população civil.

A terra lhe seja leve: Olhares sobre a morte e as práticas fúnebres na Paraíba imperial a partir das produções de Irineu Ferreira Pinto (1916) e Horácio de Almeida (1978)

Laércio de Araújo Sousa Júnior (UFPB)

Este trabalho tem por objetivo apresentar as discussões iniciais desenvolvidas por nós no Projeto de Iniciação Científica “Adoecer e Morrer na Paraíba Oitocentista, com o Plano de trabalho “A morte e as transformações e/ou permanências no processo funerário na Paraíba de 1850 a 1860”. No Brasil Imperial, as décadas de 1850 e 1860 foram marcadas pelas epidemias de febre amarela e do cólera, junto com elas surgiu uma “missão higienista”, que passou a intervir nos costumes da sociedade, dentre eles as práticas funerárias. A Paraíba não ficou alheia a essas transformações que podem ser observadas nos discursos presentes na historiografia paraibana, notadamente nos trabalhos de Irineu Ferreira Pinto, *Datas e Notas sobre a Paraíba Vol. 2* (1977 [1916]) e Horácio de Almeida com *História da Paraíba Vol. 2* (1978). Sendo assim, pretendemos apresentar o olhar desses autores acerca da morte e das questões relacionadas as mudanças e/ou permanências nas práticas fúnebres na Paraíba oitocentista. Portanto, se faz necessário compreender o lugar social de produção dos discursos desses autores.

O exercício das artes de curar na Paraíba: disputas, ofícios e práticas de cura na gênese da segunda metade do Oitocentos

Prof. Wuendisy Fortunato da Silva (UFPB)

No presente trabalho, objetiva-se discutir a partir da História da Saúde, o universo circunscrito das práticas de cura na Paraíba das décadas iniciais da Segunda Metade do Século XIX, levando em consideração a maneira com que eram concebidas, entendidas e exercidas as artes de curar, bem como os processos de cura diante do fator doença ou mal de saúde. Diante disso, nos deparamos com uma variedade de curadores, desde médicos formados pelas faculdades de medicina até os chamados “Práticos”, ou seja, todos aqueles que exerciam a cura, mas não possuíam formação acadêmica, dentre os quais estão sacerdotes, barbeiros, boticários, entre outros. Nesse emaranhado de relações, emergem disputas por espaços de atuação entre médicos e práticos, cuja medida proporcionou uma preservação de práticas tradicionais ao longo dos anos, além de estratégias discursivas de poder por parte da medicina acadêmica, uma vez que esta passa a incorporar ao seu roll de possibilidades alguns dos métodos de natureza terapêutica tradicional ligados aos práticos. Nesse sentido, um universo complexo e rico de remédios, infusões, emplastos e práticas terapêuticas florescem, nos permitindo compreender as suas possíveis eficácias ou não em circunstâncias deletérias, a exemplo das epidemias de cólera e febre amarela que assolaram a Província da Paraíba no referido período. Para esta discussão, nos apropriaremos da perspectiva da “História da Cura” instaurada por Nikelen Acosta Witter (2001), uma vez que se faz conveniente discorrer a respeito da referida variedade de curadores que atuavam no século XIX. Além disso, também nos apoiaremos em discussões presentes na historiografia dedicada ao tema, cujo propósito será entender melhor como se encontrava constituído esse universo. Para tanto, serão utilizadas como fontes históricas os Relatórios dos Presidentes de Província da Paraíba, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, Relatos Memorialistas e Periódicos próprios do período.

Pacientes indesejados: o atendimento de alienados pelo Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba (1858-1889)

Profa. Ms. Gerlane Farias Alves (UFPB)

Além do atendimento médico prestado aos moradores de sua Província, o Hospital de Caridade mantido pela Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, até o final do século XIX, foi responsável pelo acolhimento e tratamento de alienados em cômodos improvisados para esse fim em seu espaço hospitalar. Isso acarretava diversos problemas para a instituição, ocasionado pela falta de estrutura e de verbas, além da inexistência de um tratamento médico adequado para lidar com esse tipo de paciente. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar o atendimento prestado pelo Hospital de Caridade da Parahyba, na segunda metade do século XIX, aos pacientes alienados que adentravam em seu espaço por diferentes motivos, e acabavam relegados a espaços insalubres, trancafiados em quartos escuros e fazendo toda a ordem de perturbações, o que gerava grande preocupando dos dirigentes da instituição e da Província em uma época em que a existência de instituições próprias para o abrigo desse tipo de doente ainda não era comum. Para isso utilizamos, além de autores que dissertam sobre o

assunto, documentos existentes no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, entre os anos de 1858 e 1889, como os relatórios de provedoria que possuem informações relevantes sobre o atendimento médico prestado pelo Hospital de Caridade aos alienados na segunda metade do século XIX.

A atuação do médico Abdon Felinto Milanez na Parahyba na segunda metade do Oitocentos

Elyonara de Brito Lyra Targino (UFPB)

Este trabalho pretende apresentar os resultados parciais das pesquisas realizadas no Programa de Iniciação Científica, no projeto “Adoecer e Morrer na Paraíba Oitocentista”, com o plano “Entre a Medicina e a Política: trajetória e redes de sociabilidades dos médicos na Paraíba da Segunda Metade do Oitocentos” e tem como objetivo apresentar a trajetória de alguns médicos que atuaram na província da Parahyba. Nesse Simpósio, a partir da perspectiva da História da Saúde e das Doenças, analisaremos a atuação do médico paraibano, Abdon Felinto Milanez, considerado uma figura importante na província durante o século XIX. Com base nos Relatórios da Inspeção de Saúde Pública, observamos a teia de relações de poder e sua rede de sociabilidades na política paraibana. Foi com base nesse corpus documental que percebemos os caminhos percorridos pelo médico e sua ascensão na política, como deputado provincial, e enquanto Inspetor de Saúde Pública, espaços de poder relevantes, principalmente, em um momento em que o discurso médico chamava a atenção para as medidas de higiene pública e a questão da salubridade.

“Ela derrama seu veneno nas raias de cada povo, de cada família, quicá de cada indivíduo”: a sífilis na província da Parahyba na segunda metade do Oitocentos

Profa. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

No ano 1871 o inspetor de Saúde Pública, Dr. Abdon Felinto Milanez, no seu relatório enviado às autoridades provinciais, alertava para os cuidados que deveriam ter com “uma doença que provocava uma grande devastação no ser humano”, a sífilis. Essa preocupação do Inspetor está relacionada ao aumento das “moléstias mais reinantes”, a exemplo da febre amarela, da varíola, e da sífilis, na província da Parahyba, na segunda metade do século XIX. Nesse texto, a partir do aporte da História da Saúde e das Doenças, a presente comunicação tem por objetivo compreender as relações estabelecidas entre a medicina e as diversas artes de curar a sífilis. Uma doença silenciosa e ao mesmo tempo perigosa, segundo o discurso médico. Portanto, com base na análise de jornais, documentos da Santa Casa da Misericórdia, Relatórios dos Presidentes de Província, entre outros, analisamos o discurso médico que considerava o comportamento da população pobre, a prostituição e a falta de higiene como sendo responsáveis pela proliferação da sífilis.

31/7 – Terça-feira (sessão B, sala do NEABÍ)

A peculiar trajetória de José Fernandes Gama: de professor régio de Gramática Latina no Pernambuco Colonial a prisioneiro na Ilha das Cobras no Brasil Independente (c. 1790-1823)

Láise Alves Brandão (UFPB)

Esta pesquisa pretende compreender como a trajetória do professor régio José Fernandes Gama se inseriu no contexto colonial marcado pelas Reformas Pombalinas na sociedade luso-brasileira, ainda pouco explorado pelos historiadores da Educação, especialmente no caso de Pernambuco. Durante as reformas de Pombal, iniciadas no intuito de desenvolver o Império e que incluíram a Instrução, para se obter assim um súdito mais útil e devoto à Coroa. Foram expulsos os Jesuítas e a Instrução passou totalmente ao controle do Estado, tanto no ensino superior como nos estudos menores, com a criação do cargo de Diretor de Estudos e das cadeiras avulsas, regidas por professores régios. Em Pernambuco teremos a atuação de Fernandes Gama a partir de 1789, e seu almoz, o Bispo Azeredo Coutinho, como Diretor de Estudos Gerais da capitania. Observando principalmente a trajetória de Fernandes Gama a pesquisa tenta identificar as relações de poder que estavam contidas no âmbito educacional de Pernambuco, e também como a oposição entre o professor régio e o bispo Azeredo trouxe consequências para a instrução local, analisando suas ações para verificar até que ponto elas abalaram a estrutura educacional e o funcionamento das aulas avulsas, especialmente de Gramática Latina. As fontes utilizadas são os documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco (1798/1821) do Arquivo Histórico Ultramarino.

Por uma educação escolar hígida: o compêndio História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras

Profa. Dra. Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Este estudo tem como objetivo discutir regulamentações da ordem médica presentes no compêndio escolar, de autoria de Laurent Pierre de Jussieu, História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras, adotado nas escolas da Província da Parahyba do Norte. Assim, utilizamos como fonte o referido compêndio e, a partir dele, compreendemos, no contexto de consolidação da nação, a presença de preceitos médicos no processo de escolarização na Parahyba oitocentista. A comunicação foi problematizada a partir da categoria biopolítica, entendida por Michel Foucault como um procedimento institucional de administração da coletividade.

Academia Imperial de Belas Artes: a atuação de Pedro Américo como docente

Prof. Wellington Oliveira de Sousa

O presente trabalho discute a atuação docente de Pedro Américo de Figueiredo e Mello na Academia Imperial de Belas Artes. A Academia, a partir da segunda metade do século XIX,

passa por uma ampla mudança, a Reforma Pedreira (1855), tendo Porto-Alegre como diretor e idealizador. Os principais ideais da reforma eram de fazer com que AIBA tomasse parte do projeto político que emanava da corte, e que tinha o objetivo de elaborar uma Identidade Nacional, bem como a construção da ideia de Nação. A reforma também teve a intenção de consolidar a instituição como o espaço das artes e dos artistas no Império, através da construção de uma escola artística brasileira. Para tal empreendimento, a AIBA almejava um perfil docente particular, os artistas formados pela instituição, dotados de um *habitus*, que para Bourdieu (1983) é um conjunto de saberes e disposições que são incorporadas pelos sujeitos num processo de socialização. Pedro Américo, recém-formado e ex pensionista do Imperador na Europa, em 1864, se encaixava neste perfil almejado, pois estava imbuído dos ideais do projeto elaborado pela Reforma de 1855, dotado da capacidade em continuidade aos seus objetivos: a formação de um campo artístico. O recorte do trabalho se estende do concurso de Pedro Américo para a Academia Imperial, em 1864, até o momento em que o referido pintor se ausenta da instituição na década de 1880. Este período foi marcado por uma profunda desilusão do professor/artista a respeito das políticas adotadas para estas profissões no Brasil, fato que refletiu nas suas constantes ausências do país para estar na Europa.

Os bancos e a questão econômica na Paraíba no Segundo Reinado

Maria das Graças de Almeida Rodrigues (UEPB)

O presente trabalho tem como objetivo contextualizar a função dos bancos no Segundo Reinado a partir de uma perspectiva histórica da economia brasileira e de suas relações com as elites regionais. Por meio das relações comerciais e econômicas desse período, será evidenciado o peso do trabalho escravo nas lavouras e nas transações comerciais. A análise será feita a partir das relações das elites mercantis no Brasil, e a forma como a história dos bancos e a história do crédito perpassam pelas relações sociais e econômicas das províncias e do poder local. O desempenho dos bancos representa a conjuntura histórica desse período. As relações comerciais na sociedade agrária brasileira exportadora refletem os interesses e a mobilidade do crédito concedido para atenuar os déficits da Coroa quando lhe faltavam recursos. Dessa forma, um breve registro sobre a criação do Banco do Brasil e seus desdobramentos serão expostos. O período de 1840 a 1860 será tratado a partir das relações formadas em virtude das divergências de interesses comerciais das províncias e a intervenção da Coroa para minimizar tais efeitos.

A força do mandonismo político dá as cartas: qualificação e revisão nos quartéis da Guarda Nacional do interior da Parahyba (1850-1873)

Prof. Alysson Duarte Cabral (UFPE)

Inspiração no modelo francês é criada no Brasil em agosto de 1831, durante o período regencial, a Guarda Nacional, sua implementação devia-se a situação de instabilidade política vivenciada no Brasil da época, logo em seus primórdios a Lei instituiu três funções básicas aos quais cabia a mesma cumprir: auxiliar o Exército na defesa das fronteiras, defender a integridade do

Império e conservar a ordem social interna. Apesar de sua criação partir de uma lei Central a instituição ficou por anos subjugada aos ditames dos grandes proprietários de terras e escravocratas. No entanto, através da reforma que se deu a partir da Lei 602 de setembro de 1850 a instituição sofreu algumas mudanças em seu caráter organizacional, sendo a mais relevante delas a subordinação direta dos Comandos Superiores dos quartéis da Milícia aos presidentes de Província, e conseqüentemente ao Governo Central do Império, resultado de um maior estreitamento da revisão conservadora que se estendia desde os idos de 1837. Dentro dessa perspectiva, analisamos nesse trabalho o papel desempenhado pelos chefes políticos na Província da Parahyba a partir da Lei de 1850, ressaltando que apesar de uma presença mais constante por parte do Governo da Corte sobre as milícias nas províncias o mandonismo continuou tendo fortes relações e dando às cartas na organização da instituição na Parahyba. As relações entre os chefes políticos locais e os oficiais da Guarda Nacional davam-se principalmente nos momentos dos Conselhos de Qualificação e Revisão nos quartéis e batalhões da mesma, situação que podemos verificar em todos os quartéis da instituição na Parahyba. Todavia, esses conchavos acentuam-se na medida em que enveredamos para o interior da Província, onde as relações político-sociais e clientelistas são mais notadas, destaque para os quartéis do Brejo e do Sertão. Nessa empreitada, seguimos o viés da Nova História política e somos tributários de René Rémond e Francisco Falcon, para quem esse viés historiográfico está interessado nas diversas relações sociais e políticas ligadas ao poder e a práticas discursivas associadas ao mesmo em determinadas sociedades.

O Brejo paraibano nos oitocentos: aspectos políticos para uma via de comunicação na década de 1850

Prof. José Hélio Oliveira de Melo (UEPB)

A presente comunicação tem como objeto de análise o Brejo da Província da Parahyba do Norte durante a década de 1850. Essa pesquisa teve início em 2015 quando participei do PIBIC “A FINA FLOR PARAIBANA: A ELITE POLÍTICA E ECONÔMICA DO BREJO NO PERÍODO DE 1860 A 1880”, sob orientação do Professor Dr. Cristiano Luís Christillino. Na ocasião estudamos as correspondências dos presidentes de Província da Parahyba do Norte, como também os relatórios apresentados à Assembleia Legislativa. Com essa pesquisa percebemos uma grande preocupação em torno do Brejo paraibano, essa região concentrava a maior produção agrícola provincial, a lavoura de subsistência, sua produção dava conta de abastecer a província paraibana e as províncias vizinhas a exemplo do Ceará, Rio Grande do Norte e principalmente Pernambuco, que comercializava parte da produção brejeira. A província pernambucana beneficiava-se dos impostos cobrados dos produtos oriundos do Brejo paraibano, pelo fato da Paraíba não dispor de uma via de comunicação eficiente, capaz de fornecer segurança e agilidade no transporte das mercadorias até o porto de sua Capital. Junto à falta de boas condições nas vias de comunicações, os comerciantes atravessadores pernambucanos, compravam as mercadorias brejeiras levando-as diretamente para Pernambuco. Por tanto, o ponto central dessa pesquisa se deu em prol da construção e /ou melhoramentos de uma via de comunicação entre a Capital da Província paraibana com seu centro econômico o Brejo, essa via de comunicação tinha por finalidade possibilitar que a

produção brejeira fosse transportada até o porto da Capital da Província paraibana para lá ser comercializada a fim de aumentar os rendimentos provinciais.

Antônio Gonçalves Chaves: um liberal moderado e visionário para a época da Independência do Brasil

Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino (UEPB; UFPE)

Antônio Gonçalves Chaves, político e charqueador em Pelotas, registrou em suas “Memórias econômico-políticas”, em 1822, várias questões em torno da administração e da economia do Brasil, ainda nos quadros do Império Português. Chaves estava a denunciou as irregularidades presentes na distribuição de terras no Rio Grande do Sul. A corrupção e as apropriações abusivas das terras sul-rio-grandenses, no início do século XIX, levaram Antonio Gonçalves Chaves a propor concessões, baseadas na exploração “racional” do solo, por meio de lotes pequenos, de 484 hectares para a pecuária e de 121 hectares no caso da agricultura. Chaves ainda discutiu os “males da escravidão” para a economia, a política e a sociedade da época. O político e charqueador propôs o fim imediato do tráfico internacional de escravos, e a criação de medidas visando o fim lento e gradual do trabalho cativo. Com propostas avançadas para época, Gonçalves Chaves permaneceu esquecido, encoberto pela visibilidade alcançada pelas propostas de José Bonifácio em torno da escravidão.

01/8 – Quarta-feira (sessão A, sala 407)

Bárbaro brinquedo: O Bumba meu Boi do Maranhão no século do progresso

Calil Felipe Zacarias Abrão

Durante os oitocentos, a brincadeira de Bumba Boi foi constante reprimida, e algumas vezes banida das ruas de São Luís. Esse artigo visa compreender essas perseguições a partir do fortalecimento de mecanismos de controle que buscavam disciplinar as classes inferiores no século XIX, reformando e reprimindo suas práticas, em busca da civilização que daria cabo do nosso atraso colonial. A despeito desses empecilhos o folguedo resistiu e se modificou, e depois de longa proibição, voltou mudado pela falta de “uso” e pelo “progresso” que alterou o comportamento das classes populares. Novos personagens, toadas e instrumentos, como a matraca que tornou se uma espécie de marca do Boi Maranhense. As transformações dos personagens do “Auto” parecem confirmar as objeções que a historiografia tem levantado quanto à existência de um “Auto” original. Até a antiga “mulata” desapareceu de São Luis com a propagação da “moda francesa”, desaparecendo também das toadas dos “Bois”, hoje substituída pela “Morena bela”. A história do boi nos ajuda a reconstruir a história das classes inferiores, em especial dos escravos e seus descendentes.

Ensaio preliminar sobre as percepções da escravidão do implantador do “presbiterianismo tupiniquim”

Prof. Carlos Kleber Araujo de Oliveira (UFPB)

Neste trabalho pretendo apresentar reflexões introdutórias sobre as percepções acerca da escravidão deste importante personagem da História do Protestantismo Brasileiro, Ashbel Green Simonton, o pastor missionário americano e presbiteriano que implantou esta denominação evangélica no país. Procuo demonstrar que, dentro de uma pesquisa maior sobre as visões protestantes e presbiterianas acerca da escravidão negra no contexto do Brasil imperial (1859-1888)³, o diário do referido americano não foi, nem de longe, examinado como deveria diante da riqueza nele encontrada. Inicialmente, apresento a estrutura do diário, com sua viagem ao sul escravocrata dos Estados Unidos, sua preparação no Seminário de Princeton, seguida pela seu envio e início dos trabalhos missionários no Brasil. Sempre ao se encontrar com cativos, o personagem em discussão apresentava opiniões e tecia comentários que foram sendo registrados em seu diário. Tomando como referência as ponderações de Maria Tereza Cunha sobre “os diários pessoais, territórios abertos para a História em “O historiador e suas fontes”, busco analisar as leituras deste abolicionista do norte dos EUA. Respalado na perspectiva da História Cultural, discutirei o olhar aversivo de Simonton sobre a escravidão americana e brasileira.

Os boticários e o ofício de curar no século XIX

Ana Beatriz Ramos de Oliveira (UFPB)
Prof. Dr. Mauro Guilherme Koury (UFPB)

Este artigo é resultado do início de uma pesquisa sobre drogas, e sobre os detentores do saber destas substâncias para diversas funcionalidades, como recorte temático estabelecido, vou nos deter a profissão dos boticários. A pesquisa tem como ponto de partida a primeira metade do século XIX do Brasil, quando ainda não havia a institucionalização da medicina, mas, já existia uma legislação para regulamentação destes estabelecimentos e dessa profissão. Foi analisada a historiografia produzidas nos últimos anos sobre o tema, e este artigo se propõe a contribuir para estas pesquisas desenvolvidas e para compreender a importância do ofício dos boticários para a sociedade brasileira da época, um conhecimento compartilhado e adquirido pelo popular e o acadêmico.

Negros, livres e pobres na Cidade da Parahyba no século XIX

Prof. George Henrique de Vasconcelos Gomes (UFPB)

A presente proposta de comunicação tem como objetivo discutir o universo social da população negra (livre e liberta) e pobre na cidade da Parahyba no século XIX, bem como em seus entornos, situados na zona litorânea da dita província. O desenvolvimento deste estudo contará com a perspectiva de Edward Thompson, ou seja, a História Social dos de Baixo e com variada documentação do período em questão (passaportes interprovinciais, listas nominais,

relatórios de presidentes de província, perfil de indivíduos negros com condição jurídica e ocupacional, etc.), e apoio da historiografia do tema, que possibilitará identificar aspectos das vivências da referida população, como o trânsito de pessoas, do comércio e da regularização deste comércio, e que envolvia muitas pessoas pobres e negras daquela sociedade. A partir da análise, catalogação e cruzamento destas fontes, foi possível vislumbrar uma parcela das práticas cotidianas daquela população, desde a alimentação, suas condições de vida e redes de sociabilidade. Qual era a importância desta população para a Cidade da Parahyba e seus entornos? De que forma essa população era vista e abordada pelas autoridades provinciais? O presente artigo tenta responder a estes questionamentos, que foram o norte principal desta pesquisa em andamento, que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal da Paraíba.

José Rodrigues da Costa e sua tipografia: laços de sociabilidades e poder na Paraíba Imperial (1848-1866)

Profa. Ms. Thayna Cavalcanti Peixoto (UFMG)

Nascia a 12 de outubro do ano de 1811, na província da Parahyba do Norte, José Rodrigues da Costa. Esse que, após completar seus estudos primários se iniciou nos afazeres da arte tipográfica. Em seguida, se aperfeiçoou e trabalhou em outras províncias do império, e que, no retorno à sua terra natal, estabeleceu a Typographia de José Rodrigues da Costa, a qual, entre os anos de 1848 a 1862, imprimiu sucessivamente relatórios dos presidentes de província, além de uma média de 12 jornais e sete escritos de autores paraibanos, entre 1848 e 1866 (ano de seu falecimento). Mesmo após sua morte, seus filhos continuaram o seu legado e carregaram o nome do seu pai como título do estabelecimento até o fim do século XIX. A pesquisa intentou analisar a trajetória de José Rodrigues da Costa enquanto um importante produtor e difusor da cultura impressa na capital da Província da Parahyba do Norte entre os anos de 1848 e 1866. Nesse sentido, José Rodrigues da Costa enquanto intermediário da cultura escrita protagonizou, ao longo do período supracitado, um espaço de quase único editor dos documentos oficiais do governo provincial, chancela que conseguiu por meio de relações estabelecidas com personagens políticos influentes à época. Em outras palavras, além do estabelecimento comercial, o tipógrafo também circulou por outros espaços de sociabilidade, cuja agenda interferiu na construção de laços que foram essenciais para sua longa permanência no mercado de impressão na capital. Em consequência da criação e ampliação desses laços sociais, José Rodrigues da Costa chegou ao ápice de sua atuação quando lançou, em 1862, um jornal de sua propriedade, *O Publicador*, um periódico de publicação diária que se tornaria um dos mais duradouros jornais da Paraíba no período imperial.

Aprender a mandar: José Américo de Almeida, a infância no Engenho Olho d'Água e o repertório político da Vila do Brejo de Areia

Prof. Ms. Luiz Mário Dantas Burity (UNIRIO)

Filho de um senhor de engenho em uma família de chefes políticos, José Américo de Almeida aprenderia desde cedo as hierarquias e as estratégias que perpassavam o poder da sua família.

Em uma sociedade regida pelo mandonismo, o menino incorporaria, de forma mais ou menos intuitiva, o habitus desses homens que geriam o poder local. O objetivo desse texto é compreender como o menino, em um tempo no qual o sentimento de infância era uma construção recente e em certa maneira difusa, percebia esse universo de poder à sua volta e, com ele, aprendia a mandar. Esse trabalho se aportou nas definições de infância e família apresentadas por Philippe Ariès (2011[1973]) e Michelle Perrot (1991[1987]), na ideia de aprendizagem e habitus de Pierre Bourdieu (2015[1979]), bem como no conceito de mandonismo de José Murilo de Carvalho (1997). A documentação consultada incluiu o livro de memórias *Antes que me esqueça*, de José Américo de Almeida (1976); os processos de ordenação de seus dois tios padres; a bibliografia sobre a Vila do Brejo de Areia e a genealogia das famílias Almeida e Santos Leal, destacadamente Horácio de Almeida (1980[1958]) e Sebastião de Azevedo Bastos (1954). As crianças tem uma forma peculiar de compreender o mundo, sua forma de observar muitas vezes não carece necessariamente de explicação. Na maioria das vezes, bastava observar os espaços, a forma como as pessoas agem e o que elas falam. Desde muito cedo, o menino aprenderia as diferenças sociais, destacadamente os marcadores sociais de raça, gênero e geração, e com isso incorporaria todo um sistema de hierarquias. Também há esse tempo, deve ter ouvido a história dos grandes feitos de seu pai, seu avô e seus tios, toda essa descendência de chefes locais nos quais ele tomaria exemplo. Assim, se assenhoraria do repertório político liberal da Vila do Brejo de Areia, onde a escravidão teria sido extinta antes da Lei Áurea e onde se teria lutado pela República. Lugar onde talvez tenha se dado conta das contradições entre o público e o privado, o que era dito e o que era feito.

01/8 – Quarta-feira (sessão B, sala do NEABÍ)

“Dizeis, senhora, amar a poesia”: formação, sociabilidades e escrita de um letrado negro na obra “Algas” de Eliseu Elias César (1871-1894)

Profa. Dra. Solange Pereira da Rocha (UFPB)
Prof. Dr. Elio Chaves Flores (UFPB)

Na presente comunicação, temos como propósito analisar o processo de escolarização, as redes de sociabilidade e a obra *Algas* do letrado negro Eliseu Elias César (1871-1923). O período a ser examinado refere-se ao início de sua formação escolar e o lançamento de seu livro de poemas, *Algas* (1894), ocorridos na Cidade da Parahyba. Logo depois, em 1895, ele começou sua experiência diaspórica e viveu em cidades (Recife, Belém, Santos, etc.) de diferentes regiões brasileiras, incluindo a capital da República, o Rio de Janeiro, onde faleceu em 1923. Para o desenvolvimento do trabalho, nos apoiamos na perspectiva teórica da História Social da Cultura, tendo como objetivo desvelar a trajetória e o protagonismo de um sujeito social invisibilizados na historiografia tradicional. De maneira que a narrativa histórica será produzida tendo como metodologia a micro-história, focando na experiência de vida de Eliseu E. César. Nesse sentido, contamos com variadas fontes históricas, a saber: textos de memorialistas, fontes eclesiásticas e jornais oitocentistas, que possibilitarão contextualizar o universo sociocultural da época histórica de César, um período marcado por mudanças

sociopolíticas e econômicas, visto que temas como o da abolição; a instauração da República (1889); a intensificação do racismo científico no pós-abolição, em defesa de um projeto de nação baseada no padrão cultural europeu, entre outros, estiveram presentes no debate público e na produção intelectual. Outrossim, buscaremos examinar as estratégias políticas construídas por César, enfocando contradições, tensões e solidariedades, numa sociedade em mudança, que se “modernizou” mantendo práticas de exclusão social e racial. Todavia, ele conseguiu superar as dificuldades impostas pelo sistema e ocupou diferentes atividades intelectuais e políticas ao longo de sua existência e, desde 1941, é patrono em associações literárias na Paraíba – como a Academia Paraibana de Letras –, graças à escritura e publicação do livro de poemas *Algas* (1894). Importa salientar que Eliseu César foi tipógrafo, inseriu-se nas redações de jornais, atuou nos Correios e participou da cena política provincial da Paraíba, como jovem “jacobino” republicano. Ganhava gosto pela forma poética ao publicar, com frequência, poemas na imprensa da Cidade de Parahyba desde, pelo menos, os 18 anos. Antes de se transferir para a cidade do Recife, para cursar a Faculdade de Direito, César se interessa em juntar a sua poesia esparsa nas páginas dos jornais para publicar o seu primeiro livro, *Algas* (1894), que se tornou obra rara como expressão da escrita de um letrado negro na Paraíba do Oitocentos. As nuances dessa construção poética, a formação intelectual e suas sociabilidades intrínsecas justificam a perspectiva do trabalho desenvolvido. Esta produção, por fim, faz parte de dois projetos de pesquisa em desenvolvimento, cujos títulos são *Diáspora Africana no Nordeste Oitocentista* e *Mundo Negro, Mundo Atlântico: culturas históricas e intelectuais antirracistas*, desenvolvidos no PPGH-CCHLA/UFPB, com apoio do CNPq e Propesq/UFPB.

Crianças negras e ingênuas: maternidade, trabalho e parentesco espiritual

Kelly Kristine Emery de Almeida Lopes (UFPB)

Esta comunicação tem como objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa sobre a maternidade de crianças ingênuas de Santa Rita/PB, freguesia localizada no litoral da província da Paraíba, entre os anos de 1871 e 1888, quando passou a vigorar a Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre, focando em compreender a maternidade no cativo, traçar e sistematizar o perfil demográfico dessas mães, o mundo do trabalho em que ambos estavam envolvidos, assim como suas redes de sociabilidade por meio do parentesco espiritual (padrinhos, madrinhas e afins). Usando como aporte teórico-metodológico a História Social da cultura elaborada por Edward Palmer Thompson (1924-1993) e a Demografia Histórica. Para tanto, vamos analisar as mudanças na historiografia acerca do tema da escravidão, a partir do texto de Stuart Schwartz (2001), no qual podemos observar um levantamento historiográfico de obras produzidas antes e após o Centenário da Abolição (1988), e também de textos em que são abordados mais precisamente a temática da pesquisa, como os textos de Stephen Gudeman e Stuart Schwartz que inauguram no Brasil pesquisas sobre compadrio e batismo (1988) até Maria Aparecida C. R. Papali sobre crianças ingênuas, publicado em 2003. Com isso, numa segunda etapa, vamos examinar as fontes primárias, no caso os assentos de batismo e os relatórios de presidente de província da época, que vão possibilitar a elaboração de um perfil das mães cativas de crianças ingênuas, buscando detectar o estado civil destas, condição jurídica, cor, as relações de compadrio e afins, com o propósito de entender os arranjos familiares e sociabilidades desta população na Paraíba oitocentista. Vale salientar que

essa pesquisa faz parte de um projeto mais amplo denominado Diáspora Africana e Sociabilidades no Nordeste Oitocentista: trabalho, hierarquias, relações parentais e resistência que tem como proposta geral a investigação das experiências históricas da população negra de diferentes estatutos jurídicos (escravizadas, libertas, ingênuas e livres) e entender seus arranjos familiares, mundo de trabalho, redes de sociabilidade e formas de resistência ante o sistema escravista, recebe apoio da PROPESQ/UFPB e CNPq e vincula-se às atividades do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista.

Caminhos para a construção da liberdade: debates e embates em torno da Lei do Ventre Livre e sua aplicação na Província da Paraíba

Prof. Giuseppe Emmanuel Lyra Filho (UFPB)

Esse artigo tem como objetivo traçar os caminhos de construção da Lei do Ventre, que garantiu a libertação do ventre, além de imprimir diversas transformações no mundo escravista, e a sua conseqüente aplicação na província da Paraíba. Analisamos os debates em torno do fim do tráfico transatlântico e suas conseqüências na elaboração de leis que visavam o fim da escravidão no Brasil. Apontamos que a questão do fim da escravidão estava envolta em diversas problemáticas, a exemplo do embate entre propriedade privada e a interferência do Estado. As ambigüidades sociais que se traduziram na forma da Lei do Ventre Livre geraram problemas nas próprias discussões da lei e na sua aplicação nas províncias brasileiras. Para isso nos utilizaremos de uma bibliografia pertinente ao assunto em questão, além das legislações que envolviam a escravidão até a aprovação da Lei do Ventre e, por fim, os Relatórios de Presidentes de província da Paraíba de forma que possamos compreender em uma escala regional os impactos da Lei do Ventre Livre.

Redes de sociabilidades familiares: atuação de três gerações de homens no funcionalismo público do Brasil ao longo do século XIX e início do XX

Prof. Julio César Pereira dos Santos (UFPE)

Neste artigo analisamos a trajetória de uma família no funcionalismo público no Brasil nos Oitocentos e início dos Novecentos. Dentre os estudados, temos Christiano César (avô), Dulcídio César (pai) e Elyseu César (filho). O corpus documental deste estudo é composto por jornais, periódicos e revistas da Academia Paraibana de Letras. Metodologicamente o trabalho baseou-se na perspectiva da micro-história, partindo de análises do micro para o macro, inserindo os três sujeitos nos contextos que viveram e atuaram. Em suma, mostraremos a partir deles, como as redes de sociabilidades dessa família refletiam de geração para geração, cabendo ao próximo expandir seus acessos. Essa família não era de membros das elites dominantes, mas sim, de sujeitos que souberam se articular socialmente, aliando-se aos setores influentes. Os cargos que avô, pai e filho acumularam ao longo de suas vidas, foram conseguidos por meio de indicações ou influências políticas.

Mulheres negras e livres: novos sujeitos históricos

Alice Pereira Melo (UFPB)

Esta comunicação tem como objetivo apresentar primeiros resultados de pesquisa sobre mulheres negras livres que viveram em sociedade escravista do Norte do Brasil. Na primeira etapa de desenvolvimento de projeto em iniciação científica, realizamos análises acerca da historiografia das mulheres, da escravidão e da população negra livre, a exemplo dos estudos como os de Edward Thompson (2001), Eni Samara, Rachel Soihet e Maria Izilda S. de Matos (1997), Stuart Schwartz (2001) e Eduardo Silva e José J. Reis (1989), Sheila de Castro Faria, (2001), Maciel Henrique Carneiro da Silva (2004), Solange Rocha e Maria da Vitória Barbosa (2016), entre outros, buscando compreender as relações existentes no cotidiano de mulheres negras libertas e livres durante o século XIX, sendo possível identificar ou uso variado de fontes e os aportes teóricos da História Social e História das mulheres para adentrar nas suas vivências e as diferentes maneiras que essas mulheres procuravam viver “honrosamente” sua liberdade. Numa segunda etapa da pesquisa, vamos examinar fontes paroquiais (registros de batismo) para destacar a presença de mulheres negras e livres na Cidade da Parahyba, visando mostrar suas estratégias para construir redes de sociabilidade estabelecidas por meio do compadrio, nos anos de 1869 e 1872 e viver em sociedade classista, hierarquizada e excludente em período de crise do escravismo. Este estudo vincula-se ao projeto Diáspora Africana e Sociabilidades no Nordeste Oitocentista: trabalho, hierarquias, relações parentais e resistência, com proposta de investigar as experiências históricas da população negra de diferentes estatutos jurídicos (escravizadas, libertas, ingênuas e livres) e entender seus arranjos familiares, mundo de trabalho, redes de sociabilidade e formas de resistência durante o sistema escravista, recebe apoio da PROPESQ/UFPB e CNPq e vincula-se as atividades do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista.

As gentis parahybanas: Mulheres e o Movimento Abolicionista na Paraíba do Norte

Prof. Ms. Lucian Souza da Silva (UFPE)

O presente artigo objetiva analisar a atuação das mulheres no Movimento Abolicionista na Paraíba do Norte. Partimos da História Social da Escravidão, auxiliados pela História das mulheres, para compreender as ações e posicionamentos sobre a escravidão e a abolição das “gentis parahybanas”, ao longo das décadas de 1860 -1880. A participação das mulheres no Movimento Abolicionista se deu de várias formas, a saber: Encenando peças teatrais, organizando bazares e quermesses, ornamentando salões, doando recursos para a compra de alforrias, ou mesmo acoitando escravizados fugidos. E ao deixar o ambiente doméstico, foram aos poucos ocupando espaços no ambiente público, mesmo dentro dos limites impostos pelas hierarquias sócias próprias do período. Para alcançar tais objetivos, utilizamos os jornais como fonte histórica central, além do Estatuto e Livro de honra das associações abolicionistas fundadas na província em estudo.



MINICURSOS

MC 1 – O Texto Literário e os Historiadores: pesquisar e ensinar História a partir da Literatura da Grécia Antiga

*Ministrante: Prof. Dr. Félix Jácome Neto
(Universidade de Coimbra)*

Sala 504 CCHLA

Este minicurso insere-se no conjunto de reflexões sobre pesquisa e ensino de problemáticas históricas a partir de textos literários, oferecendo como contributo uma discussão do uso de textos da literatura da Grécia Antiga, especialmente os Poemas homéricos (Ilíada e Odisseia) e a Tragédia grega. Estas obras diferem da nossa concepção “privada” de literatura advinda do romance contemporâneo, na qual o texto é escrito por um único autor e lido privadamente por um outro indivíduo. A Épica e o Teatro antigo são produções intrinsecamente coletivas: a primeira foi oriunda de uma tradição de várias gerações de composição oral a partir de temas mitológicos, enquanto a segunda foi composta para ser encenada em um festival público, as “Grandes Dionísias”, no qual milhares de indivíduos assistiam às peças e, ainda, participavam dos rituais religiosos e cívicos. O minicurso, então, problematizará o tipo de evidência histórica que os historiadores podem discernir nestas fontes e quais abordagens teórico-metodológicas têm sido utilizadas pelos especialistas da História da Grécia Antiga. Conteúdo programático e Metodologia: SESSÃO 1: A primeira aula, de caráter expositiva, possui dois objetivos principais: apresentar um panorama cronológico e temático sobre a literatura grega que nos foi legada e discutir as formas pelas quais os historiadores da antiguidade têm utilizado este material para construir as suas narrativas acerca da Grécia Antiga. SESSÃO 2: A segunda aula centrar-se-á em um exemplo concreto de produção literária, a épica atribuída a Homero (séculos VIII-VII a.C.). Apresentaremos as características linguísticas e literárias da épica, marcadas, entre outras coisas, pelo fato de que não estamos perante uma obra de autoria unitária. O fato de ter sido um texto composto através da oralidade acarreta importantes consequências para o trabalho do historiador, que serão evidenciadas a partir de leitura e debate em sala de extratos deste material. Por fim, debateremos alguns pressupostos que norteiam a periodização da “sociedade homérica”, isto é, a sociedade representada em Homero. SESSÃO 3: Na última aula, o foco será a abordagem histórica da Tragédia grega. Após uma primeira parte expositiva acerca da relação entre teatro e democracia em Atenas no século V a.C., debateremos, a partir de leitura de extratos de textos da tragédia, como este gênero literário apropriou-se de mitos conhecidos pelos gregos a fim de promover uma aguda reflexão sobre, entre outras coisas, a pertinência, para a audiência das peças, de práticas sociais e códigos de comportamentos discerníveis nas histórias míticas. É relevante perguntar-nos qual seria a função de narrativas, presentes no mito e na tragédia, sobre poderosos indivíduos, como heróis e heroínas, no interior de uma nova visão de mundo, esta da audiência, que valorizaria mais a igualdade democrática entre os cidadãos do que a excepcionalidade do indivíduo.

MC 2 – Metodologia da pesquisa em História Medieval

Ministrante: Prof. Dr. Guilherme Queiroz de Souza (UFPB)

Sala 505 CCHLA

O minicurso tem por objetivo desenvolver uma introdução à pesquisa em História Medieval. Numa perspectiva interdisciplinar, diversas tipologias de fontes primárias serão observadas à luz das ferramentas teórico-metodológicas do medievalista. A título de ilustração, examinaremos alguns documentos iconográficos e textuais utilizando, respectivamente, a abordagem serial/relacional e a Análise Crítica do Discurso. Também avaliaremos a evolução dos estudos medievais no Brasil, além das contribuições das principais correntes e tendências historiográficas, como o Marxismo, a Nova História e o chamado Novo Medievalismo. Em outras palavras, focalizaremos questões relacionadas ao Ofício do Medievalista, tema que chegou a ser pauta do IX Encontro Internacional de Estudos Medievais da ABREM, em Cuiabá (UFMT, 2011).

MC 3 – A construção do conhecimento histórico na Educação Básica: teoria, experiências e práticas

*Ministrantes: Profa. Ms. Solange Mouzinho Alves (SEE-PB; UFPB; Escola Corujinha)
e Prof. Danilo Alves da Silva (Colégio Marista Pio X; SEE-PB; UFRN)*

Sala 507 CCHLA

Para cada nível educacional, conforme estipula a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, existe uma finalidade. Todos os anos centenas de pessoas graduam-se em História e tornam-se aptas a ministrarem aulas no ensino básico, ou seja, saem do espaço da “História Ciência” para outro ambiente o da “História Escolar”. Tornar o aluno sujeito, corresponsável no processo de construção do conhecimento é fundamental no ensino de história. Tal ideia se fundamenta na concepção do historiador alemão Jörn Rüsen, que defende que a ciência da história é eficaz na prática, uma vez que a formação histórica e sua eficácia diz respeito a um conjunto de competências para orientar historicamente a vida prática, que pode ser descrito como a “competência narrativa” da consciência histórica de cada sujeito. Sabendo disso, o presente minicurso pretende discutir as possibilidades de se trabalhar História no ensino básico de acordo com os objetivos, princípios e finalidades das Leis educacionais e sua relação com a Teoria da História. Sendo assim, uma das indagações que buscaremos refletir é: como construir conhecimento histórico com os alunos e alunas do ensino básico de forma que possa contribuir para uma formação histórica e aprendizagem histórica significativa possibilitando aos sujeitos correlacionarem a vida cotidiana do presente com o passado historicizado? Nesta perspectiva visamos colaborar com reflexões acerca do processo de ensinar e aprender história na educação básica visando uma formação de cidadãos críticos e comprometidos com os

valores humanos que evidenciam a ética e justiça social. Para embasar nossa discussão, nos basearemos em autores, tais como Jörn Rüsen, Peter Lee, Isabel Barca, Margarida Dias, Itamar Freitas, Flávia Caimi, Estevão Martins dentre outros que buscam articular teoria da história e ensino de história. Assim, neste minicurso compartilharemos algumas de nossas experiências pedagógicas objetivando relacioná-las com aportes teóricos pertinentes à área de pesquisa em ensino de história.

MC 4 – Elaboração de questões objetivas como elemento no processo de reconhecimento docente

Ministrante: Prof. Dr. Damião de Lima (UFPB)

A experiência como Coordenador do PIBID demonstrou que a avaliação, como parcela do processo de ensino / aprendizagem, tem sido uma das experiências mais problemáticas nas escolas. É sempre neste momento que os atritos entre professores, alunos e pais se acentuam. Infelizmente, os cursos de licenciatura negligenciam as disciplinas que tratam do universo escolar e atribuem ou repassam essa discussão acerca da avaliação, da didática, da relação professor, escola, comunidade e outras importantes questões de ensino, para os colegas de outros centros, no nosso caso, aos professores do Centro de Educação. Em virtude do tempo, da quantidade de alunos, oriundos dos mais variados cursos de licenciatura, e da carga horária destinada as disciplinas relacionadas ao universo escolar, as questões acabam sendo abordadas apenas no campo teórico e filosófico, ficando os exemplos práticos restritos a generalizações. Ao chegar na escola, o professor, recém formado, se depara com uma realidade para a qual ele não foi preparado. O universo escolar é muito mais complexo que a leitura e discussão de textos que ele fez na sua formação. Além da leitura para realização das aulas, o professor também tem que lidar com inúmeras tarefas, entre elas a preparação de material didático alternativo aos livros didáticos e também a construção de questões que possam mensurar o aprendizado, sintetizado na elaboração das “famigeradas” provas. Nos últimos anos, tenho me dedicado a estudar e intervir no campo do Ensino de História e suas problemáticas. Sempre que tenho oportunidade, realizo rodas de conversa com colegas que se transformam em verdadeiras catarses para nós que enfrentamos esse universo sem conhecimento prévio, a não ser nossa experiência como discente. Destarte, resolvi aproveitar o XVIII Encontro Estadual de História para ampliar a discussão com os colegas de escolas públicas e privadas e discutir as temáticas do ensino a partir da elaboração de questões objetivas e seus desdobramentos na sala de aula. O objetivo é que nesse processo de construção de material didático discutamos, também, o sentido da avaliação como momento de autocrítica e reelaboração da nossa práxis e de auto reconhecimento, como elementos centrais na difusão e construção de novos conhecimentos.

MC 5 – Gamificação e História: pensamento *gamer* e práticas de ensino

Ministante: Profa. Ms. Keliene Christina da Silva (SEDEC-PM/JJP)

Sala 512 CCHLA

As constantes mudanças nos meios de comunicação e nas formas de se relacionar ingressam com intensidade no ambiente escolar, tornando o trabalho docente desafiador e demandando uma atenção especial a essa realidade que se remodela rapidamente. Os obstáculos são cada vez maiores no campo da Educação, pedindo dos professores uma disposição em se reconstruírem constantemente. Uma das práticas de ensino que vem ganhando espaço recentemente é a gamificação, o uso de jogos e do pensamento *gamer* na sala de aula. Surgida no campo do *marketing*, e usada com muita frequência nos cursos de formação em empresas, como motivação para os funcionários, esta prática tem alcançado resultados positivos quando transposta para a sala de aula, uma vez que, além de estimular os estudantes através de dispositivos alternativos e multimodais, este método prioriza os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, ampliando as possibilidades de avaliação para o professor. Através do uso de jogos é possível, por exemplo, converter o *smartphone* de inimigo a aliado nas aulas, pois a quantidade de aplicativos e jogos que podem ser utilizados para o ensino é grande. O presente minicurso abordará a gamificação na sua dimensão educativa, o uso desse pensamento *gamer* na sala de aula e suas potencialidades para o ensino de história, tendo como foco das discussões o conhecimento desta metodologia, seus diálogos com outras disciplinas e seu caráter multimodal, e a exposição de algumas possibilidades de uso da mesma através do compartilhamento de experiências pedagógicas, tanto através do uso de tecnologias quanto de outras alternativas que não dependam de dispositivos eletrônicos.

MC 6 – Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Ensino de História: possibilidades e experiências

*Ministrantes: Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa (UFPB)
e Prof. Lucas Gomes Nóbrega (UFPB)*

Sala 405 CCHLA

Nas últimas décadas, o conceito de Patrimônio Cultural tem sofrido alargamento de suas fronteiras, transcendendo o conjunto dos vestígios de uma história ou uma cultura monumental e buscando abarcar as manifestações mais amplas da vida cotidiana, abrindo espaços para vozes e testemunhos dos “de baixo”. Isso não implica no abandono da preservação e valorização desses vestígios monumentais, mas da realização de leituras mais complexas sobre os mesmos, bem como da incorporação de traços de experiências que poderiam, antes, parecer banais ou sem maior valor. A prática de formas diversas de educação patrimonial não é nova, uma vez que tem se verificado não apenas em relação às atividades

de visitas escolares e de roteiros turísticos. Grosso modo, essas ações se marcaram por uma reiteração de um culto ao patrimônio monumental, especialmente edificado e material. Novas demandas de leituras têm provocado repensares e experiências muito significativas nesse sentido. No que tange de maneira específica ao ensino de História e sua relação com o patrimônio cultural, há um acervo de experiências de décadas, que também acompanhou esse movimento de ampliação de referências. Às experiências mais recuadas de visitas a edificações monumentais, espaços de memória do Estado e de seus grupos e instituições dominantes, se verificaram dois movimentos concomitantes: a abertura do olhar para testemunhos menos imponentes e mais modestos da cultura material e imaterial proveniente de grupos subalternos, bem como a elaboração de novas possibilidades de leituras sobre os vestígios monumentais e suas relações com seu entorno cultural na perspectiva do passado ou do presente. Nesse último sentido, por exemplo, o bem cultural material e “canônico” produzido a partir das marcas da dominação política e econômica de tempos pretéritos não pode ser entendido de forma isolada e em si mesmo, mas deve ser percebido na trama das relações que o originam e dão um sentido mais profundo e complexo. Visitar uma antiga Igreja Católica barroca setecentista vai bem além de entender a vida religiosa e o poder eclesiástico vigentes à época de sua ereção e pressupõe o entendimento da teia social na qual o referido templo se insere. O minicurso pretende estabelecer um campo de diálogo com os participantes, acerca de diversas experiências de educação patrimonial relacionadas ao ensino da disciplina História, buscando explorar possibilidades metodológicas e interdisciplinares que permitam um mútuo enriquecimento para o trabalho didático-pedagógico e o estudo patrimonial, bem como sua preservação como resultante de um amplo conhecimento e valorização social. Em seu desenvolvimento, pretende-se articular de forma efetiva as discussões sobre o patrimônio e a prática cotidiana da sala de aula, de forma a ultrapassar a danosa clivagem entre a produção intelectual mais sofisticada e o exercício didático realizado no espaço escolar.

MC 7 – Introdução à História Ambiental: estado da arte e possibilidades de pesquisa no Brasil

Ministrante: Profa. Dra. Fabíula Sevilha

Sala 514 CCHLA

A História Ambiental emergiu na década de 1970, a partir da demanda da sociedade e de historiadores interessados em compreender as relações entre sociedade e natureza ao longo do tempo. Em fins da década de 1980, em clássico artigo sobre o tema, Donald Worster mapeou três principais linhas de análise para a História Ambiental: os aspectos orgânicos e inorgânicos do meio ambiente; os modos como os diversos povos utilizaram os recursos naturais ao longo da história; e as formas de ver, sentir e pensar a natureza. De lá para cá, houve um considerável incremento dos métodos e metodologias de análise, mas a tríade proposta por Worster permanece como uma referência importante aos estudiosos da área. O objetivo deste minicurso é investigar, a partir deste referente, como a História Ambiental tem sido praticada no Brasil. O ponto de partida será a análise da temática da natureza em clássicos da historiografia brasileira, como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre,

entre outros. Num segundo momento, serão abordados os temas, fontes, linhas de pesquisa, desafios e possibilidades colocadas atualmente à História Ambiental no Brasil.

MC 8 – Possibilidades de leitura da cidade a partir dos relatos orais de memória

*Ministrantes: Profa. Ms. Alana Cavalcanti Cruz (Colégio e Curso Evolução)
e Profa. Ms. Tatiane Vieira da Silva (UFPE)*

Sala 515 CCHLA

Com o advento do campo de pesquisa da História Cultural, que entre aproximações e distanciamentos com outras ciências, ampliou bastante o leque de objetos possíveis de serem estudados, a cidade deixou de ser vista apenas pelo âmbito econômico e social e passou a ser problematizada nos demais aspectos, enquanto problema e objeto de reflexão. Este minicurso objetiva fazer uma discussão teórico-metodológica sobre as contribuições da História Oral, tendo em vista que, enquanto metodologia e como possibilidade de leitura historiográfica sobre a cidade, se revela bastante pertinente, na medida em que permite ao historiador, por exemplo, revelar as variadas formas de apropriação e os usos sociais e/ou políticos citadinos. A oralidade contribui para a produção do conhecimento histórico e favorece uma multiplicidade de relatos individuais e/ou coletivos durante as entrevistas realizadas. Suscita histórias e memórias que assinalam os sentidos e as experiências dos sujeitos que circulam pelos diferentes espaços e lugares da urbe. Enquanto ambiente que proporciona atualização e troca de experiência entre docentes, alunos de graduação e pós-graduação, o minicurso visa abordar procedimentos e questões relativas aos caminhos da história oral, enquanto possibilidade metodológica nos trabalhos que tomam a cidade como objeto de pesquisa. Nesse sentido, se propõe a tratar dos relatos orais de memória enquanto fonte histórica, bem como metodologicamente falando, no que diz respeito a experiência do universo acadêmico em relação aos estudos sobre a urbe.

MC 9 – Faces da escravidão: a presença indígena e negra na Paraíba (Séculos XVI-XIX)

*Ministrantes: Prof. Ms. Jean Paul Gouveia Meira e
Prof. Ms. Daniel de Oliveira (Prefeitura Municipal de Caiçara – PB)*

Sala 516 CCHLA

A escravidão indígena, pouco trabalhada pela historiografia nacional, visava solucionar duas grandes necessidades da colonização portuguesa na América: a questão militar (defesa do território) e o suprimento de mão-de-obra, notadamente, para as lavouras de cana-de-açúcar nas capitanias do norte do Brasil, dentre elas a Capitania Real da Paraíba. Nas sociedades

indígenas, antes da chegada dos europeus na América, os cativos não possuíam a condição de escravo imposta pela colonização portuguesa, pois serviam para fins rituais de acordo com a dinâmica interna de cada povo. O processo de colonização da Paraíba, ao longo dos séculos XVI e XIX, alterou significativamente a condição do cativo indígena para finalidades produtivas. Por outro lado, a escravidão negra foi utilizada nos mais diversos setores do mundo do trabalho no Brasil Colonial e Imperial. Portanto, esta relação de trabalho foi utilizada, seja no litoral, no brejo ou no sertão. Diante de tudo que foi exposto este minicurso visa discutir as variadas formas da escravidão na Paraíba (séculos XVI ao XIX) e, bem como, apontar fontes que possibilitem outras pesquisas a partir de leituras teóricas da escravidão.

MC 10 – Leituras da escravidão e da liberdade na Paraíba do Norte oitocentista

*Ministrantes: Prof. Ms. Lucian Souza da Silva (UFPE)
e Prof. Ms. Matheus Silveira Guimarães (UFPE)*

Sala 407 CCHLA

A escravidão foi o elemento constituinte do Estado Nacional que se forjou ao longo do século XIX no Brasil, permeando desde as relações cotidianas às discussões do Conselho de Estado. Frente a esse enraizamento e as extensões territoriais brasileiras, a escravidão adquiriu especificidades regionais/locais que os (as) historiadores (as) têm tentado perceber através de suas pesquisas e que demonstram as várias nuances que a sociedade escravista adquiriu ao longo de sua vigência. Como objeto de pesquisa, tal temática possui uma sólida produção historiográfica, na qual podemos verificar importantes inovações metodológicas nas últimas décadas, com a diversificação das fontes históricas, de temas e de abordagens. Dessa forma, a atuação de mulheres e homens, as fugas, a formação de quilombos, as ações por meio da justiça, tornaram-se foco de inúmeros estudos, além de novas questões acerca do comércio de escravizados/as. Somado a essa contextualização, o ano de 2018 marcam os 130 de anos de Abolição da Escravidão e os 15 anos de promulgação da lei 10.639/2003, marcos históricos importantes para a compreensão da luta da população negra. Diante disso, o presente minicurso objetiva discutir as especificidades da escravidão brasileira, tendo como foco a província da Paraíba do Norte, a partir das recentes pesquisas que buscaram perceber as formas de resistência ao sistema escravista.

MC 11 – Mundos do Trabalho: introdução aos estudos históricos sobre a classe trabalhadora

Ministrante: Prof. Dr. Fernando Cauduro Pureza (UFPB)

Sala 403 CCHLA

O presente minicurso tem como objetivo fazer uma introdução acerca do “Mundos do Trabalho”, a dizer, dos estudos históricos sobre a classe trabalhadora. Pensado em três módulos conforme a duração do evento, eles incluem os seguintes tópicos: História operária entre a historiografia e a militância; os conceitos norteadores para uma história das lutas dos trabalhadores; as possibilidades de renovação para os estudos sobre os “mundos do trabalho”. Nesses três módulos, serão abordados autores clássicos sobre a historiografia da classe trabalhadora, tais como E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, Georges Rudé, Michelle Perrot, Ellen Wood, David Roediger, entre outros. Dessa forma, procurando estabelecer uma visão panorâmica, esse minicurso pretende demonstrar o desenvolvimento do campo da História Social do Trabalho tendo como foco alunos e alunas de graduação em início de curso e demais acadêmicos que tenham interesse pela área. Trata-se, por fim, de uma proposta que lançará mão de textos introdutórios, para que seja possível dar início a uma discussão sobre o campo.

MC 12 – O golpe de 2016 na história recente do Brasil: raízes históricas e dilemas para a democracia

*Ministrantes: Profa. Dra. Monique Cittadino (UFPB)
e Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa (UFPB)*

Sala 401 CCHLA

O golpe de 2016, iniciado neste ano com o processo de “impeachment” da Presidenta eleita Dilma Rousseff, e ainda em pleno andamento, é o objeto central das discussões do presente Minicurso. Nos 3 encontros programados, pretendemos debater os seguintes pontos:

1. Geopolítica e interesses internacionais na articulação do golpe: neste primeiro encontro, pretendemos analisar como a recente e inovadora inserção do Brasil no contexto internacional está na raiz do golpe efetivado no país, enfatizando elementos como o papel estratégico do pré-sal para as grandes empresas internacionais e para a economia mundial, a posição do Brasil na articulação dos BRICS e o seu protagonismo nas relações internacionais, sobretudo a posição de destaque assumida nas relações com a América Latina e África;
2. Classes sociais, economia e as raízes históricas do golpe: entender o movimento que afastou o Partido dos Trabalhadores da Presidência do país como uma articulação que galvanizou múltiplos atores sociais, políticos e econômicos incomodados com os avanços sociais ocorridos nos últimos anos no país, significa desvelar o golpe de 2016 como um golpe de classe com forte viés racista e sexista, no qual a ideologia

conservadora e fascista encontra ressonância em importantes segmentos das elites e das classes médias. Neste segundo encontro, a associação entre estes elementos e a nossa herança de um passado escravocrata, oligárquico e conservador será posta em relevo;

3. Estado e democracia no Brasil pós-golpe: neste terceiro encontro, pretende-se discutir o papel que a democracia, enquanto valor fundamental na política, desempenha no Brasil de hoje e qual o perfil do Estado que se estabelece a partir do desenvolvimento das sucessivas fases do golpe. Assim, pretende-se discutir a participação do judiciário, sobretudo o do Supremo Tribunal Federal e da Operação Lava-Jato, nas diferentes fases do golpe; a “baixa intensidade” da democracia brasileira e o aprofundamento dos posicionamentos fascistas e autoritários na sociedade civil; a desestruturação dos instrumentos jurídicos de garantias individuais e de proteção social (legislação trabalhista e previdenciária) pari passu ao recrudescimento dos mecanismos de repressão e controle social e, finalmente, o avanço da articulação de um Estado de perfil fortemente neoliberal.

MC 13 – Os golpes no livro didático de História: memórias, controvérsias, (des)continuidades

Ministrante: Prof. Ms. João Batista Barbosa da Silva (UFPB)

Sala 509 CCHLA

As rememorações em 2014 sobre o 50º aniversário do golpe de Estado que instaurou o Regime Civil Militar no Brasil em 1964, e o “golpe” de agosto de 2016 marcaram uma série de novos estudos sobre a temática, com diferentes recortes cronológicos e abordagens, partindo de questões sobre direitos, sobre a atuação de direitas e esquerdas, reabrindo o espaço de discussão, de atualização e de problematização sobre as formas de perceber, de analisar e de compreender a importância desta instância na vida política do Brasil e de seus agentes históricos. Relacionando o ensino de História e a prática docente em relação ao elucidado como forma de discutir e de não esquecer esses processos históricos, a partir do trabalho em sala de aula, tendo o livro didático como a principal ferramenta pedagógica da ação educativa direcionada à escola, além de um dos responsáveis pelo conhecimento histórico, cujo conteúdo é pensado e elaborado por concepções e valores que devem ser repassados para os estudantes. Assim, almejando como público, alunos de graduação e de pós-graduação, além de professores de ensino fundamental e médio, propomos debater/analisar e discutir as principais formas de utilização dos capítulos referentes ao Regime Civil Militar brasileiro nos livros didáticos de História, no ensino fundamental e médio, relacionando-os com o “golpe” político midiático de agosto de 2016, utilizando como fonte as obras de Campos; Pinto; Claro (2016), de Breick; Mota (2016), Cotrin (2016) e Boulos Junior (2016), que fazem parte do Programa Nacional do Livro Didático, para o Triênio 2018-2020, do Governo Federal.

MC 14 – Preconceito, Memória e História: a questão LGBT na pesquisa e no ensino de História

Ministrante: Prof. Dr. Eduardo Henrique de Lima Guimarães (UFPB)

Sala 406 CCHLA

A emergência da sexualidade como questão histórico-social remete à relação entre feminismo e o surgimento do movimento gay, durante "Revolução Sexual" das décadas de 1960 e 1970, e suas repercussões, para além dos estilos de vida, na produção do saber erudito, estabelecendo-se, a partir de então, a última fronteira da desnaturalização. As experiências históricas estadunidense e francesa são especialmente responsáveis pelo pioneirismo referencial dessa relação.

As obras *O Segundo Sexo*, de autoria de Beauvoir, e *A História da Sexualidade*, de Foucault, são os referenciais do coletivo e amplo trabalho de produção que estabeleceu globalmente o campo de saber inter e transdisciplinar de sexualidade e gênero, rompendo o tratamento naturalista e religioso que até então dominavam o debate. O reconhecimento, nesta década, da diversidade sexual e da liberdade de gênero como um dos Direitos Humanos fundamentais, divulgado pela campanha "Livres & Iguais" da UNESCO, consagrou e consolidou essa compreensão como parâmetro das regras básicas de convivência e de norte para a justiça e para as políticas públicas.

No entanto, apesar de e com esse espaço conquistado, os atuais embates teóricos e políticos, muitas vezes confundem pelo emaranhado conceitual dos debates acadêmicos e da militância. De fato, tendem a produzir uma difusa sensação errática e labiríntica, em meio às disputas territoriais competitivas entre personas e grupos dentro da academia, entre os grupos militantes e entre acadêmicos e militantes. Essa é uma armadilha que precisa ser desarmada, ela tende a reforçar o campo do preconceito, inclusive sob o falso argumento de "liberdade de opinião", naquilo que se trata não de opinião, mas sim de fundamento racional sob verificação/comprovação.

A historiografia tem um papel central para desfazer/desconstruir o preconceito. Nesse sentido, o mini-curso aqui apresentado propõe, para tanto, o tratamento seguinte:

1ª parte: 4h. As referências da fundamentação para abordagens historiográficas: Beauvoir e Foucault, a coleção *História da Vida Privada*; as abordagens da história das mulheres de Michelle Perrot e de Joan Scott; o tratamento do masculino em Daniel Welzer-Lang; o gênero como performance em Butler e a atual retomada da tradição marcuseana da relação raça, gênero e classe com Ângela Davis.

2ª parte: 4h. Tempo presente, memória e história: um exercício com recursos de problematização de gênero e sexualidade para o ensino de história: alguns relatos escritos e audiovisuais para os diversos níveis do ensino.

3ª parte: 4h. A produção memorial e historiográfica nacional e local, um panorama dos trabalhos de militantes e de acadêmicos: João Silvério Trevisan, Peter Fry, Green, Luís Mott, Durval Muniz, Elisa Mariana Nóbrega e apresentação do GT de pesquisa e extensão, *Gênero e Sexualidade: História e Mídias*.



ANPUH **H** **PB**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO PARAÍBA